

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UNIVERSIDADE:
MEMÓRIAS DA GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DA UNIVERIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

IOLANDA SILVA MENEZES DE ARAUJO

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UNIVERSIDADE:
MEMÓRIAS DA GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DA UNIVERIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

IOLANDA SILVA MENEZES DE ARAUJO

Sob a orientação da Professora Doutora
Flávia Miller Naethe Motta

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – UFRRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de **Mestre em Educação.**

Nova Iguaçu, RJ

Julho de 2015

371.912

A6631

T

Araujo, Iolanda Silva Menezes de, 1969-

O lugar da educação infantil na universidade: memórias da gestão da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Iolanda Silva Menezes de Araujo. - 2015.

76 f. : il.

Orientadora: Flávia Miller Naethe Motta .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 71-76.

1. Educação de crianças - Teses. 2. Escolas públicas - Organização e administração - Teses. 3. Narrativas pessoais - Teses. 4. Territorialidade humana - Teses. I. Motta, Flávia Miller Naethe, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares**

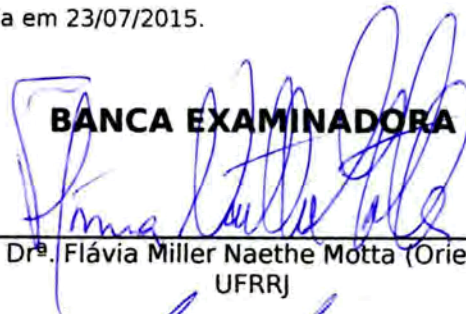
IOLANDA SILVA MENEZES DE ARAÚJO

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UNIVERSIDADE:
MEMÓRIAS DA GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO**

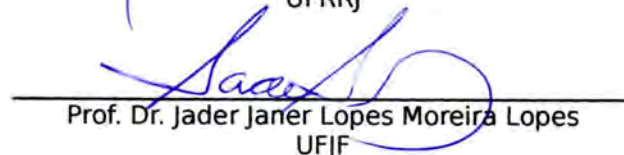
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à conclusão do Curso de Mestrado
em Educação.

Linha de Pesquisa: Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas

Dissertação aprovada em 23/07/2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof^a. Dr^a. Flávia Miller Naethe Motta (Orientadora)
UFRRJ



Prof. Dr. Jader Janer Lopes Moreira Lopes
UFJF



Prof. Dr. Carlos Roberto de Carvalho
UFRRJ

Nova Iguaçu/RJ
Julho de 2015

DEDICATÓRIA

Para meus filhos Lidiane Cristine, Igor Luiz e Matheus Luiz.

AGRADECIMENTOS

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros.(BAKTHIN, p. 117). Muitas foram as pontes lançadas entre mim e todos os outros que me acompanharam nesta caminhada.

Os agradecimentos não poderiam começar, senão, por Aquele que é merecedor de toda honra, glória e louvor. À Deus autor e consumidor da minha fé, sem Ele nada seria possível, nenhuma existência, através de sua palavra tudo foi criado, essa é a ponte onde tudo é ligado.

Quero agradecer a minha família, marido e filhos, pela compreensão dos diversos momentos que precisei me ausentar, seja por viagens para apresentação de trabalhos ou pelas intermináveis horas trancada em meu quarto. Vocês são a ponte que me leva ao meu porto seguro.

“Eu sou do meu amado e o meu amado é meu” (Cânticos 2:16). Ao meu amado esposo Anselmo Luiz que me acompanha desde o início da vida a dois e da caminhada acadêmica que foram com lutas e muitas vitórias, a minha eterna gratidão.

Para as crianças que encontrei dentro da EEI e fora dela, com a certeza de que é nas pontes lançadas entre passado e presente que seremos capazes de transformar o futuro.

À todos os profissionais da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro de ontem e de hoje. Cada um de vocês construíram e constrói essa história.

As minhas queridas Carla Vidal, Isabela Lopes, Priscila de Melo Basílio e Vivian de Oliveira pelas as palavras de carinho que sempre me ajudaram a continuar.

À minha amiga querida Flávia Bullé que é um presente de Deus na minha vida. Nunca permitiu que eu desanimasse, sempre muito presente mesmo sem estar fisicamente. Nosso amor ultrapassou a amizade e se tornou irmandade.

Aos amigos que na caminhada acadêmica me ajudam a construir o conhecimento em especial aos amigos dos grupos de pesquisas GRUPIS e GEPELID, pelas contribuições e discussões que ajudaram a construir o trabalho.

Agradeço aos professores Carlos Roberto de Carvalho, Jader Janer Lopes e Maria Fernanda Resende Nunes, minha banca de Qualificação e Defesa que muito contribuíram com reflexões e orientações sobre o trabalho.

Para minha orientadora Flávia Motta que tem sido uma ponte construída de maneira amorosa e cuidadosa. Nesses quase três anos aprendi com você intelectualmente e na vida mais do que imaginaria. Você acreditou em mim mais do que eu mesma!

Muito obrigada!

“ERGUER A CABEÇA ACIMA DO REBANHO

*Erguer a cabeça acima do rebanho
é um risco
que alguns insolentes correm.
Mais fácil e costumeiro
seria olhar para as gramíneas
como a habitudinária manada
Mas alguns erguem a cabeça
olham em torno e percebem de onde vem o lobo
O rebanho depende de um olhar.”*

(Affonso Romano de Sant’anna)

RESUMO

ARAUJO, Iolanda Silva Menezes de. **O lugar da Educação Infantil na Universidade: memórias da gestão da escola de educação infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2015. Dissertação, (Mestrado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2015.

No presente estudo trago as memórias de três ex-diretoras da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro que ficaram mais tempo no cargo e contribuíram para a permanência dessa escola na universidade ao longo de seus trinta e quatro anos de existência. O estudo encontra-se ancorado teórica e metodologicamente em Bakhtin, Benjamin e outros autores que contribuíram significativamente para que o estudo ganhasse consistência nas reflexões aqui registradas. A metodologia foi pensada sob a égide do encontro com o outro, na compreensão de que as palavras com todas as suas dimensões de significados que não pertencem a um só indivíduo, mas pontes que foram lançadas entre mim e todos esses outros da pesquisa.

Palavras-chaves: Narrativas. Instituições Federais de Educação Infantil. Gestão. Institucionalização. Territorialidade.

ABSTRACT

ARAUJO, Iolanda Silva de Menezes. **The place of early childhood education at the University: Management memories of the early childhood school of the Federal University of Rio de Janeiro, 2015.** Dissertation (Master of Education) Institute of Education / Multidisciplinary Institute / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu / Seropédica, RJ. 2015.

In the present study bring memories of three former directors of the School of Education Infant the Federal University of Rio de Janeiro who stayed longer in office and contributed to the permanence of this school at the university over his thirty-four years of existence. The study is grounded theoretically and methodologically in Bakhtin, Benjamin and others who have contributed significantly to the study gained consistency in the reflections recorded here. The methodology was designed under the aegis of the encounter with the other, on the understanding that the words with all aspects of meanings that do not belong to one individual, but bridges that were released between me and all these other research.

Keywords: Narrative. Institutions Federal Early Childhood Education. Management. Institutionalization. Territoriality.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ATP** Assessor Técnico Pedagógico
- BIE** Bureau Internacional de Educação
- CAP** Colégio de Aplicação
- CFCH** Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- CONDICAP** Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior
- CONSUNI** Conselho Universitário
- DAMS** Divisão de Assistência Médica dos Servidores
- DVST** Divisão de Saúde do Trabalhador
- EBTT** Carreira do magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico
- EPE** Educação Pré Escolar
- FURG** Fundação Universidade de Rio Grande
- LDBEN** Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LEDUC** Laboratório de Estudos de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação
- MEC** Ministério da Educação
- NICHD** National Institute of Child Health and Human Development
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PNBE** Programa Nacional das Bibliotecas Escolares
- PNE** Plano Nacional de Educação
- PROINFANTIL** Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil
- PR-04** Pró-Reitoria de Pessoal
- SEB** Secretaria de Educação Básica
- SINTUFRJ** Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- TAE** Técnicos em Assuntos Educacionais
- UFRJ** Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- UNICEF** Fundo das Nações Unidas para a Infância United Nations Children's Fund
- UNIVALI** Universidade do Vale do Itajaí
- UUFEl's** Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil

SUMÁRIO

PARTE 1	12
INICIANDO A CONVERSA	12
UM POUCO DE MIM	16
PARTE 2	21
UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	21
2.1 Infância no Brasil: da assistência ao direito.....	21
2.2 A história da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio e Janeiro: seu contexto histórico.....	23
2.3 Instituição do grupo gestor na EEI-UFRJ.....	37
2.4 Implementação do Conselho Deliberativo.....	39
2.5 Consulta a comunidade para Eleição de diretor e vice-diretor.....	39
PARTE 3	41
ENTRANDO NO CAMPO	41
3.1 Eu pesquisador.....	44
PARTE 4	46
OS ENCONTROS	46
4.1 O encontro com Angela Maria.....	46
4.2 O encontro com Rosane Cabral.....	48
4.3 O encontro com Eliane Bhering.....	50
PARTE 5	54
AS VOZES NA HISTÓRIA: encontros e desencontros	54
5.1 Direito do tabalhador x direito da criança.....	54
5.2 Precarização do trabalho docente na EEI – UFRJ.....	57
5.3 O Projeto Político Pedagógico na memória das ex-gestoras.....	61
5.4 O lugar da Educação Infantil na Universidade.....	65
CONCLUSÕES	69

REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE	01
Termo de consentimento livre e esclarecido.....	02
Roteiro de perguntas.....	06
ANEXOS	01
Resolução Nº 1, de 10 de março de 2011.....	02
Documento de implementação do Grupo de trabalho para vinculação da escola.....	05
Ofício Nº 20, SESU/SEB/MEC.....	07
Portaria Nº 11061, de 19 de setembro de 2013.....	08
Folha de informação do Processo Nº 23079.044086.....	09
ATA da tricentésima septuagésima terceira sessão do Conselho Universitário, Especial.....	11
ATA da tricentésima sexagésima nona sessão do Conselho Universitário, Ordinária.....	13
Declaração de aprovação do Projeto de Institucionalização da EEI -UFRJ.....	18
Alteração do Parágrafo Único do Artigo 51 do Estatuto da UFRJ.....	19
Projeto Político Pedagógico da EEI –UFRJ.....	20
Edital de admissão 2010.....	48
Edital de admissão 2011.....	54
Edital de admissão 2012.....	60
Edital de admissão 2013.....	65

PARTE 1

INICIANDO A CONVERSA

Travei!

É difícil iniciar um trabalho admitindo que travei após a qualificação. Os sentimentos de insegurança e de incerteza se apoderaram de mim. Teorizar sobre a importância da contribuição do outro em nossa incompletude é fácil, mas viver isso é muito difícil. Bakhtin (2012, p. 98), nos ajuda entender um pouco isso que senti e vivi.

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

Naquele momento, as minhas certezas quanto à minha escritura estavam sendo questionadas. O que acreditei ser de suma importância para ser registrado pareceu um desabafo de alguém ferido. A palavra, como bem disse Bakhtin, está cheia de sentidos e a busca dos sentidos daquela experiência me fez questionar a importância do meu trabalho. Por um bom tempo precisei refletir sobre o que realmente deveria pesquisar. A ignorância me abateu de maneira tão avassaladora que foi difícil reagir. As minhas certezas de um caminho já bem traçado se extinguíram num piscar de olhos. As perguntas me inundaram e quase me sufocaram.

Não se trata aqui, nessa minha escrita quase desabafo, culpabilizar minha banca de qualificação pelas as inseguranças e incertezas que me abateram, mas refletir sobre a minha responsabilidade diante do trabalho pretendido. Mais uma vez recorro a Bakhtin (2010, 2012) para entender que não há alibi para que eu não registre a história da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo viés da gestão, pelo fato de estar imbricada na própria história.

A pesquisa é a instauração de um acontecimento, por isso, uma ativa relação entre os sujeitos que se em põem em diálogo, o tema sobre o qual eles dialogam e o contexto no qual esse contexto se dá. Alterando um dos três, os interlocutores, o tema e ou contexto, altera-se o todo da interlocução e o próprio sentido do pesquisar (PEREIRA, 2012, p. 47). Partindo desse pressuposto, considero que a interlocução com a banca de mestrado no primeiro momento da pesquisa, modificou o tema e os interlocutores.

O recomeçar a pesquisa talvez tenha sido o momento mais difícil, demorei algum tempo para compreender que algumas mazelas que vivemos em nossas escolas se dão em um universo bem maior, e, para pensar e escrever sobre elas, é preciso conhecer o contexto em que foram pensadas e produzidas. Olhar somente para um grupo dentro de uma história de trinta e quatro anos não mostrará a luta que a Educação Infantil brasileira vem travando. Olhar para a gestão da EEI ao longo dos seus trinta e quatro anos é se deparar com as dificuldades que qualquer escola de educação infantil enfrenta em seu cotidiano, mesmo sendo essa, uma escola federal.

O fato de ter participado da composição do grupo gestor foi um evento único e singular na minha vida. As questões que envolviam a organização, a estrutura, as relações, a qualidade do atendimento e o pedagógico da escola me inundaram de uma maneira muito intensa. As minhas experiências com a educação eram na sala com as crianças e não na parte

administrativa. Penso, que todo professor em algum momento de sua carreira deveria passar por esta experiência, pois nos faz compreender algumas decisões tomadas administrativamente na escola e que, do lugar que ocupamos, com frequência, achamos equivocadas, mas somente quem ocupa aquele lugar sabe o quanto difícil é gerir e sabe ainda que as decisões nem sempre agradarão a todos, porém precisam ser pensadas de maneira que alcancem o bem comum.

Com todas essas questões por mim vivenciadas eu não poderia pesquisar outro tema senão a gestão e foi assim que decidi me encontrar com os sujeitos que já geriram a EEI. Compreender, através dos sujeitos que estiveram nesse lugar, nesse evento que é único e singular para cada um deles, e na interlocução com eles, as demandas políticas, estruturais, financeiras e pedagógicas que ainda hoje são dificuldades enfrentadas na educação da primeira infância no Brasil. Mesmo tendo consciência da dimensão do trabalho a ser construído ainda estava paralisada. Em pensamento, o trabalho tomava corpo, parecia-me pertinente, mas em frente ao papel a sensação que tinha era da impossibilidade daquela escrita. As perguntas voltavam, por onde começo? Como falar de algo que conheço tão pouco? Quem quer escrever sobre a gestão da EEI, a professora Iolanda ou a pesquisadora Iolanda? E a autora onde fica? A responsabilidade com esses três e importantes papéis é grandes e intensa, pensar sobre isso é um ato da pesquisa, não há pesquisa sem o pensar. Para Pereira (2012, p.64):

O pesquisador, nas ciências humanas, será sempre um sujeito se debruçando subjetivamente sobre a produção subjetiva de um outro – um outro que, necessariamente, se identifica com o pesquisador em sua condição de humanidade, ao mesmo tempo em que se diferencia dele pelo lugar social que ocupa na pesquisa. É essa diferença que instaura a possibilidade do diálogo e da pesquisa, conferindo às ciências humanas seu caráter eminentemente alteritário.

Foi com essa autora, que tão bem se apropria dos conceitos bakhtinianos para pensar pesquisa e produção do conhecimento, que busquei compreender melhor esses papéis alteritários na pesquisa com crianças e que aqui trago para pensar a pesquisa em todos os campos. Para essa compreensão a autora traz três aspectos que ela acredita ser – eu também – constitutivos da atividade da pesquisa: o pensar, o conviver e o escrever. Encontramos em Bakhtin (2003, 2010) um ponto de sustentação privilegiado para pensar estas questões inseridas no contexto mais amplo da produção das ciências humanas. O autor desenvolve a tese de que o *pensar* pode ser, ele mesmo, um ato ético, no tênue diálogo que estabelecem, entre si, a ciência e a vida. Essa tese é desenvolvida por Bakhtin em seus primeiros escritos, “Arte e responsabilidade”, publicado em 1919, e em “Para uma filosofia do ato”, supostamente escrito entre os anos de 1920-1924 e publicado postumamente em 1986. Nestes textos, o autor se dedica a pensar a criação da arte e da ciência como modos de responder às demandas da vida social. (PEREIRA, 2012, p. 65)

O *conviver* é algo importante na pesquisa em ciências humanas. A pesquisa nasce de um problema da vida social e tenta respondê-la. O pesquisar é um pensar sobre o mundo onde o pesquisador, do lugar social que ocupa, escolhe na vida uma problemática para tratá-la pormenorizadamente no campo da ciência. Enquanto produz sua ciência, entretanto, o pesquisador não se retira do fluxo social da vida. Ao contrário, permanece inserido nela, posicionando-se face às suas exigências, obrigações, desejos, utopias etc. A atividade de pesquisa, na dinâmica da vida do pesquisador, é uma entre muitas outras experiências (PEREIRA, 2012, p. 71)

É no texto *O Autor e a Personagem* de Bakhtin (2003) sobre a produção de uma teoria do romance, onde autor e personagem experimentam diferentes formas de

posicionarem-se um face ao outro e face à história que se desenrola. A personagem sabe de sua vida aquilo que sua perspectiva permite vislumbrar. O autor, por sua vez, dá identidade a essa personagem construindo para ela um enredo coerente com a percepção de mundo que só ela pode ter. Isso só se torna possível pelo exercício que o autor faz de tentar ver o mundo pelos olhos da personagem, ao possibilitar que seja pronunciada uma fala que só poderia ser dita por ela.

O autor conhece o personagem, é ele que constrói o enredo e só dá ao personagem aquilo que ele quer dar a conhecer. Ele o percebe de forma integral, é o seu olhar de fora que lhe dá acabamento. O autor sabe dele algo que o próprio personagem não sabe de si mesmo. Porém essa posição não conduz o personagem a uma postura de subserviência ao autor, muito pelo contrário, personagem e autor travam intenso debate durante o processo de criação, afetando-se mutuamente. Conforme o personagem vai se fortalecendo durante o processo de construção da história, afeta ao autor, cobrando-lhe maior ou menor atenção. Isso pode assustar o autor que pode resolver esquecê-lo ou até matá-lo na história.

Nesse processo de criação do romance descrito por Bakhtin, vejo os diferentes papéis na construção da pesquisa. O pesquisador, no campo da ciência, constrói o ambiente na qual a pesquisa se desenvolve. Isso quer dizer que ele sabe algo da pesquisa que seus interlocutores ainda não sabem ou talvez não saibam no mesmo nível de significação que lhe atribui o pesquisador. É ele que conhece o passado e o futuro da pesquisa e, a partir das questões por ele levantadas, saberá sistematizá-las. É desse lugar de pesquisador que lhe dará acabamento.

Enfim, chegamos ao *escrever* que tem na ciência como campo de cultura a linguagem escrita como sua principal forma de sistematização e comunicação – embora não se esgote nela (PEREIRA, p. 81). É nesse contexto de encontros com textos e contextos que a pesquisa se dá a conhecer. Para Pereira (2012, p. 82) “a escrita é um processo, um lugar de pensamento, um terreno alteritário e exotópico por natureza.” É na escrita que podemos colocar em debate as idéias e o que foi pensado, podendo ser debatido pelo próprio pesquisador ou pelo leitor. Sendo assim, a escrita do texto estabelece variadas experiências alteritárias, do pesquisador consigo mesmo, com o destinatário da pesquisa, com os sujeitos da pesquisa, com os teóricos com os quais dialoga e com os possíveis leitores do texto. Foi bem assim que aconteceu quando apresentei meu texto na qualificação. O debate foi estabelecido, as questões foram suscitadas para serem debatidas, analisadas e reformuladas, caso, fosse necessário.

Esse último aspecto, o escrever, no meu caso, foi como dito anteriormente, a minha dificuldade. O deserto se apresentou e diante dele me intimidei, me escondi e me acovardei. O escrever responsável sob as condições do deserto (MOTTA e CARVALHO, 2013) é admitir que durante o processo de construção da pesquisa é que lançamos ponte para nos encontrarmos com os outros – orientador, grupo de pesquisa, sujeitos envolvidos na pesquisa, banca de qualificação e de defesa – a fim de eliminar os desertos existentes nessa construção. Desse modo, o trabalho aqui realizado, a partir das contribuições desses outros, apresentou-se mais leve e dinâmico.

*“A maior riqueza
do homem
é sua incompletude.
Nesse ponto
sou abastado.
Palavras que me aceitam
como sou
— eu não aceito.
Não aguento ser apenas
um sujeito que abre*

*portas, que puxa
válvulas, que olha o
relógio, que compra pão
às 6 da tarde, que vai
lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai. Mas eu
preciso ser Outros.
Eu penso
renovar o homem
usando borboletas”*

(Manoel de Barros)

UM POUCO DE MIM

O vivido só se torna recordação na lei da narração (...). E aí se torna outra vez vivo aberto, produtivo. A memória que lê e que conta é a memória em que o “era uma vez” converte-se em um “começa”!

Jorge Larrosa

Trago a epígrafe acima para iniciar a minha narrativa acadêmica como memória de um passado não tão longínquo, mas vivido intensamente, refletido nos desejos de uma criança, no concretizar de alguns sonhos e no desabrochar da incansável esperança.

O início da minha formação enquanto estudante foi muito difícil. Educada em uma família pobre com uma mãe viúva, analfabeta e com seis filhos não poderia ser diferente. Entrei na escola com sete anos de idade, em uma escola particular onde ganhei uma bolsa integral até a quarta série do antigo primário. Considero que a alfabetização foi a etapa mais difícil da minha vida estudantil. Aprender a ler era uma conquista muito importante para mim e para a minha família, era a chance de “ser alguém na vida”, como dizia a minha mãe. Porém passar por esta fase não foi fácil, tive muitas dificuldades para entrar no mundo letrado, tudo parecia muito complicado, mas ao mesmo tempo fascinante.

Não é diferente com o momento que estou vivendo para obter o título de mestre em educação. As dificuldades encontradas para acompanhar todas as demandas exigidas na construção da pesquisa a escolha pelo tema, pela a metodologia, pelos teóricos, as leituras que são muitas, a dificuldade da escrita, o tempo que é curto para o trabalho de campo e a escrita, tudo isso para entrar de fato no meio acadêmico cria uma tensão durante todo o processo. Entretanto diferente da descrição acima não me senti só, alguns interlocutores estiveram presentes. A minha orientadora, incessante em me motivar na escrita, no controle de minhas emoções e na conclusão do trabalho. Os integrantes do grupo de pesquisa GEPELID¹ que também foram companheiros nesse momento, interlocutores nas discussões sobre a base teórica do trabalho. Freire (2001) também me ajuda a aguçar meus ouvidos para os diferentes atores no processo de construção do trabalho.

Se não aprendermos como ouvir essas vozes, na verdade não aprenderemos realmente como falar. Apenas aqueles que ouvem, falam. Aqueles que não ouvem acabam apenas por gritar, vociferando a linguagem ao impor suas ideias. Aquele aluno que sabe ouvir implica um certo tratamento de silêncio e os momentos intermediários de silêncio. Aqueles que falam de modo democrático precisam silenciar-se para que se permita que a voz daqueles que devem ser ouvidos emergja [*sic*]. Eu vivi a experiência do discurso daqueles que ouvem e percebi que o trabalho educacional que deve seguir-se requeria tanto criatividade quanto humildade. É igualmente um tipo de trabalho que implica assumir riscos que aqueles e aquelas que foram silenciados não podem assumir (2001 ,p. 59).

No ginásio estudei numa escola pública, obtendo sempre boas notas, apesar de ter muitas dificuldades financeiras. Mas consegui concluir com satisfação. Ao sair do ginásio fiz prova para Colégio Estadual de 2º Grau Oscar Tenório em Marechal Hermes, fui aprovada

¹ GEPELID – Grupo de estudos e pesquisas sobre linguagem e diferenças. O grupo discute os estudos bakhtinianos e pesquisas sobre diferenças.

para o curso de formação geral, mas não pude cursá-lo, pois o meu bairro era distante da escola e teria que pegar uma condução, porém minha mãe não tinha condição de provê-la e fiquei um tempo fora da escola.

Nesse meio tempo casei, tive uma filha linda, mas o desejo de voltar a estudar era imenso e não poderia mais ser adiado. Nos anos que seguiram vivi uma verdadeira maratona para estudar. A profissão do meu marido exigia mudanças para outros estados do Brasil e eu deveria acompanhá-lo, por isso passei por três escolas de formação de professores até me formar.

A primeira escola na qual trabalhei foi aquela onde me formei e que durante o curso tive meu segundo filho. Ao terminar o curso fui convidada pela diretora a ficar como contratada para trabalhar com a primeira e a segunda série como professora de jogos recreativos em educação. Trabalhei durante sete meses e foi maravilhoso. Consegui desenvolver um projeto de resgate das brincadeiras infantis das regiões brasileiras, envolvendo até mesmo os alunos do Ensino Médio, professores e pais. No final do contrato fiquei grávida pela terceira e última vez. Fiquei dois anos me dedicando à família.

No ano 2000 resolvi voltar a estudar e prestei o vestibular para os cursos de Pedagogia e Direito na Universidade Municipal do Vale de Itajaí, passei nos dois, porém optei pelo curso de Pedagogia à noite com habilitação em Educação Infantil, Séries Iniciais, Administração escolar e Orientação pedagógica que era continuação do meu sonho. Mais uma vez, se iniciava o meu suplício para concluir a faculdade de pedagogia. Para tanto, passei por três universidades a UNIVALI, FURG e por último UFRJ, onde conclui.

Nas universidades que passei estive sempre envolvida nas questões que envolviam a infância, mas na UFRJ participei como monitora de Prática de Ensino de Educação Infantil com a Professora Patrícia Corsino e de duas pesquisas no LEDUC², *PNBE 2005* e da pesquisa *Infância, linguagem e escola: das políticas do livro ao letramento literário* também com a Professora Patrícia Corsino. Nesse ínterim, estagiava na creche universitária e no final do estágio fui convidada a permanecer na escola como professora. Permaneci por mais um ano participando da Pesquisa *Infância*, mas infelizmente não consegui conciliar meu horário com o do grupo de pesquisa e tive que me ausentar.

Trabalhei quatro anos na creche universitária como prestadora de serviço. Foi nesse contexto de trabalho que conheci a história da creche universitária da UFRJ. Uma creche para funcionários que foi fundada há trinta quatro anos com cunho assistencialista, sem um quadro efetivo de professores, sem projeto político pedagógico, sem recursos financeiros, enfim sem atender aos aspectos legais para seu funcionamento. A partir daí, comecei a participar, com alguns outros colegas de trabalho no movimento de institucionalização da escola. Inicialmente, buscamos a vinda de professores da Faculdade de Educação para instituir

² O Laboratório de Estudos de linguagem, leitura, escrita e educação – LEDUC – é um grupo de pesquisa da FE/UFRJ que reúne professores que atuam na Pós-Graduação (PPGE), na Extensão e na Graduação (formação inicial de professores da Educação Básica), em dimensões interarticuladas. Privilegiam-se temas de ação e de pesquisa nos campos de linguagem, alfabetização, literatura, letramento e cultura escrita, inscritos em uma perspectiva discursiva que tem como foco privilegiado os sujeitos escolares (crianças, jovens e adultos) no processo de constituição pela/na /com a linguagem. Tendo como coordenadores a professora doutora Lumila Tomé de Andrade e a Professora Doutora Patrícia Corsino.

momentos de formação com os professores da creche e depois, quem sabe, assumindo a mesma com o olhar educacional, pedagógico e não assistencialista.

No término da graduação, apresentei como tema da monografia *Professores de Educação Infantil e sua visão de literatura*, pesquisa que foi realizada na creche universitária da UFRJ. O estudo teve como objetivo discutir e analisar as visões de literatura e do trabalho com ela nos espaços de Educação Infantil de professoras que atuavam em turmas de creche e de pré-escola de uma instituição pública federal que atendia em horário integral. Pretendeu-se conhecer quais eram as concepções de infância e de literatura infantil presente nos relatos das professoras sobre as práticas de leitura literária.

Após o término da graduação ingressei no curso de especialização *Saberes e práticas na Educação Básica*, na UFRJ. O trabalho final teve como título: *O diálogo das experiências de duas professoras, sobre a aquisição da leitura e da escrita por um grupo de crianças da educação infantil*. Seu objetivo era apresentar registros de duas professoras no trabalho desenvolvido em uma escola de educação infantil, com crianças de três anos e meio a quatro anos e meio e buscar compreender fatores que favoreceram a apropriação da leitura e a escrita por um número significativo delas sem que as professoras tivessem a intenção de sistematizar o processo de alfabetização e letramento.

Nesse contexto, participei do concurso em 2008 para TAE – Técnico em Assuntos Educacionais – concurso esse em que os técnicos foram lotados na creche. Fui aprovada, mas não fui convocada de imediato e tive que sair da escola para que os técnicos pudessem assumir como professores das turmas. Durante o período que estive afastada da creche fui convidada para participar do PROINFANTIL - Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil como ATP – Assessora Técnica do PROINFANTIL. Foi uma experiência ímpar viver de perto a formação em serviço de professores leigos e minha própria formação nos Encontros Nacionais com os demais ATPs, professores universitários e representantes do MEC. Pude vivenciar as políticas para a infância, bem como as políticas de parceria entre MEC, Universidade, Estado e Município seus avanços e contradições.

Em 2010 fui convocada para a Escola de Educação Infantil como TAE. Reiniciava ali minha luta por uma escola reconhecida no âmbito da universidade e da esfera pública como um todo. Através dos conhecimentos adquiridos no PROINFANTIL³ tive acesso a informações que retornaram com a discussão sobre a institucionalização da escola com a Resolução Nº 1, de 10 de março de 2011, que fixou normas para o funcionamento das Unidades de Educação Infantil vinculadas à Administração Pública Federal Direta, suas autarquias e fundações. Desde então tenho participado das discussões e avanços na institucionalização da escola.

Atualmente, sou TAE da UFRJ atuando como docente, na Escola de Educação Infantil. Nesse retorno à escola, percebi a necessidade de focar na minha formação e como já estava há algum tempo longe de grupos de pesquisa resolvi participar do *Grupis – Grupo de Pesquisa Infâncias até os 10 anos*, na UFRJ, da linha de pesquisa 1 – Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas. Fui recebida pela Professora Dr^a Flávia Motta e pelo os demais componentes do grupo com muito carinho. Depois de seis meses de participação no

³ Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil.

Grupo me senti mobilizada a tentar o Mestrado com o projeto: *Projetos de Leitura: um convite ao encantamento ou ao ensino? Dialogando com professores e crianças da EEI UFRJ sobre literatura*, dando continuidade as pesquisas anteriores trabalhadas, porém, nossas certezas são desconstruídas no percurso de nossa caminhada e não foi diferente comigo. Do projeto de literatura fui impelida a pensar sobre a gestão na Escola de Educação Infantil da UFRJ. Incomodada com o fato de que este espaço de extrema importância estivesse sem ninguém para assumi-lo, me engajei junto com um grupo de professoras da EEI-UFRJ em assumir o cargo em vacância. A partir desse momento o meu foco de interesse em relação à pesquisa do mestrado modificou-se. Decidi por narrar a história do grupo que assumiu a direção da escola, denominado Grupo Gestor.

A primeira intenção era tão somente, narrar a história do grupo, no que concerne aos desafios que esse enfrentaria na implementação de uma gestão democrática e dos espaços coletivos de decisões. A escrita foi baseada na composição na história política da EEI-UFRJ, desde sua composição, bem como, na história da composição do Grupo Gestor. As discussões teóricas perpassaram os estudos de Vitor Paro e Heloisa Lück que abordam a gestão de unidades educacionais alicerçado sobre os pilares de participação democrática de professores, alunos e pais para a administração escolar. Outro autor convidado ao diálogo foi Paulo Freire (1999) que há muito tempo propôs a participação efetiva dos sujeitos no espaço de discussão da escola. Para a análise do campo a pesquisa iniciou o diálogo com os estudos de Mikhail Bakhtin (2010, 2009, 2003) e Walter Benjamin (2004, 1994, 1987).

Porém, como anunciado no início do texto, quando acreditei que o caminho estava bem delineado, fui surpreendida pelas as questões apontadas na qualificação. Elas me ajudaram a ver assim como na história do menino Diego, contada por Eduardo Galeano, que, ao se deparar com a imensidão do mar, pediu a seu pai que o ajudasse a olhar. O olhar da banca de qualificação sobre o trabalho, me fez considerar que narrar a história do Grupo Gestor não era o suficiente para compreender a dificuldade em assumir o lugar de direção em uma escola da educação infantil na UFRJ. Para entender essa história é necessário conhecer os sujeitos que antecederam ao Grupo Gestor. Como chegaram a ocupar o cargo de direção? Que outro lugar ocupavam na universidade antes da direção da EEI? Quais foram os critérios para a escolha desses diretores? Qual foi a dificuldade em permanecer no cargo? Qual o lugar da Educação Infantil na UFRJ? Ouvir os sujeitos que já assumiram esse lugar, é de suma importância para contar a história a contrapelo como recomenda Benjamin (1987, p. 222-232), ou seja, na direção contrária à esperada.

Benjamin propõe a ruptura do “uma era uma vez”, com um tempo pleno de “agoras”, em que passado, presente e futuro se cruzam. É no resgate do passado, na memória, na escuta de vozes que foram emudecidas, que reside a possibilidade de realizar o encontro secreto marcado entre gerações precedentes e a nossa. Nesse sentido, a história a ser contada será aquela em que os sujeitos envolvidos nos ajudarão a compreender a história da gestão da EEI pelo viés dos que ao longo da história da instituição ajudaram a construí-la.

Para iniciar o texto trago um pouco da interlocução com a banca de qualificação e a da dificuldade de retomar a escrita da dissertação. Também um da minha história que relata a luta de uma cidadã por sua formação acadêmica.

Na segunda parte do texto apresento um pouco da história da Escola de Educação Infantil, sua fundação e os diretores que mais tempo ficaram no cargo e que de alguma maneira contribuíram para mudanças significativas na escola. Também os avanços nas políticas de atendimento à infância, bem como, suas bases legais a partir de um histórico do atendimento da criança no Brasil. Tal histórico se confunde com a própria história da Escola de Educação infantil.

Na terceira parte do texto apresento os aportes teóricos e metodológicos para a entrada no campo. A escolha pela metodologia do encontro por entender que é no encontro com o outro que me constituo. A pesquisa dialoga com os estudos de Mikhail Bakhtin (2010, 2009, 2003) que revela que a enunciação é histórica e está submetida à ordem da história. Bakhtin diz que um discurso se constitui em oposição a outro discurso. É essa relação de oposição que dá historicidade ao discurso. Por fim, a escolha por Walter Benjamin (2004, 1994, 1987) busca uma aproximação às suas ideias a respeito da educação, linguagem, experiência, cultura e principalmente a ênfase dada ao diálogo, com o se importar com o sentimento do outro, sentimento que cada vez mais a modernidade se afasta (BENJAMIN, 1987, p. 23).

Esses autores concebem os sujeitos constituídos na cultura e a linguagem como produção humana, socialmente construída. É a partir dessa perspectiva da relação dialógica, da alteridade, da polifonia, da palavra e contrapalavra que proponho a discussão para olhar o campo nessa pesquisa.

Na quarta parte do texto apresento o encontro com três ex-diretoras da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro que permaneceram mais tempo no cargo, numa tentativa de compreender melhor a história da gestão da escola ao longo de seus trinta e quatro anos.

Na quinta parte do texto trago as vozes das ex-diretoras na história no que concerne a algumas áreas que foram e são importantes para a identidade da EEI-UFRJ e para sua permanência como lócus de Pesquisa, Ensino e Extensão

Nas considerações finais apresento o que o trabalho nos ajudou a conhecer da história da EEI-UFRJ a partir das vozes das ex-diretoras, bem como, as lutas ainda travadas para que a Educação Infantil tenha um lugar de fato na Universidade.

PARTE 2

UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Escavando e recordando – e se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno do hoje o lugar no qual é conservado o velho.

Walter Benjamin

A história da EEI-UFRJ passa pela a história das creches no Brasil e da própria institucionalização da infância.

Nesta parte do texto, apresento a Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro sua trajetória, as dificuldades e avanços de suas gestões a fim de compreender, a própria situação da Educação Infantil brasileira e a sua institucionalização.

2.1 Infância no Brasil: da assistência ao direito

O início do atendimento da criança no Brasil data do século XIX e os modelos seguidos são de países da Europa Ocidental. A princípio esses modelos de atenção à criança em creches eram voltados para filhos de mães trabalhadoras, que exerciam trabalhos fora de casa, para crianças desamparadas, orfãs ou abandonada. Já, os jardins de infância eram para crianças ricas. As creches no seu início tem um caráter assistencial e os jardins de infância educacional. (CORSINO, DIDONET NUNES, , 2011, p. 17).

Segundo Kramer (2002, p.49-50), no Brasil o atendimento à criança desde o descobrimento até 1874 era mínimo, tanto do ponto de vista jurídico quanto do atendimento possível àquela época. Para o código civil, menor desvalido e menor delinquente eram termos que remetiam aos mesmos sujeitos. Atuações preventivas como a puericultura, a higiene e a proteção não eram ainda pensadas. Havia regulamentos referentes a bens através do código de lei. O atendimento à criança só começou a ser pensado através de projetos elaborados por grupos particulares, sendo esses médicos denominados higienistas, pois se preocuparam, entre outros aspectos, com os índices alarmantes de mortalidade infantil.

No princípio do século XX, a situação da infância brasileira começou a mudar Foi em 1875 que surgiu o primeiro jardim de infância particular no Brasil, fundado por Menezes Vieira no Rio de Janeiro para atender a alta aristocracia da época. O primeiro Jardim de Infância público foi datado de 1896, na cidade de São Paulo. Dentre os grupos existentes que teimavam em diminuir a desconsideração do poder público em relação à infância, destacava-se o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro (IPAI) em 1899, que visava preservar a infância da desnutrição e do desamparo dos cuidados, garantindo à sociedade a manutenção das vidas das crianças entendidas como o futuro da nação.

A fundação foi contemporânea a uma certa movimentação em torno da criação de creches, jardins de infância, maternidades e da realização de encontros e publicações. Em 1908, teve início a “primeira creche popular cientificamente dirigida” a filhos de operários até dois anos e, em 1909, foi inaugurado o Jardim de Infância Campos Sales, no Rio de Janeiro. Enquanto havia creches na Europa desde o século XVIII e jardins de infância desde o século XIX. (KRAMER, 2011, p.52).

A partir desse momento as atividades desse Instituto alcançaram o poder público e a inércia a que estava submetido. Filiais do IPAI foram abertas em todo território nacional. A criança passou a ter um novo valor para o Estado e seu atendimento era apontado como

progresso e como solução para os problemas sociais. Neste contexto, o atendimento na pré-escola passou a ser visto como supridor de carências culturais das crianças oriundas das classes populares.

Ainda no século XX, o número de creches e jardins de infância começou a crescer. Com a regulamentação da mão-de-obra feminina e ampliação de alguns direitos trabalhistas, exigiu-se que as empresas tivessem creches para os filhos menores das operárias enquanto trabalhavam.

No final dos anos 70 já havia uma nova perspectiva para olhar a educação das crianças pequenas, fruto de debates instensos iniciados na confluência dos movimentos sociais e das pesquisas acadêmicas. Tal efervescência repercutiu na Constituição Federal de 1988, um momento de redemocratização do Brasil considerado a “era dos direitos”. As reflexões sobre a Educação Infantil não ficaram de fora e ela foi reconhecida como dever do Estado. O Artigo 208, inciso IV diz: “[...] O dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de: IV – atendimento em creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade”. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 definiu, então, a Educação Infantil como um direito da criança e uma opção da família, determinando a obrigação do Estado no atendimento às crianças de zero a seis anos. A partir dessa lei, as creches anteriormente vinculadas à área de Assistência Social, passaram a ser de responsabilidade da Educação. Essas instituições deveriam não apenas cuidar das crianças, mas prioritariamente desenvolver um trabalho educacional.

Dois anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90 que, ao regulamentar o art. 277 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. Segundo FERREIRA (2000, p.184, *apud* PASCHAL, A. ET. AL., 2009, p.85) o Estatuto era mais do que um simples instrumento jurídico, pois:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer desenvolvimento.

Entre os anos de 1994 a 1996, foram publicados pelo Ministério da Educação vários documentos importantes que compunham uma “Política de Educação Infantil”. Estes documentos estabeleciam diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino. Os documentos eram: “Critérios de atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças, (1995)”, que discute a organização e o funcionamento interno dessas instituições; “Por uma política de formação para o profissional da Educação Infantil, (1995)”, que trata da necessidade de formar profissional qualificado e com o mínimo de escolaridade para atuar nessa etapa; “Educação Infantil: bibliografia anotada, (1995-2002)” “Propostas pedagógicas e currículo em Educação Infantil, (1996)”. Esses documentos foram de suma importância para nortear o trabalho nas instituições de Educação Infantil.

Em dezembro de 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (BRASIL. 9.394/96), que ao tratar a composição dos níveis escolares, inseriu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases definiu, entre outras coisas, que a Educação Infantil deve ter “como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (art. 29).

A Lei de Diretrizes e Base foi além, ao determinar, no artigo 31, que a avaliação na Educação Infantil, se daria mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. Indicando que o desenvolvimento infantil começava a ser entendido em suas particularidades e levado em consideração no plano do sistema de educação geral.

A Lei nº 11700/08 incluiu no inciso X, no Artigo 4º da LDB 9394/96 Garantia de vaga na Escola Pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência, a toda criança a partir do dia em que completasse quatro anos de idade.

O Ministério da Educação publicou também, em 1998, os documentos “*Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil*” (BRASIL, 1988 b) que contribuíram para a formação de diretrizes e normas da educação da criança, e o “*Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*” (BRASIL, 1988 a), discutindo a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil.

Ainda em 1999, a Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica Nº 1 de 7 de abril instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o objetivo de direcionar, de modo obrigatório, os encaminhamentos de ordem pedagógica para esse nível de ensino aos sistemas Municipais e Estaduais de educação. Estas diretrizes sofreram uma revisão em 2009 inserindo princípios éticos, políticos e estéticos, reconhecendo as crianças como sujeitos históricos e de direitos, centro do processo educativo. E as Diretrizes Curriculares para a Formação de professores da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

O Plano Nacional de Educação 2001 apresentou metas para 10 anos (2001-2010), tendo como uma das suas prioridades a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, incluindo-as nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Por sua vez, o atual Plano Nacional de Educação 2011 (2011-2020) é composto por 14 artigos e um anexo com 20 metas para a Educação. A 1ª meta pretende universalizar, até 2016, o atendimento da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos. As metas são orientadas, entre outros pontos a: universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais. Segundo o que diz o Plano Nacional de Educação (2011-2020), atualmente o crescimento do atendimento na idade de frequentar a creche é a mais acelerada das etapas da educação básica, porém ainda está abaixo do necessário para atingir a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos na escola em 2020.

É no contexto da assistência e de movimentos particulares e higienistas, como relatado anteriormente que a Creche Universitária é criada como veremos a seguir

Esse breve resgate histórico permite situarmos a EEI da UFRJ no contexto mais amplo em que se encontra para que possamos tomar as falas produzidas lá como textos que se dão a compreensão.

2.2 A história da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro: seu contexto histórico

A EEI-UFRJ esta localizada, desde sua criação, no anexo das instalações do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, situada na Cidade Universitária, Rua Bruno

Lobo, número 50. A EEI-UFRJ foi fundada em 24 de junho de 1981 pela médica pediatra e diretora do IPPMG, Dr^a. Dalva Coutinho Sayeg, com o nome inicial de *Creche Universitária*

Figura 1



Mapa da Ilha do Fundão onde está localizada a Cidade Universitária e a EEI – UFRJ. Fonte: http://www.gae.fau.ufrj.br/assets/apo_crecheufrj_cristianeelisabethrogerio_set08.pdf. Acessado em 05/10/2015

Figura 2



Prédio do IPPMG onde funciona a Escola de Educação Infantil até os dias atuais. Fonte: http://www.ufrj.br/detalha_noticia.php?codnoticia=818. Acessado em 05/10/2015

Dr^a. Dalva Sayeg era servidora pública, sua carreira profissional se deu na área da saúde, foi em sua direção na frente do IPPMG que implementou o Programa Materno Infantil com recursos do Ministério da Saúde⁴. Nesse programa também estava incluída a Creche Universitária, atual Escola de Educação Infantil da universidade Federal do Rio de Janeiro EEI-UFRJ.

Dr^a. Dalva, hoje falecida, em entrevista dada em 2007 para compor o livro 60 anos do IPPMG falou sobre o surgimento da Creche Universitária.

No programa tínhamos a creche, que fazia parte do Materno Infantil, que está lá até hoje, é a creche universitária, a qual serviu de modelo para criar outras creches, inclusive a da Fundação Oswaldo Cruz e a do Instituto Fernandes Figueira. Na creche as crianças eram bem tratadas. (RODRIGUES, [et al.], p. 68, 2013).

Segundo a pesquisadora Isabela Lopes em sua dissertação sobre *O acesso às unidades federais (UUFEl's): A Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014)* as intenções da Dr^a. Dalva eram de ir além dos conceitos médicos. A pesquisadora traz esse dado a partir da entrevista dada para o livro de Glauco Carneiro, intitulado *Um compromisso com a esperança*, que conta a história da Sociedade Brasileira de Pediatria. Dr^a Dalva relata que:

Vivemos um tempo de mudanças, na área da saúde, da educação, e principalmente no ensino da medicina, (...) queremos formar um médico muito voltado para o social, não desfazendo da tecnologia, que imprescindível. Mas indo além de todo esse avanço científico e tecnológico, queremos também um retorno aquela postura social, ética, humana, de ver a criança como um ser integral na família e na comunidade. (CARNEIRO, *apud* LOPES 2014, p. 241)

Partindo dessa intencionalidade, para a Dr^a. Dalva a criação de uma creche em um hospital não causaria nenhum estranhamento, já que entendia a importância social das duas áreas, Educação e Saúde, caminharem juntas. Ainda nessa entrevista, a Dr^a Dalva salienta essa necessidade de articulação:

Os alunos também passavam pela a creche, tinham aula lá... com crianças saudáveis. O desenvolvimento psicomotor da criança saudável – estava no consultório de psicomotricidade, nós fazíamos todo esse acompanhamento e os alunos acompanhavam. Era uma forma de valorizar o crescimento geral e psicomotor. (...) Muitas pesquisas saíram dali: ... muitas crianças eram educadas na creche, muitas no programa do aleitamento materno. As mães eram estimuladas a manter a amamentação dos seus filhos. (RODRIGUES et al, p. 68, 2013)

⁴ Esse ministério criou em 1940, o Departamento Nacional da Criança (DNCr.), órgão que procurou centralizar o atendimento e ações destinadas a infância brasileira durante décadas. Esse departamento diferenciava daquele mantido por Mancorvo Filho, já que apresentava caráter público. É importante destacar a criação do DNCr., já que em 1970 ele foi transformado em Coordenação de Proteção Materno-Infantil e posteriormente na Divisão Nacional de Proteção Materno-Infantil. Este órgão apresentou diferentes denominações até ser extinto em 1996.16. (LOPES, 2014)

O objetivo da creche era atender aos filhos dos servidores da instituição e ser campo de estágio e pesquisas para os alunos dos cursos do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - IPPMG, porém o atendimento também foi estendido aos alunos de medicina, enfermagem, nutrição e psicologia. A instituição oferecia 100 vagas a crianças de 4 a meses a 6 anos de idade. As vagas eram ocupadas pelas famílias inscritas após uma pesquisa realizada por uma equipe composta por um assistente social e um psicólogo.

Em 1983 a Dr.^a Dalva deixa o cargo e nomeia para a Coordenação a psicóloga Mariete Cardoso, esposa do Vice-Reitor Alexandre Cardoso. Mariete já trabalhava na Coordenação da Creche junto com a Dr.^a Dalva. Nesse período, Mariete iniciou uma parceria com outras unidades da Universidade recebendo estagiários de outros cursos em especial da Faculdade de Educação.

No começo, a Creche ficou vinculada ao hospital. Em 1987, após reestruturação política e funcional, sob a gestão da psicóloga Ângela Maria dos Santos que era lotada na PR4-Pró-Reitoria de Pessoal, passou a fazer parte da estrutura da Divisão de Assistência Médica dos Servidores – DAMS (hoje, CPST –Coordenação de Políticas e Saúde do Trabalhador.) Com essa mudança a Creche passou a ser chamada de Creche Universitária Pintando a Infância. Durante este período, a instituição tinha uma função marcada por um viés assistencialista e o atendimento as crianças era feito por enfermeiras, atendentes e/ou por pessoas interessadas, sem a exigência da formação em magistério, geralmente, contratadas ou oriundas da Fundação José Bonifácio.

Em novembro de 1990 a Creche passou a fazer parte da Superintendência Geral de Pessoal e Serviços Gerais - PR-4, ainda nesse momento, permanecia no cargo como Diretora Ângela Maria dos Santos . que permaneceu, durante quinze anos. No período de sua gestão, a Creche passou por grandes conquistas além das mencionadas anteriormente, em termos de concepção de atendimento, dos profissionais da equipe de trabalho, de recursos materiais, do acesso. Com a mudança, a Creche saiu do contexto da saúde, de um caráter médico higienista na qual foi criada e passa ser um concebida como um direito do servidor.

Em comemoração dos 25 anos da Creche, o então Superintendente Geral de Pessoal, Roberto Gambine, que também teve seu filho atendido nesse espaço, considerou que, apesar das muitas conquistas e avanços não podemos esquecer de como foi importante o contexto em que foi criada a Creche e sua importância para a Universidade.

Eu acho que a creche é fundamental sobre vários aspectos. Um primeiro, que a gente nunca deve esquecer, é que a creche é uma conquista da mãe servidora, da mãe trabalhadora. Foi um processo de luta dessa universidade, dos seus servidores e isso deve ser uma marca que a gente nunca devemos esquecer, com toda a evolução que a gente venha incorporar na creche. (VÍDEO INSTITUCIONAL, EEI-UFRJ, 2006)

No livro CRECHE de Fúlvia Rosemberg; especificamente no capítulo *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche 1984*; a autora nos apresenta detalhes importantes sobre a história das creches e esclarece qual o principal motivo para sua criação: a necessidade econômica das mães de trabalharem fora de casa para melhorar renda ou, para sustentar a própria família.

A história das creches em diferentes países esteve diretamente relacionada a intencionalidades políticas, sendo utilizadas em diversas oportunidades como um meio de manipulação das massas. Um bom exemplo disso foi a expansão das creches nos Estados

Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial; com essa medida o governo visava aumentar o número de trabalhadoras nas indústrias armamentistas.

O ciclo de expansão das creches no Brasil iniciou-se a partir da segunda metade da década de 70, estas instituições tinham por objetivo proteger os filhos de mulheres das classes trabalhadoras, sendo assim, razões educacionais eram estranhas ao funcionamento das creches, que ocupavam-se apenas em manter a saúde física e moral das crianças. Apesar de diversas motivações ao longo do tempo, a creche não conseguiu romper com a concepção de maternagem substituta que ela representa, não sendo tida como uma verdadeira instituição educacional infantil.

Esta vinculação ideológica trouxe pesadas consequências às creches, tanto no campo expansionista, como no econômico. O caráter provisório e emergencial da creche e a não universalização de experiências entre os pais, foram os maiores fatores que contribuíram para tornar a creche um local sem identidade educadora. Também por esse motivo, os governantes não se preocuparam em enviar verbas para a expansão e melhorias destes locais. Em decorrência destes fatos, o atendimento prestado à sociedade sempre foi pior que o desejável. O movimento de mulheres muito contribuiu para o aumento da quantidade de creches no Brasil.

Ainda durante a gestão de Angela alguns avanços legais passaram a compreender a Educação Infantil dentro de perspectivas do direito, como já descrito no tópico anterior. A Constituição Federal de 1988 passou a definir a educação infantil como “um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família”. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, Lei n. 8.069/90, regulamentou artigos da Constituição Federal e explicitou mecanismos que possibilitavam a exigência legal dos direitos da criança. Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –, Lei Federal nº. 9.394/96, que incluiu efetivamente a educação infantil no sistema educacional brasileiro, compondo a primeira parte da Educação Básica. Os municípios deveriam, como decorrência, promover a integração das instituições de educação infantil aos seus sistemas de ensino, antes predominantemente atreladas à Assistência e Promoção Social. A partir da LDB, passou a haver uma preocupação específica com a formação do educador de educação infantil, tendo sido em princípio definida a formação no nível superior, embora seja aceita, no mínimo, a formação no magistério (Ensino Médio).

Nesse momento, a creche teve que repensar seus objetivos para assegurar uma educação de qualidade que articulasse educação e cuidado. Didonet nos ajuda refletir sobre esse processo:

Educar e cuidar, duas ações separadas na origem dos serviços de atenção à criança pequena, tornam-se, aos poucos, duas faces de um ato único de zelo pelo desenvolvimento integral da criança. Cuidar e educar se realizam num gesto indissociável de atenção integral. Cuidando, se educa. Educando, se cuida. Impossível um sem o outro. (2011, p. 13).

O atendimento às crianças continuava sendo realizado por atendentes, porém não mais num contrato de prestação de serviços pela a Fundação José Bonifácio, mas integrados ao corpo de servidores da universidade como recreacionistas. Segundo os servidores que permanecem na EEI até hoje, isto aconteceu através de uma luta do sindicato – SINTUFRJ – com o governo, conseguindo assim incorporar esses trabalhadores no quadro da universidade. Este cargo foi extinto do quadro de pessoal das universidades federais na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Nessa época, o atendimento também era realizado por prestadores de serviço que completavam o quadro da escola, sendo que já se exigia a

formação mínima no magistério para atuarem com as crianças. Cabe lembrar que essa contratação era precária e perdurou em outras gestões. Apesar dessas importantes mudanças legais, o atendimento na creche continuava restrito aos filhos de servidores. A precarização na contratação de profissionais permanecia e a creche continuava localizada em uma ala do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - IPPMG.

Em julho de 2002, numa ação de consenso entre a Pró-Reitoria, a Superintendência de Recursos Humanos, servidores e pais foi realizada a indicação de Veloni Vicentini, pedagoga de formação e coordenadora da escola, para diretora da Creche. Foi durante sua gestão que iniciaram-se as primeiras ambições para a institucionalização da escola. Também em sua gestão Veloni procurou a Faculdade de Educação para estabelecerem uma parceria. Desde sua inauguração, a escola recebeu estagiários de diferentes cursos, inclusive da Faculdade de Educação, mas a relação era restrita a esse aspecto. A partir dos esforços dessa gestão, a Faculdade de Educação passou a desenvolver um trabalho de formação em serviço dos professores da escola. Quando a escola comemorou seus 25 anos, passou a ser chamada de Escola de Educação Infantil – UFRJ (EEI-UFRJ) e buscaram-se novas alternativas para o aprimoramento da qualidade do atendimento às crianças, começando, então, pelo esforço para contratação de professores com habilitação em Educação Infantil - até então, o atendimento às crianças era realizado por prestadores de serviço e técnicos administrativos - com formação no magistério médio e/ou superior.

Por meio de uma parceria estabelecida em 2005, com a Faculdade de Educação da UFRJ (especificamente com o Departamento de Didática) e com a PR-4, foi elaborada uma seleção pública para contratação de vinte professores-substitutos para estabelecer o atendimento às crianças em sala de aula. A partir da contratação dos professores substitutos, os prestadores de serviços que não tinham vinculação à UFRJ foram dispensados.. Cabe aqui ressaltar, que muitos dos professores com o vínculo de prestação de serviços já estavam na escola há muitos anos. Conheciam bem a sua proposta de escola e alguns participaram da seleção pública e retornaram como professores substitutos. Outros voltaram à escola no concurso para Técnicos em Assuntos Educacionais como veremos mais à frente.

Veloni Vicentini deixou a EEI no ano de 2006, bem próximo à comemoração dos 25 anos da EEI, os motivos não puderam ser levantados devido à sua recusa em atender a pesquisadora. Por isso, a dissertação ficou sem a contribuição desta ex-diretora que foi extremamente importante politicamente para a EEI-UFRJ. O seu lugar foi ocupado por algum tempo pela nutricionista Cristiane Sobrenome. Entretanto, por ocasião da comemoração dos 25 anos da EEI – UFRJ foi gravado um vídeo institucional em que Veloni Vicentini falava do momento importante que a escola vivia.

[...] ainda estamos lutando pela condição dessa creche continuar sendo mantida pela a universidade, mas com caráter agora escolar, caráter de educação, não mais como assistência. [...]essa creche tem uma história muito bonita, de carinho e dedicação. [...] Então, a responsabilidade, imagino eu, que nós temos, é dar condições para esse espaço se transformar, realmente,em um espaço de educação infantil com qualidade, com os três objetivos que a universidade tem – ensino, pesquisa e extensão – e que às crianças sejam oportunizadas condições efetivas de educação. (VÍDEO INSTITUCIONAL, EEI-UFRJ,2006)

Em julho de 2006 a direção da EEI-UFRJ passou à professora da Faculdade de Educação Eliana Bhering que já realizava formações para os professores da EEI, juntamente com a professora Patrícia Corsino da mesma Faculdade. Nessa gestão foi produzido um Manifesto realizado pelo Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação em

relação à precariedade em que se encontrava a EEI-UFRJ, sem um quadro de professores, O documento relatava que,

a EEI-UFRJ enfrenta sérios problemas que estão diretamente relacionados à sua estrutura e quadro de pessoal, uma vez que, não sendo uma unidade (acadêmica), as possibilidades orçamentárias se restringem completamente. (EEI – UFRJ, 2006)

O Manifesto também sinalizava para uma futura institucionalização da EEI quando afirmava:

concordamos plenamente que a EEI-UFRJ se torne uma unidade acadêmica mais rápida possível, e, portanto, contando com orçamento específico para atender suas demandas, e que esteja vinculada ao CFCH nas mesmas bases em que o CAP-UFRJ está. (EEI – UFRJ, 2006)

Os principais objetivos dessa gestão eram a revisão do Projeto Político Pedagógico e a abertura de vagas para contratação de professores por meio de concurso público. Não foi possível, entretanto, contratar professores desta forma, pois, as vagas para estes, no âmbito da Administração Pública Federal, são oferecidas pelo MEC no cargo de EBTTs - carreira do magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico - e a escola não era institucionalizada, ou seja, reconhecida como uma Escola de Educação infantil da UFRJ, assim como o CAP-UFRJ. Pensou-se numa solução que atenderia com mais agilidade à necessidade de profissionais para a escola naquele momento.

Assim, foi realizado no ano de 2008, um concurso para TAEs – Técnicos em Assuntos Educacionais – com formação em pedagogia e experiência em educação infantil e/ou em supervisão e orientação escolar, que seriam lotados na escola e assumiriam as turmas. Esse foi um arranjo que todos sabiam que não duraria, pois, o concurso não era para docentes e ficaria claro o desvio de função. Ainda nessa gestão, foram lotados, então na escola, os primeiros TAEs, o que não foi, a princípio, problemático, pois os aprovados nas vagas do concurso eram professores substitutos da escola e já tinha conhecimento que assumiriam as turmas como docentes. Havia uma defesa, na universidade, que o fato de, no concurso, ser exigida a formação docente, não caracterizaria ilegalidade no processo. Por algum tempo esse discurso foi enunciado pela gestão e enquanto permanecia um pequeno quantitativo de TAEs (Técnico em Assuntos Educacionais) houve um pouco de tranquilidade na escola. Esta tranquilidade, porém, não duraria por muito tempo.

Em junho de 2009 a Professora Eliana Bhering por razões pessoais e profissionais passou a direção da escola para Aline Faria Silveira, até então Coordenadora Pedagógica da escola e uma das técnicas que havia passado no concurso. A mesma foi convidada pela Pró-reitoria de Pessoal e Recursos Humanos, através do Pró-Reitor Luis Afonso Mariz e Superintendente Roberto Gambine, a assumir a direção da escola e permanece até o início de 2011.

A nova diretora recebeu uma quantidade considerável de TAEs na EEI. É importante relatar que o concurso de TAEs realizado para suprir a necessidade de professores na escola trouxe questões que perduraram até recentemente. Uma delas e talvez a que mais incomode,

segundo os técnicos-professores⁵, seria, a omissão no edital de número 28/2008, de 22 de abril de 2008, publicado no Diário Oficial da União de que os técnicos iriam atuar como docentes, regentes em sala e não como técnicos como apontam as especificidades descritas em edital, vejamos:

Técnico em Assuntos Educacionais: Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino e aprendizagem traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento dos mesmos e criando ou modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos; Elaborar projetos de extensão; Realizar trabalhos estatísticos específicos; Elaborar apostilas; Orientar pesquisas acadêmicas; Executar outras atividades de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.(UFRJ, Edital nº 28/2008, AnexoIV)

Esta situação trouxe muitas dificuldades para a gestão da escola, pois, muitos técnicos solicitaram sair da escola para assumir seu cargo de fato na universidade. Consideramos legítima a reivindicação dos TAE's, já que as atribuições do cargo para a prática pedagógica exigida para atuar com as crianças da Educação Infantil visava "Executar outras atividades de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade" o que difere das atribuições exigida para os EBTT'S, como veremos a seguir:

São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

- I - Atuar na educação profissional de nível Médio, na Educação Superior e em Cursos de formação continuada;
- II - Atuar na educação Básica, Técnica e Tecnológica;
- III - As relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no âmbito, predominantemente, das Instituições Federais de Ensino;
- IV - As inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente;
- V - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- VI - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- VII - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- VIII - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- IX - Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- X - Colaborar com as atividades de articulação do Instituto com as famílias e a comunidade.

⁵ Grifo meu: Técnicos-Professores, refere-se aos Técnicos em Assuntos Educacionais que estavam em sala exercendo a função de docência.

- XI - Orientar estudantes de: Iniciação Científica (IC), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Pós-Graduação;
- XII - Integrar-se a todas as atividades acadêmicas e administrativas da Unidade Acadêmica.
- XIII- Atender as necessidades pedagógicas dentro da transversalidade buscando atender a pluricurricularidade da formação técnica e tecnológica.
- (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PARÁ, Edital Nº 01, de 30 de julho de 2013)

Fica claro que as atribuições para o cargo dos EBTT's são condizentes com a prática pedagógica que será exigida desse profissional para o trabalho com as crianças.

Aos poucos, cada gestão que passou pela EEI-UFRJ foi colocando á disposição os técnicos que gostariam de sair da escola, permanecendo aqueles que acreditavam que, em algum momento, exerceriam suas funções técnicas na própria escola.

Foi também na gestão de Aline Faria que se iniciaram as discussões do processo de institucionalização, diante do conhecimento da Resolução nº 01 CNE/CEB de 10 de março de 2011 que fixou normas de funcionamento das Unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. Seus artigos mobilizaram não só as discussões com a EEI, mas também com outras instituições como a Fiocruz, a Creche UFF e a Creche do Hospital Geral de Bonsucesso. Vejamos os artigos da Resolução Nº 1 de 10 de março de 2011 do Conselho de Educação e Câmara de Educação Básica que afetam diretamente essas instituições:

Art. 1º As unidades de Educação Infantil mantida e administrada por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art.16, inciso I, da Lei nº 9.394/96, como instituição pública de ensino mantidas pela União, integram o sistema federal de ensino e devem:

- I – oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender;
- II – realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobranças de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;
- III – atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;
- IV – garantir ingresso dos profissionais de educação, exclusivamente, por meio de concurso público de provas e títulos;
- V – assegurar planos de carreira e valorização dos profissionais do magistério e dos funcionários da unidade educacional;
- VI – garantir o direito à formação profissional continuada;
- VII – assegurar piso salarial profissional; e
- VIII – assegurar condições adequadas de trabalho.

Art. 8º No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as universidades devem definir a vinculação das unidades de Educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento. (CE/CEB, 2011)

A Resolução foi um divisor de águas para que a discussão sobre a institucionalização da escola fosse, enfim, efetuada e discuti-la nessa dissertação é entender como as políticas afetam diretamente a escola e seus sujeitos. A Resolução chegou até a escola trazida por mim.

Nesse momento, estava em contato com alguns professores de diferentes universidades que trabalharam comigo no Proinfantil que trouxeram essa notícia que fez com que o debate sobre institucionalização, um tanto adormecido, fosse retomado na escola.

Os Artigos 1º e 8º afetavam de maneira decisiva a permanência dessas instituições nas universidades. Para discutirmos a Resolução montamos um grupo de trabalho com as demais instituições. Para algumas instituições vinculadas ao grupo, a Resolução veio para agilizar um processo de luta já encampado há algum tempo. Para outras, trouxe grandes preocupações, pois, não interessava a elas o acesso universal e sim o atendimento aos filhos de trabalhadores da instituição.

Por algum tempo, o grupo se reuniu para estudar e compreender melhor como a Resolução afetaria as das instituições não permaneceram, entendendo que aquela luta não era a deles e por isso decidiram assumir que suas instituições lutariam pelo direitos de seus servidores terem escola para seus filhos no trabalho

Ao olhar historicamente para a Resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação, é possível visualizar toda legislação que norteou a construção da mesma a Constituição Federal de 1988, O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1996.

A Resolução Nº 1 foi um processo de luta que a ANNUFEI⁶ foi discutindo e construindo ao longo dos anos com as Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil.

Foi por volta de 1980, segundo Raupp (2001) que com a ameaça de fechamento das creches universitárias, as UUFEI's – Unidade Universitárias Federais de Educação Infantil – se reuniram para discutir este tema. Em princípio foi o Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina – NDI UFSC – que em 1987 organizou e convidou para o primeiro encontro as demais UUFEI's, comparecendo 12 representantes e coordenadores dessas unidades federais de ensino com o objetivo de:

debater a problemática das creches universitárias, discutir a legislação que as ampara, integrar as Instituições de Ensino Superior que possuem creches e as que estão implantando creches e, culminar com a organização do Iº Congresso (UFSC/CED/NDI, Relatório do I Encontro de Coordenadores de Creches Universitárias, 1987, p.34)

E ainda:

O encontro teve essa característica de arranjarmos um respaldo que fosse nacional. Na época a APUFSC (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina) participou do encontro na primeira conversa e foi muito importante a sua participação porque as outras entidades souberam que poderíamos ter o apoio das associações para que não fossem fechadas (UFSC/CED/NDI, Relatório do I Encontro de Coordenadores de Creches Universitárias, 1987, 34p). Professora D).

⁶ Associação Nacional de Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil.

Somente em junho 2002, por iniciativa mais uma vez do NDI da UFSC, as UUFEI's foram convidadas para o II Encontro Nacional das Unidades Universitárias de Educação Infantil, em Santa Catarina. Nesse encontro foi discutido o papel dessas UUFEI's "como uma instância formadora que produz e socializa conhecimentos" Raupp (2003, p. 23, apud LOPES, 2014, p. 76).

Foi a partir desse encontro que observou-se a necessidade de haver uma instituição que atuasse como interlocutora das UUFEI's Junto aos demais órgãos políticos fortalecendo assim a identidade acadêmica desses espaços. Dessa maneira nasce a ANUUFEI – Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil.

A diretora Aline Faria participou de alguns encontros da ANUUFEI, juntamente com a diretora anterior Eliana Bhering. Aline entregou o cargo e indicou a Técnica em Assuntos Educacionais Patrícia Passos para finalizar essa gestão.

Durante um curto espaço de tempo, a TAE Patrícia Passos, que na época estava na coordenação pedagógica, assumiu o cargo para realizar, pela primeira vez na EEI-UFRJ, uma consulta interna para eleição da direção, com a participação apenas dos funcionários. Duas chapas foram inscritas e a chapa de Rosane Cabral ganhou, sendo referendada pelo o Pró-Reitor de Pessoal, Roberto Gambine.

Em 2011, a TAE Rosane Cabral assumiu como diretora da escola e permaneceu até 2013. Sua formação é em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil. Durante sua gestão as discussões sobre a institucionalização da EEI-UFRJ foram intensificadas tornando-se a sua principal característica. A escola estabeleceu parcerias como CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas e o CAP – Colégio de Aplicação – para fortalecerem as discussões do processo de institucionalização junto aos colegiados da Universidade e ao CONSUNI – Conselho Universitário

Para que o processo de institucionalização prosseguisse fez-se necessária a construção do Regimento Interno da EEI e apresentação do mesmo e do PPP junto aos colegiados da Universidade. Esses dois documentos também eram uma exigência na Resolução Nº 1 do CNE/CEB de 10 de março de 2011.

Art. 2º Para funcionar, as unidades de Educação Infantil que integram o sistema federal devem ter um projeto pedagógico que:

I – considere as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009

CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009);

II – apresente os fins e objetivos da unidade educacional;

III – explicita uma concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem;

IV – considere as características da população a ser atendida e da comunidade em que se insere;

V – especifique seu regime de funcionamento, parcial ou integral;

VI – descreva o espaço físico, as instalações e os equipamentos existentes;

VII – relacione os recursos humanos da unidade;

VIII – apresente os critérios de organização dos agrupamentos de crianças;

IX – indique a razão professor/criança existente ou prevista;

X – descreva a organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;

XI – indique as formas previstas de articulação da unidade educacional com a família, com a comunidade e com outras instituições que possam colaborar com o trabalho educacional; e

XII – descreva o processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sendo que os processos de avaliação não têm finalidade de promoção da criança.

Artigo 3º O projeto pedagógico de que trata o artigo anterior deve ainda especificar:

I – a forma de realização do planejamento geral da unidade: período, participantes e etapas; e

II – os critérios e a periodicidade da avaliação institucional, assim como os participantes, e responsáveis por essa avaliação.

Segundo Calado⁷ (2012), em seu trabalho de especialização, embora a EEI-UFRJ já tivesse um Projeto Político Pedagógico, ao tomar conhecimento da Resolução N° CNE/CEB reacendeu o debate em relação a esses documentos. Foram criados comissões e grupos de trabalho para debaterem acerca dos documentos que ajudariam a consolidar a institucionalização da EEI-UFRJ. Assim como está descrito no projeto de institucionalização.

Desde a publicação da resolução nº1 CNE/CBE, O Espaço de Educação Infantil da UFRJ é provocado no sentido de rever seu lugar social na Universidade, oxigenando assim novos ares no seu contexto pedagógico e administrativo. O grupo de profissionais que fazem a escola no seu dia a dia, junto a representantes da Faculdade de Educação e do CFCH vem buscando, através da formação continuada, referenciais teóricos e caminhos metodológicos que fortalecem a escola como espaço de direito das crianças, produção cultural, construção de cidadania, compromisso com relações humanas e sociais solidárias e respeitadas. (Projeto de Institucionalização EEI-UFRJ, julho 2012, p. 9).

Sua aprovação ocasionou na vinculação da EEI como Órgão Suplementar do CFCH, aceito por unanimidade pelo o colegiado do Centro no dia 8 de outubro de 2012, seguindo para a apreciação e aprovação pelo o órgão máximo deliberativo dentro da UFRJ, o CONSUNI.

Desde sua fundação a EEI-UFRJ tem tido a capacidade de atender 100 crianças entre 4 meses e 5 anos e 11 meses, funcionando no mesmo prédio do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) com instalações adaptadas e contando com funcionários distribuídos nos seguintes setores: Direção geral e Coordenação de Ensino, Coordenação de Pesquisa e Extensão, Coordenação Administrativa e Coordenação de Estágio. Equipe técnica: Psicologia, Nutrição e Enfermagem, professores substitutos, recepção, vigilância e limpeza. O setor de limpeza e vigilância são serviços terceirizados, o que muitas vezes por falta de pagamentos dos funcionários os serviços são suspensos causando transtornos no atendimento.

Atualmente a escola conta com 27 professores substitutos. Esse processo de contratação de professores substitutos teve início, como relatado anteriormente, com a insatisfação dos Técnicos em Assuntos Educacionais em permanecerem em sala como docentes. O caminho escolhido para amenizar essa situação, já há muito desgastada na escola,

⁷ Maria de Fátima Alves Calado é uma das servidoras da EEI-UFRJ mais antiga e em seu trabalho de conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu discorreu sobre o Processo de construção do Regimento da Escola de Educação Infantil UFRJ.

foi o processo simplificado para contratação de professor substituto. Desde então, Técnicos em Assuntos Educacionais, anteriormente lotados em sala, estão em funções administrativas na própria escola. Outros, de acordo com suas áreas de interesse foram lotados nas outras unidades da universidade. Essa opção traz transtornos como a rotatividade desses professores e o trabalho pedagógico e de formação que precisa sempre recomeçar à medida que um professor entra ou sai por diversas situações. Esse é mais um dos diversos temas de pesquisa discutido na EEI-UFRJ com a dissertação em andamento da Técnica em Assuntos Educacionais Flávia Bullé que muito em breve nos ajudará a compreender melhor essa precarização do trabalho docente na universidade.

A pretensão para o quadro permanente de professores é o concurso para o cargo de professores EBTTs – carreira do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, entretanto, ainda não foi possível conseguirmos junto ao MEC essa autorização para a Escola de Educação Infantil da UFRJ, pois mesmo sendo parte da universidade como Órgão Suplementar, para o MEC a EEI-UFRJ ainda continua inexistente. O reconhecimento pelo MEC da Escola de Educação Infantil da UFRJ, garantirá recursos financeiros e código de vaga para professores assim como é no CAP-UFRJ. Essa é mais uma batalha a ser travada.

Por se tratar de uma escola em período integral que atende das 7:30 as 17:30, há a necessidade de um quadro maior de professores, para que o atendimento às crianças seja realizado com qualidade, de acordo com as determinações das DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). Tais determinações ficam impossíveis de serem implementadas com o contingente de profissionais proposto pelo MEC na proporcionalidade professor/aluno. Essa é uma discussão de relevância no âmbito educacional. As turmas de Educação Infantil, quase sempre, estão com o número de crianças acima do proposto e de professores abaixo, dificultando e empobrecendo a qualidade do trabalho desenvolvido. Acredito ser este um estudo de suma importância para o atendimento de qualidade da infância.

Na EEI-UFRJ através de muitas discussões e lutas estamos garantindo um quadro de professores, no momento substitutos, em que o trabalho com as crianças possa atender às demandas do bem-estar, do desenvolvimento integral, do atendimento de período integral e dos direitos das crianças. O quadro de professores substitutos não é o que queremos, porém, no momento, é o que podemos oferecer. As EEI-UFRJ está atualmente, no processo de construção do edital para o concurso de quatro vagas para o cargo de EBTT número insuficiente, mas já o começo do preenchimento do quadro permanente de professores.

No que se refere ao público atendido pela escola, até 2011 a instituição era destinada exclusivamente aos filhos de servidores públicos da UFRJ e devido à demanda, desde 2006, a seleção anual para o preenchimento das vagas disponíveis passou a se dar por meio de edital que instituiu o número de vagas por faixa etária e por sorteio público. Os pais das crianças sorteadas passavam por uma entrevista multidisciplinar, cujo o objetivo era obter algumas informações sobre a criança e estabelecer uma troca entre os pais e a escola. Nos últimos três anos, a EEI passou por uma série de discussões sobre o seu papel, como já relatado, e algumas mudanças ficaram evidentes em decorrência de tais discussões, sejam estas da própria escola ou mesmo discussões em caráter nacional.

A partir do ano de 2012 depois de inúmeras discussões com a comunidade escolar e na própria universidade através de seus órgãos reguladores, foi aberto o acesso para os filhos de estudantes da UFRJ, também através de sorteio público.

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO.

2.1 Poderão participar do presente processo de admissão crianças cujo responsável legal seja servidor ativo do quadro de pessoal da UFRJ ou

estudante de pós-graduação (stricto sensu) da UFRJ, regularmente matriculado e com situação de matrícula ativa no respectivo curso.(UFRJ. Edital de 7 de Novembro de 2011)

Em 2013 a escola conseguiu atingir o objetivo primordial que viria a caracterizar sua atuação como escola pública de acesso universal. Agora não só a comunidade universitária, servidores e estudantes, mas a comunidades externa tem acesso e permanência na EEI.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 Com base no Artigo 1º, inciso I, da resolução do MEC, de 10 de março de 2011, o Edital referente à vagas para o ano de 2013, garantirá o 32 acesso universalizado à Escola de Educação Infantil da UFRJ, não havendo reserva de vagas.

(Edital Nº 274 de 8 de Novembro de 2012)

Não perdendo de vista que, apesar do acesso estar universalizado, não é possível atender à demanda da comunidade, já que a escola não tem estrutura predial, pois continuar no mesmo espaço desde a sua fundação, num corredor do hospital pediátrico – IPPMG, tão pouco, de profissionais para atender a demanda procurada.

Essa foi uma discussão relevante no processo de institucionalização. As Escolas de Educação Infantil no âmbito universitário devem atender as demandas da comunidade ou serem apenas escolas de aplicação da universidade para promover políticas públicas para a infância? Para a universidade, no processo de institucionalização a EEI – UFRJ deve manter o eixo fundamental da universidade brasileira o tripé: ensino, a pesquisa e a extensão sem os quais não caberia a existência da mesma. Uma discussão sobre o acesso foi contemplada no trabalho de defesa de mestrado de Isabela Lopes sob o título de: O acesso às unidades universitárias federais de educação infantil (UUFEI's): A Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014).

Outro artigo de extrema importância da Resolução diz respeito à inclusão das Unidades de Educação Infantil no organograma da Universidade:

No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as universidades devem definir a vinculação das Unidades de Educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento. (2011, Art. 8º, p. 2-3)

Atendendo a esta necessidade, no dia 08 de agosto de 2013 a proposta de institucionalização da EEI foi discutida no Conselho Universitário – CONSUNI – e por unanimidade aprovada a criação da Escola de Educação Infantil como Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH. No dia 29 de agosto de 2013, em Sessão Especial do CONSUNI, foi aprovada a alteração do Parágrafo Único do Artigo 51 do Estatuto da UFRJ em decorrência da criação da Escola de Educação Infantil como Órgão Suplementar do CFCH.

Temos então, no momento atual, uma Escola de Educação Infantil dentro da Universidade, como Órgão Suplementar, entendo que seu papel é o de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, sem o qual não haveria a relevância de sua existência no âmbito universitário. A Escola de Educação Infantil dentro da Universidade tem um importante papel

a desempenhar em termos de formação profissional em diversas áreas e como local de produção de conhecimento na área de Educação Infantil.

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo o ensino, pela a pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade Brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1998 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Deste modo, a Escola de Educação Infantil da UFRJ – EEI-UFRJ – desde então, tem como prioridade integrar as pontas do tripé universitário, ampliando sua atuação dentro da universidade. a partir do objetivo de ser campo de atuação e formação para profissionais de diversas áreas e consolidar um espaço que sirva para desenvolver práticas inovadoras e de referência.

2.3 Instituição do Grupo Gestor na EEI-UFRJ

Com a institucionalização no ano de 2013, a Escola de Educação Infantil passou a fazer parte do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. A partir dessa inserção, tornou-se uma Unidade no organograma da universidade. Desde então, a direção da escola tem depreendido esforços para organizar um processo de eleição para a composição da nova gestão da escola, já que, a equipe que atuava nesse momento decidiu não permanecer.

Foi definido um período para inscrição de candidatos para a direção da EEI, mas as diversas tentativas foram frustradas, pois, nenhuma chapa foi inscrita durante o processo. Foi solicitado que alguém que não fosse da EEI pudesse assumir o cargo de direção, porém o Decano do CFCH orientou que o diretor deveria ser um membro da escola e não alguém de fora. Ainda assim não houve inscritos. As relações na escola já estavam desgastadas há algum tempo. As direções anteriores e a recém saída mantinham uma relação e gestão de pessoal pouco dialógica. Acredito que o fato dos TAEs – Técnico em Assuntos Educacionais - assumirem as turmas em lugar dos docentes também tenha desencadeado esse desgaste nas relações. Michel Foucault, nas obras *A ordem do discurso* e *Microfísica do poder*, expõe a relação entre o saber e o poder nas relações sociais, bem como teoriza acerca das amarras sociais desenvolvidas nessa interação.

A educação pode muito bem ser, de direito, o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, numa sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso; sabemos, no entanto, que na sua distribuição, naquilo que permite e naquilo que impede, ela segue as linhas que são marcadas pelas distâncias, pelas oposições e pelas lutas sociais. Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo. (2004, p. 12)

O filósofo caracteriza a presença do poder nos processos sociais como uma espécie de amarras: transparentes, enraizadas e disseminadas de tal forma que fica quase impossível distingui-las.

Diante desse quadro, um grupo de professores, no qual me incluía, se reuniu e decidi propor uma gestão compartilhada. Uma gestão em que todas as decisões seriam discutidas, avaliadas e resolvidas em comum acordo. A TAE Jordana Castelo Branco foi um dos nomes para compor o Grupo Gestor e assinar como gestora – uma exigência da própria Decania, pois não haveria possibilidade do grupo assinar pela administração - não estava no momento

lotada na EEI, mas já havia sido professora da mesma e gostaria de voltar, caso a indicação fosse aprovada pela Decania e a Comunidade Escolar. Nessa perspectiva nasceu o que passamos a chamar de Grupo Gestor *pro tempore*.

Os nomes que iriam compor o Grupo Gestor foram apresentados pela a diretora Rosane durante a última reunião pedagógica do ano, foram eles: Alessandra Sarkis, Carla Vidal, Iolanda Araujo, Isabela Lopes, Jordana Castelo Branco Michele e Priscila Basílio. Com excessão da técnica Alessandra Sarkis, cuja formação é em psicologia, as demais possuem formação em pedagogia. A princípio, não houve nenhuma oposição aos nomes ou à possibilidade da EEI ser gerida por um grupo e não por uma única pessoa. Porém, os nomes precisavam ser levados ao CFCH para a aprovação da Decania, o que só pôde ser concretizado após o recesso de final de ano.

Em primeira reunião com o Decano, no início de 2014, o Grupo Gestor se comprometeu a trabalhar intensamente: oito horas diárias, quarenta horas semanais, para poder organizar as questões administrativas e pedagógicas para o início do ano letivo. Cada componente do Grupo Gestor ficaria responsável por uma Coordenação, com exceção da Coordenação de Ensino e Administrativa que seria composta por dois integrantes, devido à quantidade de trabalho. Havia ainda as Coordenações de Estágio e Extensão.

No âmbito da Universidade não há registro de Unidade gerida por um Grupo Gestor. A gerência é sempre executada por um Diretor e, na sua ausência, um Diretor Substituto. Essa proposta gerou certa preocupação ao CFCH que solicitou que um dos componentes assinasse como Direção para que os órgãos superiores pudessem se reportar a um representante. A administração da EEI ficaria na gestão do grupo, porém para a Universidade a figura do Diretor ainda existiria. O Decano esboçou a preocupação de que o Grupo Gestor fosse referendado pela Comunidade Escolar, de maneira que essa forma de gestão não fosse imposta. Para o Grupo Gestor a ausência de inscrição de chapas no processo eletivo da EEI e a apresentação do Grupo Gestor no último encontro do ano, sem resistências, foi considerado como um aceite por parte dos funcionários da EEI.

Outra peculiaridade da situação descrita era o fato de que, em seis meses o decano do CFCH sairia de suas funções, e, como o Grupo Gestor era concessão apoiada por ele e não instituída pela a Universidade, não havia garantias de sua continuidade. O Decano ainda solicitou que, no prazo desses seis meses fosse implementado o Conselho Deliberativo da EEI e organizada a eleição para diretor. Segundo o Decano, se o grupo gestor se saísse bem na administração da EEI com certeza a comunidade escolar iria referendar sua permanência. Ficou claro para o Grupo Gestor que a proposta de administrar a escola de maneira compartilhada ficaria no âmbito da unidade, pelo menos enquanto este grupo permanecesse.

Nas primeiras semanas de janeiro de 2014 o Grupo Gestor trabalhou incansavelmente para que a EEI recebesse seu quadro de funcionários e iniciasse suas atividades satisfatoriamente. A primeira semana seria de apresentação do Grupo Gestor, agora já autorizado pela Decania, e de formação pedagógica. No primeiro dia, o Grupo Gestor foi recebido por alguns com muita alegria, porém por outros com tensão e desconfiança. Isto porque, historicamente na EEI, a cada nova Direção, mudanças aconteciam, e, geralmente, não agradavam a todos. Alguns TAEs logo no início do encontro externaram o desejo se sair da escola e consideravam aquele momento como adequado para tal. A questão trouxe grande debate e tensão no encontro. Alguns técnicos-professores colocaram em dúvida a escolha do Grupo Gestor para o cargo. Este fato levou o Grupo Gestor a questionar sua legitimidade e aprovação pela Comunidade Escolar.

Ficou claro que havia algo no processo que não parecia democrático e de fato validado. Dessa maneira, a reunião foi interrompida para que o Grupo Gestor se reunisse e reavaliasse se, de fato, havia sido aceito pela comunidade escolar. O Grupo Gestor recorreu à Decania, que havia manifestado preocupação com a validade do processo. O próprio Decano

convocou uma reunião para o dia seguinte, para atender à demanda da Comunidade Escolar e juntos validar ou não a instituição do Grupo Gestor. Em paralelo, a própria Comunidade Escolar havia se reunido e deliberado que, como não houve nenhum outro candidato que se interessasse pela direção da EEI, o Grupo em questão deveria assumir a mesma. Esse processo foi validado por todos e registrado em ata. Desde então, o Grupo Gestor assumiu a Gestão da EEI.

Após alguns meses a TAE Jordana Castelo Branco deixou o Grupo Gestor e a Técnica em Assuntos Educacionais, com formação em psicologia, Alessandra Sarkis passou assinar a gestão *pro tempore*.

2.4 Implementação do Conselho Deliberativo

Muitos foram os desafios que o Grupo Gestor enfrentou e os mais importantes deles foram os processos democráticos de participação de todos os componentes da EEI. Um deles foi a instituição do Conselho Deliberativo e a dificuldade na implementação do mesmo. No início da gestão não foi possível concretizar este desafio, ora por falta de representação dos diversos setores da EEI e depois pela greve dos Técnicos Administrativos em Educação que durou três meses, impossibilitando a construção do conselho.

Durante a greve dos servidores Técnicos em Educação, a escola funcionou de forma parcial, atendendo as crianças no primeiro turno com o quadro de professores substitutos. Após a greve, os esforços continuaram para a implementação do conselho deliberativo. No dia cinco de setembro do ano de dois mil e quatorze foi realizada a primeira reunião do Conselho Deliberativo da EEI-UFRJ. O Conselho seguiu a organização dos demais Conselhos da Universidade. Sua composição era: 4 representantes docentes, aqui representadas pelos TAEs – Técnicos em Assuntos Educacionais – ainda em sala; 1 representante do corpo técnico; 1 representante e 1 suplente dos responsáveis pelas crianças. A direção da EEI ou sua substituta presidiria o conselho, e seu voto seria decisivo em caso de empate. O quorum mínimo para deliberações seria de metade mais um – 5 representantes segundo essa configuração – podendo a Presidência contabilizar para quorum. Desde então, todas as questões da EEI-UFRJ são discutidas pelas Representações e deliberadas em Conselho.

A primeira deliberação do Conselho foi a discussão sobre as normas da consulta eleitoral para Diretor e Vice-diretor da EEI-UFRJ e a composição dos Conselhos. A discussão girou em torno da construção das normas eleitorais, se seguiriam as orientações de normatização federal ou municipal e também a composição dos Conselhos, já que os professores substitutos estavam reivindicando não só a participação, como o voto nas deliberações. Todos os conselheiros votaram a favor que as normas seguissem as orientações da normatização federal, já que a EEI é um órgão suplementar da UFRJ, portanto, com a tarefa de compatibilizar ensino, pesquisa e extensão, conforme prevê a LDB. Como nas normas de organização dos Conselhos Universitários não há a participação nem voto dos professores substitutos, o Conselho da EEI deliberou que os professores substitutos de nossa unidade teriam participação, porém não o voto.

2.5 Consulta à comunidade para eleição de Diretor e Vice-Diretor

A eleição para Diretor sempre foi uma questão delicada na EEI-UFRJ. Nas gestões anteriores, com exceção da gestão de 2011, os gestores eram constituídos por indicação da PR4 – Pró-Reitoria de Pessoal. Com o advento das discussões da institucionalização da escola, essa questão foi reivindicada com maior intensidade. Na metade do ano de 2011 foi realizada a primeira consulta aos funcionários da EEI para indicar o possível Diretor. Foram

inscritas duas chapas, sendo que a chapa vencedora deveria obter também a aprovação do Pró-Reitor de pessoal. Essa é uma prática na Universidade, assim foi realizada a consulta, mas somente para os funcionários. Ainda nesse momento não havia normas estabelecidas para essa consulta. Essas normas foram construídas com a instituição do Conselho Deliberativo da escola.

Durante o período do Grupo Gestor foi instituído o Conselho Deliberativo, desde então as discussões acerca da consulta à comunidade para a eleição de diretor com a participação de todos, funcionários, professores substitutos e pais tomaram grande importância, porém ainda configura-se somente como uma consulta, não é uma eleição direta, já que cabe, nesse momento, a aprovação do nome pela Decania do CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. A consulta ocorreu com a participação de todos da comunidade, houve somente uma chapa inscrita com a indicação para Diretor e Vice-Diretor. O principal nome que compunha a chapa era o da Técnica em Assuntos Educaionais Alessandra Sarkis que já assinava como Diretora no Grupo Gestor *pro tempore*. Para a Vice-Direção apresentou-se a Técnica em Assuntos Educacionais Aline Crispim. A consulta teve ampla adesão pela a comunidade escolar validando assim o processo.

Acredito que todos os processos políticos que a EEI-UFRJ tem vivido ao longo de seus trinta e quatro anos de existência, as dificuldades enfrentadas, as conquistas com as lutas e militância por uma Educação Infantil pública e de qualidade retrata a própria história dessa etapa da Educação Básica a nível nacional.

Para consolidar essa agurmentação, na próxima parte do texto, trago a entrada no campo e o papel do pesquisador nesse processo, a escolha pela abordagem metodológica, bem como os encontros com os ex-Diretores da EEI-UFRJ que mais permaneceram no cargo.

PARTE 3

ENTRANDO NO CAMPO

Tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (...), e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão à formação original da representação de mim mesmo. (BAKHTIN, 1992, p. 278).

A escolha dessa epígrafe me mobiliza por entender que muitas serão as vozes que me ajudarão nesse percurso metodológico. Tanto os autores escolhidos para compor a estrutura teórica para olhar o campo, como o próprio campo, são palavras com todas as suas dimensões de significados que não pertencem a um só indivíduo, mas pontes lançadas entre mim e todos esses outros da pesquisa (BAKHTIN, 2012, p. 117).

Ao compreender as palavras como o que me leva aos outros e deles a mim faço uso do “encontro” como metodologia de pesquisa. Para a pesquisadora Mailsa Passos (2014), “Fazer pesquisa em Educação é encontrar o *outro* na dinâmica dessas *pontes*. Investir sempre numa escuta atenta nas narrativas desses interlocutores e interlocutoras, posicionando-nos dialogicamente nessa relação.” (p. 228).

Nestas muitas compreensões, na construção do relacionamento do pesquisador com os outros da pesquisa, a linguagem é o fio condutor de sua expressão. Para o autor Adail Sobral, “Não se nasce pesquisador; vem a sê-lo, a merecê-lo, a receber-lhe o selo, na coerência teórico-metodológica, na consistência ética, na consciência estética, no espelho da esfera em que o pesquisador faz e cria sentido.” (2007, p. 118).

Nesse sentido, Bakhtin (2003, 2009) nos ajuda a pensar as relações humanas pelo viés da linguagem e da cultura. O autor construiu sua obra intelectual com foco na linguagem, dedicando-se ao estudo desta na arte e na vida, tendo como sujeito de seu intento o indivíduo social e historicamente situado, marcado pela produção ideológica de sua realidade social. Para ele,

a vida conhece dois centros de valor que são fundamental e essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e o outro, e é em torno destes centros que todos os momentos concretos do ser se distribuem e se arranjam” (2009, p.91).

É na relação com o outro que o eu se constitui. E não estamos dizendo que essa relação no encontro como procedimento metodológico será harmoniosa. Ela vai se dando a partir do contexto das narrativas nas quais nos vemos mergulhados, na tensão, na polifonia, na contrapalavra. O encontro não é qualquer coisa em qualquer lugar, pressupõe um compartilhamento comum, uma experiência que faça sentido para ambos, uma base comum que permita ser relacionável. Não será possível um encontro, em que não haja um chão comum para a linguagem, e essas experiências produzam narrativas, “a experiência só faz sentido quando narrada; narrar é viver, na medida em que narrar é dar-se conta do vívido. (PASSOS, 2014, p. 237)

Na construção do trabalho o conceito de exotopia nos ajudou a pensar nossa relação com os outros da pesquisa. Na compreensão de que, ao pesquisar, o pesquisador e o sujeito da pesquisa ocupam lugares singulares e exteriores um ao outro. Amorim (2008) nos ajuda ao problematizar esse lugar exotópico na criação estética, ao relacionar a questão da obra de arte

como lugar de tensão entre dois olhares. Há sempre uma diferença entre dois olhares, portanto, de valores:

Se tomarmos o exemplo do retrato, em pintura, falaremos do olhar do retratado e do olhar do retratista ou artista. O trabalho deste último consiste em dois movimentos. Primeiro, o de tentar captar o olhar do outro, de tentar entender o que o outro olha, como o outro vê. Segundo, de retornar ao seu lugar, que é necessariamente exterior à vivência do retratado, para sintetizar ou totalizar o que vê, de acordo com seus valores, sua perspectiva, sua problemática (p.96).

Nesta perspectiva, o trabalho do pesquisador vai sendo construído como uma rede de enunciados em forma de diálogos, o texto "A contribuição de Bakhtin em tripla articulação ética, estética e epistemológica" de Marília Amorim (2003), demonstra a produção de conhecimento através do confronto de múltiplos discursos, o do sujeito e seu conhecimento e o do próprio pesquisador que pretende analisar e conhecer, através de diferentes significados conflituais e paradoxais que surgem ao longo da pesquisa. Eu passo a existir quando o outro me vê e fala comigo, deste encontro eu passo a perceber e colocar-me no lugar do outro em uma relação de exotopia. É desse lugar exotópico que o trabalho vai se constituindo.

A alteridade é outro conceito bakhtiniano para a construção da pesquisa. É na relação de alteridade que os indivíduos se constituem (BAKHTIN, 2009). O ser se reflete no outro, se refrata. Eu apenas existo a partir do outro. Tudo precisa ser percebido através das suas relações. A partir do momento em que o indivíduo se constitui, ele também se altera, constantemente. Esse processo não surge de sua própria consciência, mas é algo que se consolida socialmente, através das interações, das palavras, dos signos. Pucci (2011) em consonância com Bakhtin afirma:

Visto que adentramos o processo de humanização por meio da linguagem num contexto social concreto, e é na relação da alteridade que nos constituímos ao longo da vida, então toda a presença e ação do eu se dá em correlação com a alteridade. Bakhtin assevera que vivemos em um mundo de palavras do outro, e que toda a nossa vida é uma orientação neste mundo, é reação às palavras dos outros (dentro das infinitas possibilidades de manifestação dessa reação), desde o processo de assimilação inicial do discurso até a assimilação das riquezas da cultura humana, a palavra do outro é uma condição de toda ação do eu (p. 46).

Na filosofia de Bakhtin, a noção de alteridade se relaciona com pluralidade, heteroglossia, polissemia, muitas vozes, ideologia. Nos atos de interpretação e compreensão, a palavra alheia se faz sempre presente. É a contrapalavra, outro conceito na filosofia de Bakhtin, para mostrar que sempre quando falamos ou ouvimos, produzimos enunciados que respondem aos nossos interlocutores. Dessa maneira, o sujeito é, então, respondente, sendo que sua ação é sempre resposta a uma compreensão da ação do outro, e assim o sujeito também é responsável, pois responde pelo sentido construído que desencadeou sua ação. Geraldi (2010, p.85) complementa: "Neste sentido, responsabilidade abarca, contém, implica necessariamente a alteridade perante a qual o ato responsável é uma resposta. Somos cada um com o outro na irrecusável continuidade da história".

O pesquisador, desse lugar, que é só dele, fundado nos conceitos aqui apotados, há de se alterar responsabilmente, amorosamente, para responder aos sujeitos da pesquisa o que seu excedente de visão, devido à posição exotópica, exterior, foi capaz de enxergar.

Benjamin nos ajuda a continuar esse diálogo. Segundo Kramer (2008, p.18), para o filósofo, “em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela”, porque o passado e o presente se conectam e se reorganizam em novas constelações. Assim a tarefa mais importante do intelectual é impedir o esquecimento que se consolidará caso a barbárie continue a ganhar, porque a ameaça que pesa sobre a humanidade é a perda da memória dos oprimidos, que faz com que os vencidos de hoje não mais se lembrem da história de ontem. Para salvar o passado, é preciso que a pré-história contada pelos vencedores pare e em, seu lugar, se revele a história. Nas teses sobre a história, Benjamin recorre à figura do anjo do quadro *Angelo Novus*, de Paul Klee. Nele, vemos uma cadeia de acontecimentos, o anjo da história vê a catástrofe que acumula ruínas sobre ruínas e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos, porém uma tempestade sopra do paraíso e se prende em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele para o futuro; mas o anjo vira as costas ao futuro, enquanto o amontoado de ruínas cresce. Essa tempestade é para Benjamin, o que chamamos de progresso.

O conhecimento da história nessa dimensão dialética é semelhante ao despertar de um sonho coletivo. O filósofo se refere ao presente como um momento revolucionário e ao passado como obra inacabada sobre qual devemos trabalhar como intelectuais, professores, historiadores, pesquisadores, pensadores do nosso tempo. A tarefa que temos é tornar presente o tempo escondido sob ruínas da história universal, vinculando-nos aos que nos precederam e foram vitimados pela barbárie (da guerra, da civilização, da opressão de uma classe social por outra). Benjamin critica a história como continuidade, procurando na descontinuidade momentos críticos, quando mudanças podem ocorrer. Mais do que como “o que foi”, a história é vista como um “a se fazer”, como ação possível. O entrecruzamento do tempo se opõe, assim, à crença num passado imutável, num presente imutável, num futuro também imutável (KRAMER, 1993. p.50) .

A alegoria do anjo simboliza uma posição contrária à história contínua e oficial, pela a reescrita de uma história nunca acabada, o resgate da memória e a reconstrução de experiências significativas do passado. Contra a idéia do progresso e por um futuro que jamais volte à barbárie. Tal visão de filosofia da história é necessária para compreender como Benjamin pensa educação.

Para Benjamin, o declínio da experiência provoca o desaparecimento da arte de narrar. O homem precisa rememorar. (KRAMER, 2008, p. 23). Benjamin pensa a experiência na sua dimensão de totalidade à procura da verdade, para além do conhecimento científico mensurável, racional e especializado. Por entender que a experiência se configura como traço cultural enraizado na tradição e não se situa apenas no nível psicológico, Benjamin “denuncia o caráter medíocre da experiência no mundo moderno”. O desencanto do mundo na era capitalista significa o declínio da experiência humana coletiva. Para ele, “a felicidade não está no tesouro encontrado, mas no trabalho de cavar a terra” (KRAMER, 2008, p.18-19).

Na era industrial, porém, gestos repetitivos e mecânicos tornam a experiência cada vez mais imune a choques: Os choques da modernidade atingem as pessoas na economia pela produção em série; na política, pelos golpes de Estado e os autoritarismos; na vida cotidiana, pelos perigos que o homem recebe e devolve, como um autômato na multidão; na arte e na literatura, porque as obras se tornam mercadorias. O comportamento torna-se reativo, a memória é liquidada. A perda de experiência está ligada à mudança dos seres humanos em autômatos, peças da linha de montagem, sem significado (KRAMER, 2007, p. 52).

A extinção progressiva da experiência tira dos homens a história e o vínculo a uma tradição. Tal processo declina a faculdade da arte de narrar e de intercambiar experiências, uma arte que não é só produto da voz, mas de tudo o que é aprendido. Ouvinte e narrador partilham de uma coletividade, de uma experiência comum: sua relação é dominada pelo interesse em conservar o que é narrado. Entretanto, essa comunicação se torna ultrapassada, porque se multiplicam informações úteis, que não se ligam à vida de quem as transmite nem à do ouvinte. A narrativa (verdadeira ponte entre passado e presente, indivíduo e tradição, passado individual e coletivo) desaparece, e com ela desaparece o narrador que deixava os traços do seu conhecimento no ouvinte, como o “oleiro que deixa a marca de sua mão no vaso de argila”. Desprovido da experiência, o homem não deixa rastros. Degradada a experiência, restaria a violência.

Dessa maneira, com o declínio da experiência e o desaparecimento da arte de narrar é que, a fim de escovar a história a contrapelo e romper com sua condição de autômato, o homem precisa rememorar. O que fica, pois, no centro da cena é a linguagem, a narrativa. Para se entender que o passado é inacabado e pode ser continuado pelo o narrador do presente (só o presente é capaz de despertar significados esquecidos), para Benjamim o Historiador deve trabalhar com estilhaços da história, descontextualizando o objeto para irradiar novos sentidos. O narrador se utiliza de fragmentos significativos, acumulando-os numa nova construção (Ibidem, p. 66).

Nesta compreensão de história, experiência e narrativa fundada em Benjamin, é que reafirmamos o uso da metodologia do encontro com o outro – ex-Diretores da EEI-UFRJ – para rememormos pequenos fragmentos do cotidiano, a fim de entendermos a história da EEI-UFRJ a partir da memória desses gestores e seus contextos políticos. Na tentativa de compreender, a partir desse chão comum que é a Escola de Educação Infantil da UFRJ, no qual estamos, pesquisador e ex-Diretores, mergulhados na experiência da prática vivida em momentos históricos diferentes, e resgatar a memória daqueles que, no percurso, tornaram-se invisíveis no processo de institucionalização da EEI. E por fim, tentar responder à pergunta que levou ao desenvolvimento desse trabalho, “Qual o lugar da Educação Infantil na Universidade?”. Na perspectiva de Benjamim, a experiência sempre pode ser narrada de outra forma, adquirir outro sentido.

3.1 Eu pesquisador

Para a minha consciência ativa e participante, esse mundo, como um todo arquitetônico é disposto em torno de mim como único centro de realização do meu ato; tenho a ver com este meu mundo na medida em que eu mesmo me realizo em minha *ação-visão, ação-pensamento, ação-fazer prático*. (BAKHTIN, 2010, p. 118)

Começo este texto trazendo a citação acima como um ato que é somente meu, cada participação minha no agir evento desse mundo, transforma cada manifestação minha, desejos, sentimentos, pensamentos são atos meus ativamente responsáveis (BAKHTIN, p. 118).

Entendo a atividade de pesquisa como um acontecimento, como proposto por Bakhtin, na ordem do discurso, na interlocução, acontecimento esse que é dinâmico e produtor de sentidos que implica num modo de ser e estar no mundo, por isso, evento único, completo irrepitível. Pesquisar é um ato amoroso de reconhecimento do outro, do não estar só, mas na

relação com os outros envolvidos na pesquisa, portanto, o acontecimento pesquisa está na ordem do ser, é terreno de enunciação de implicações e de escolhas, por isso mesmo de responsabilidades.

Nesse sentido, o processo de pesquisa se dá na dimensão da responsividade, na medida em que sou responsável pelo o que faço e digo, também faço e digo em resposta a um outro que dialoga e interage comigo. Em minha pesquisa, os outros são os meus interlocutores, é com eles que me responsabilizo, entendendo seu lugar singular na pesquisa, é na dimensão social, na construção dialógica dessa relação que a pesquisa vai se constituindo. Nesse processo alteritário, o escrever responsável ganha uma dimensão dialógica que está relacionada à concepção bakhtiniana de linguagem em que *“não há palavra que não se dirija a alguém, nem discurso que já não inclua em sua estrutura a presença. desse outro* (PEREIRA, p. 82). É nesse território que as questões da pesquisa ganham vida, por isso mesmo território de tamanha responsabilidade no ato de pesquisar: o escrever responsável.

É no ato da escrita da pesquisa que o pesquisador assume o papel alteritário e exotópico, quando nos permitimos olhar o que está fora, surpreender com nossos próprios pensamentos, estranhar o que nos é familiar e a nós mesmos e finalmente descobrir-se como mestre numa orquestra, regendo as vozes dos sujeitos envolvidos: pesquisador, sujeitos da pesquisa, os teóricos,, de forma a nos dar acabamento e nos constituindo como autor do que escrevemos. De acordo com Bakhtin (2010), a assinatura de um pensamento é compromisso, um ato responsivo, é quando assino o que penso e produzo uma verdade que se institui a possibilidade do diálogo, dos conflitos, da polifonia, da crítica, enfim, da participação dos diversos interlocutores. Na medida em que respondo ao outro dou acabamento a mim mesmo. É assumir a pesquisa como ato responsável, por isso ato meu. Escrever é um ato de humildade, de conhecimento e reconhecimento. Todo homem tem um projeto de dizer. A pesquisa é isso um projeto de dizer, mas dizer com responsabilidade e amorosidade .

O poeta Manoel de Barros me ajuda a pensar a escrita da pesquisa como uma criança que conta uma história e percebe o mundo de um jeito próprio, porém, como é difícil escrever de maneira leve quase despreocupada! Manoel nos alerta que *“quem descreve não é dono do assunto, mas quem inventa é”* (2013). Quero inventar uma escritura para contar a história da EEI-UFRJ de maneira a provocar as emoções através do tempo, da realidade, tornar a própria escritura um convite à aventura, à polifonia das vozes ocultadas através dos anos, do ressurgimento de uma memória forjada no cotidiano de uma escola, se constituindo em meio a uma sociedade aprendendo a ser democrática. Registrar essa memória através dos achados, escavando e recordando (BENJAMIN, 1995, p. 239). Não há alibi para que eu não conte essa história, estou imbricada nela. Como diz o poeta Manoel: *“as coisas há de serem medidas pela a intimidade que temos com as coisas”* (2010).

PARTE 4

OS ENCONTROS

O narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história.

Walter Benjamin.

Nesta parte do texto, apresento os encontros com três ex-Diretoras da EEI-UFRJ que ficaram mais tempo no cargo. Ressalto que não foram somente elas que estiveram no lugar de gestoras na EEI, porém sua escolha se deu pelo o engajamento mais intenso nos processos políticos e pedagógicos e que de alguma maneira fizeram diferença nas mudanças ocorridas na EEI. A experiência dessas gestoras contribui imensamente para pensarmos as políticas de atendimento das crianças pequenas ao longo dos trinta e quatro anos de existência da EEI, bem como, as políticas de atendimento a nível nacional e as dificuldades encontradas na luta por uma escola que há muito tempo esteve dentro da Universidade e não possuía visibilidade tão pouco constava em seu organograma.

Para realizar os encontros pensamos em algumas perguntas norteadoras para iniciar a conversa. À medida que o diálogo era estabelecido outras questões foram emergindo. Nessa perspectiva, o processo narrativo possibilita que os sujeitos aqui envolvidos entrem em contatos com suas lembranças, histórias e representações sobre a gestão e discursos pedagógicos construídos no espaço de Educação Infantil. O processo de escrita da narrativa remete-nos a viver, enquanto ator e autor da nossa singularidade. O ato de lembrar e narrar possibilita aos sujeitos reconstruir experiências e criar espaço para uma compreensão da sua própria prática. Benjamin (*apud* KRAMER, 2007, p. 50) fala do presente como momento revolucionário e que o sujeito da história considera também o passado. Sendo a passado uma obra inacabada, o sujeito trabalha na plenitude de seu próprio “agora”.

4.1 O encontro com Ângela

Quando pensei em me encontrar com as ex-Diretoras da EEI, logo veio a preocupação de por onde começar a procurar essas pessoas. Ângela foi a primeira a ser encontrada de maneira acidental pela a minha querida amiga Flávia Bullé que ao ir a Faculdade de Educação, na Praia Vermelha, com nossa atual diretora que reconheceu Ângela depois de alguns anos, indicou para Flávia que ela foi uma das primeiras diretoras da EEI, antiga creche. Flávia mais que depressa, conhecendo a necessidade de encontrar-me com essas ex-Diretoras, se aproximou de Ângela e se apresentou. Ângela foi muito gentil em ouvi-la e prontamente ofereceu seu telefone para que eu entrasse em contato. Foi assim que marcamos um encontro no Instituto de Psicologia na Praia Vermelha.

O instituto estava vazio, era época de férias, fui recebida por uma funcionária da limpeza que o abriu para que eu entrasse. Ângela estava atrasada, marcamos às dez horas da manhã, nesse horário o trânsito é intenso na zona sul do Rio de Janeiro, na verdade em todo Rio de Janeiro. Estava ansiosa, era a primeira vez que nos víamos, já tinha ouvido falar muito dela pelos antigos funcionários que ainda permanecem na EEI, porém nunca havíamos nos encontrado, não sabia como era fisicamente e de como a reconheceria. Essas emoções me deixaram, por um breve momento ansiosa, o que logo passou quando Ângela chegou.

Ângela é muito diferente esteticamente do que eu havia imaginado. Uma figura aparentemente frágil, baixa, de fala mansa, porém forte. Recebeu-me com entusiasmo, deixando-me muita à vontade. Logo perguntou sobre algumas pessoas que ainda trabalham na EEI e também estiveram em sua gestão. Relatou que havia alguns anos que não tinha contato

com essas pessoas e que era bom saber que estavam bem. Inicialmente falei um pouco do meu trabalho e minhas intenções com aquele encontro. Ângela ouviu atentamente e se colocou à disposição do eu precisasse.

Após esse momento de “quebra de gelo”, solicitei à Angela que me falasse um pouco sobre sua formação, como chegou à Creche e como foi sua gestão. Angela relatou que é psicóloga de formação, mas que seria interessante falar antes de tudo o mais sobre o contexto da época em que se deu a entrada dela na Creche. Assim, relatou:

Eu fui pra Creche em 1987, quando estávamos saindo de uma ditadura militar. Em 1984, tivemos uma grande greve na Universidade. O que culminou em um empoderamento dos movimentos que estavam nessa luta contra a ditadura e que fortaleceu a candidatura do Horácio de Macedo... Acho que não podemos falar de creche sem falar do Horácio de Macedo - no caso, a candidatura dele para Reitor. Nesse momento, muitas coisas começaram a pipocar, lógico! Todos estavam muito oprimidos, sem poder se expressar. Havia uma grande concentração de militares nos hospitais, e isso é fato... De diretores militares. Mas enfim, um dos primeiros atos foi a exoneração desses Diretores. Você pode até me perguntar: mas o que isso tem a ver? Tem a ver com tudo! Porque mesmo quem não era militar, funcionava nesse modelo. Havia um movimento, uma gestão extremamente autoritária. O próprio IPPMG, com a professora Dalva, que na época era Diretora. Acho que a Doutora Dalva foi muito inteligente, porque entendeu que tratava-se de um movimento que não dava para continuar daquela forma.

A importância que Angela deu a esse contexto histórico veio carregado de representações. A sociedade brasileira há muito sob o domínio da ditadura militar, já não suportava tamanha opressão. Angela compartilhou comigo a importância da candidatura do Professor Horácio Macedo⁸ para Reitor da UFRJ. Falava com propriedade do momento vivido nesse contexto. Eu, recém chegada na Universidade, nada sabia desse reitor que me pareceu na fala de Angela tão importante.

Dada a importância do contexto histórico abordado por Angela, relatou a sua entrada na Universidade através de concurso público. Sua primeira lotação foi no Instituto de Puericultura e Peditria Martagão Gesteira – IPPMG, no ano de 1983. Segundo Angela foi

⁸ Trago aqui uma breve apresentação do Reitor Horácio Macedo e de sua importância contextualizada no relato de Angela. Em 1985, o Professor Horácio Macedo, tornou-se o primeiro Reitor brasileiro eleito pela comunidade universitária. Apresentando-se com 17 outros concorrentes, foi indicado em primeiro turno pela maioria absoluta dos professores, funcionários e alunos. Seu mandato de 4 anos caracterizou-se por um dinamismo explosivo na UFRJ. Tirou a Universidade do “vestibular das cruzinhas” da ditadura. Aprimorou a graduação e a pós-graduação. Criou atividades de extensão que expandiram as fronteiras do Campus e envolveram as comunidades carentes vizinhas. Ampliou os programas de saúde já existentes no Hospital Universitário e criou muitos novos. Resgatou, reformou, e construiu prédios diversos. Abriu o concurso de docentes em várias áreas, regularizou a situação trabalhista de centenas de funcionários, corrigiu o enquadramento de professores anistiados, aumentou as vagas discentes e criou cursos novos e áreas novas. Procurou reparar a penúria a que haviam sido relegadas pela ditadura as Ciências Humanas e as Artes apoiando-as abundantemente. Lutou do começo ao fim pela autonomia da Universidade, para que se tornasse realidade concreta a sua existência como autarquia (auto +arquia). Reeleito, também por maioria absoluta e em primeiro turno, pela comunidade em 1989, não pôde exercer a segunda reitoria por um parecer jurídico que declarou inconstitucional qualquer reeleição. Horácio Macedo morreu de infarto agudo no miocárdio em 24 de fevereiro de 1999, no Rio de Janeiro.

mutu difícil esse primeiro ano, pelo lugar significativo de autoritarismo militar em que ela estava lotada.

Angela tirou férias acreditando que não suportaria o retorno como ela mesma afirma nesse trecho; “Após as férias eu voltei para militar na greve e de fato entrei na Universidade. Minha vida, de fato, na Universidade começava naquele momento”. Em 1985 Angela foi lotada na Pró-Reitoria de Pessoal – PR-4 – e foi desse lugar que Angela foi convidada a compor o grupo que iria fazer uma intervenção na Creche Universitária.

Como a Creche Universitária atendia filhos de servidores e estudantes, o contexto político que era vivido por toda esfera pública de redemocratização, não era diferente em seu dia a dia. Questões quanto à qualidade no atendimento, os profissionais que trabalhavam nela e não eram do quadro da Universidade e a quem atendia a escola foram levantadas, principalmente, por pais que eram docentes da Universidade. As confusões entre funcionários e pais eram constantes e houve até mesmo demissão por justa causa⁹. Em meio a essa confusão, a Creche Universitária saiu da vinculação do IPPMG, através de uma portaria e passou a DAMS – Divisão de Assistência Médica dos Servidores.

Segundo Angela, o próprio Reitor, Professor Horácio Macedo, disse que só interessava à universidade uma Creche com qualidade e competência. Assim resolveu instituir uma comissão interventora para tentar construir uma proposta e se não acontecesse fecharia a creche. Angela que não concordava com o fechamento relatou:

Na época eu estava na assessoria da PR-4 e acho que essa postura está muito ligada à minha formação, porque eu pensava: “a creche não pode ser fechada ...”. Então surgiu meu nome para fazer parte da comissão e eu falei: “Eu vou! Eu sei que vou me descabelar..e imagina: uma intervenção no meio de um grupo de funcionários extremamente enraivecidos com essa intervenção! Mas eu reolvi aceitar e fui como representante da Reitoria, mais um representante dos pais que era professora da Engenharia, representante da creche ficou, a Mariete Cardoso, e um representante do IPPMG.

É interessante observar que Angela assumiu a gestão da Creche em 1985, mas a prática de indicar pessoas para a função de Direção na UFRJ perdura até hoje. A única diferença é que, atualmente, é realizada uma consulta à Comunidade Escolar, mas a aprovação caberá à instância superior, no caso da EEI-UFRJ ao CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

4.2 O encontro com Rosane

Apesar de estarmos muito mais próximas do que as outras ex-Diretoras, já que até bem pouco tempo estávamos lotadas na mesma na EEI, houve contratempos para realizar nosso encontro. Marcamos em um determinado dia, mas Rosane teve um convocação judicial e não pôde comparecer ao nosso encontro. Marcamos um outro dia na EEI-UFRJ e, enfim, conseguimos realizar o encontro.

Iniciamos conversando sobre a formação acadêmica e profissional. Rosane é pedagoga, com habilitação em Educação Infantil, formada há 10 anos e durante esse tempo foi Coordenadora e Orientadora Pedagógica em algumas escolas. É especialista em Educação à

⁹ Segundo Angela em encontro com a pesquisadora, a relação interpessoal na Creche chegou a níveis inaceitáveis de desrespeito uns com os outros, funcionários entre si e funcionários e pais.

Distância e trabalhou algum tempo nessa modalidade de ensino. Também é especialista na Formação de Professor Alfabetizador, Leitura e Linguagem. Seu cargo na UFRJ é de Técnico em Assuntos Educacionais, tendo realizado o concurso no ano de 2008 e tomado posse no cargo em 2010, sendo lotada na EEI-UFRJ

Rosane relatou que chega á direção da escola a partir de uma crise de gestão.

A escola entrou numa crise de gestão e ficou uma coisa meio complicada, pois ninguém queria assumir A gestora na época...ela se colocou falando que não ia mais ficar de jeito nenhum. Na reunião que isso estava estabelecendo, que ela não ficaria e as demais estavam reticentes em assumir, pensei na formação que eu tinha e na minha experiência como Coordenadora em outras instituições onde o trabalho é muito próximo da Gestão da escola.

A formação e experiência de Rosane não foi no Estado do Rio de Janeiro e sim na Bahia. Em decorrência desta experiência se colocou à disposição para assumir a escola. Porém uma outra servidora também se disponibilizou para tal. Nesse momento a Gestão constituiu uma comissão para formalizar uma consulta interna aos servidores e funcionários¹⁰ da escola. Não houve a participação das famílias nessa consulta interna.

Duas chapas foram formadas com suas respectivas propostas para a gestão. Houve um momento de apresentação das propostas e a consulta ao servidores e funcionários da EEI. a chapa de Rosane ganhou e a mesma assumiu a Gestão após a aprovação da PR-4, na pessoa do Pró-Reitor de pessoal que na época, acabara de assumir essa função. O primeiro desafio de Rosane foi administrar a escola em meio a uma greve de técnicos administrativos, os quais assumiam os seis grupos/turmas na EEI. Rosane permaneceu na gestão por dois ano e meio.

Rosane definiu sua gestão como conflituosa:

Assim, foi conflituoso porque, infelizmente, a escola tinha uma questão de desvio de função que gerava todo um processo complicado em termos de relações interpessoais. Mas no foco interpessoal mesmo, porque fiquei focada no desvio de função que é uma coisa difícil de administrar. O maior problema da escola nesse período foi esse.

Segundo Rosane, apesar de todo o conflito que existia com o desvio de função, o grupo conseguiu fazer com que a escola estivesse em funcionamento, atendendo com qualidade e construindo o processo de institucionalização.

Porque na minha visão enquanto gestora, eu vejo que foi um trabalho em equipe. Foi um trabalho de gestão, foi um trabalho em equipe e não digo da equipe só da gestão, pois enquanto a equipe da gestão estava fazendo um trabalho braçal de escrever e ir às reuniões, que todo o grupo não poderia estar fazendo isso, a escola se mantinha existindo. E ela precisava se manter existindo para que a institucionalização acontecesse Então foi um trabalho... de risco? Eu acredito que sim. Que talvez, se tivesse parado, até pela a questão do MEC, que a gente sabia, que pelo MEC ela não existiria, talvez perdesse força, Entendeu? Acho que o fato da equipe ter se mantido funcionando com todo o conflito, com todas as questões, as pessoas lá em sala de aula mantendo o trabalho e se mantendo trabalhando na escola. E o grupo que estava lá... eu vejo que foi um trabalho, efetivamente, de todo um

¹⁰ Entende-se que servidores são os estatutários da Universidade e funcionários os prestadores de serviço.

grupo que construiu essa história. Eu acho que se tivesse, tipo assim, tivesse algum lugar para colocar autoria, teria que ter a autoria de todos os professores que aqui estavam trabalhando, não só a mim ou ao grupo gestor. Foi um trabalho em equipe! Por mais que tivesse sido difícil. Porque você administrar conflitos individuais não é uma coisa fácil e na verdade todo mundo estava com a razão, às vezes estavam sem razão ao mesmo tempo e isso não é coisa fácil de se administrar. Mas eu vejo que toda a equipe foi vitoriosa. E que apesar de tudo isso, a escola institucionalizou. Então vejo que foi uma vitória muito grande.

Apesar de, na gestão da Rosane alguns objetivos muito importantes terem sido alcançados, como: a construção do Regimento da escola, a revisão do Projeto Político Pedagógico e a conquista da institucionalização da escola no âmbito da universidade, compondo o seu organograma, Rosane não quis permanecer na gestão e justificou assim sua saída.

O desgaste! O desgaste emocional. Como eu citei, durante todos esses dois anos de gestão...eu iniciei numa greve...já foi um desgaste muito grande ter que administrar. Primeiro que eu não conhecia a máquina universitária, entrei com a experiência de gestão de organizações particulares e não de organização pública. Em momento nenhum me senti incapaz, mas administrar durante dois anos e meio questões pessoais onde, como falei anteriormente, as pessoas tinham razão e às vezes não tinham. Eram conflitos que foram se colocando um após o outro e que no momento que você se coloca como gestora, você tem que resolver. Você não tem alternativa. Você vai precisar ver o lado da pessoa, o lado da escola, o lado da outra pessoa, o lado da instituição universidade. Foi um desgaste emocional muito grande para mim.

Rosane ainda permaneceu por alguns meses na escola, em sala com as crianças. Não conseguiu sair, pois o grupo gestor que assumiu ainda precisaria de algumas orientações, já que todos nesse grupo não tinham experiência desse lugar. Porém não conseguiu ficar por mais tempo, as condições emocionais não permitiram, precisou realmente romper com essa história. Atualmente Rosane está lotada no CAP-UFRJ - Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4.3 O encontro com Eliana

Dos encontros marcados para a construção do trabalho, esse foi o que tivemos mais dificuldades. A agenda da Professora Eliana estava muito complicada e só poderíamos nos encontrar depois de suas férias. Enfim, conseguimos nos agendar para o encontro que aconteceu no Campus da UFRJ, no jardim interno do prédio do curso de Economia, na Praia Vermelha.

Foi um encontro muito agradável, marcado por saudosas lembranças, pois fazia alguns anos que não nos víamos. Eliana se mostrou muito solícita ao meu convite para colaborar com o trabalho, demonstrou alegria por ver que dei andamento a minha formação, já que, vivenciei minha entrada na EEI como estagiária acadêmica, minha permanência como prestadora de serviço e como servidora.

Eliana é psicóloga de formação, com especialização na área de Programas Proinfância e Educação Infantil, no Setor Público. Fez Mestrado em Educação Infantil e Desenvolvimento Infantil em um Departamento de desenvolvimento e aprendizagem – fortemente influenciado pela Psicologia – depois fez Doutorado em Educação no mesmo instituto em Londres. Possui

um Pós-Doutorado em Educação Infantil na Universidade Federal Fluminense. Nessa trajetória acadêmica, tem sido Professora Universitária desde sempre, pois só aqui no Brasil têm dezoito anos de Universidade. Ela nos conta um pouco de sua chegada à UFRJ.

Cheguei à UFRJ com uma experiência bastante grande com unidades de Educação Infantil que pertencem às universidades. Porque em todas as Universidades pelas quais passei... de Londres à Universidade de Aveiro, em Portugal... da UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, em Santa Catarina – a UFRJ, tinham – têm – unidades de Educação Infantil. Então, sempre estive vinculada a essas unidades, de uma maneira ou de outra. Na Universidade de Londres, por ser um local de coleta de dados, teste de instrumentos e observação com o próprio curso de Mestrado; na Universidade de Aveiro, a nossa Unidade de Educação Infantil era local de estágio. Entrei para Universidade de Aveiro diretamente para a disciplina de Prática Pedagógica... então, um dos meus locais de estágio era a unidade da universidade; na Universidade do Vale do Itajaí, me apresentei ao Colégio de Aplicação da UNIVALI, no momento em que minhas duas filhas foram para a Educação Infantil, em 1997. De cara me coloquei à disposição para o acompanhamento, liderar o grupo de pais e coisas do gênero.

Ainda não trabalhava na universidade. Até que eu montei um projeto em que eu passei a ser uma Supervisora Pedagógica externa à escola. Um projeto que protocolei junto à Pró-Reitoria de Ensino, local onde o Colégio de Aplicação estava alocado na Universidade. A Pró-Reitoria entendeu que o projeto seria de extremo impacto para o Colégio de Aplicação e abraçou o plano. Então, eu entrei com força na Unidade de Educação Infantil; na formação continuada de professores. Todo o tempo em que passei na UNIVALI foi dedicado a esse projeto, a partir do plano de ação e das metas a serem atingidas. Nós queríamos colocar o Colégio de Aplicação em outro patamar. Era um colégio muito procurado, como todos os colégios de aplicação são. Esse projeto me ensinou muito sobre a Gestão da Unidade, das limitações das Unidades Universitárias e, principalmente, sobre as dificuldades para o Colégio de Aplicação, onde nem sempre todos os recursos estão prontamente disponíveis.

Quando passei no concurso para professora da UFRJ, encontrei com a professora Mônica Pereira dos Santos e fui apresentada à Velone, pessoa que estava vindo procurar ajuda da Faculdade de Educação para a Creche UFRJ. A Mônica me viu no corredor e falou: “Achei a pessoa certa”. Mas ela já estava em contato com a Patrícia Corsino. Então, eu e a Patrícia Corsino entramos juntas em novembro de 2004, no mesmo concurso. De cara desenvolvi uma relação muito próxima com a Velone. Comecei a atuar, de fato, trazendo minha experiência muito familiarizada com as questões de Creches Universitárias. A Velone já estava na luta para institucionalizar a Creche da UFRJ. No meu ponto de vista, é uma pessoa com uma capacidade de gestão incrível, extremamente sensata e sempre pronta para nos ouvir. Então começamos a realizar ações de formação na Unidade e comecei a entrar na parte de formação de professores. Entrei na Creche da UFRJ, com essa posição, de auxiliar na elaboração do Projeto Político e Pedagógico, na formação continuada dos professores, que na época, eram todos contratados.

Durante sua gestão foi realizado o concurso para TAE's – Técnicos em Assuntos Educacionais que assumiram a docência na EEI e trouxe grandes tensões para as relações de trabalho na escola. Eliana permaneceu na gestão da EEI-UFRJ por três anos. Suas contribuições nesse lugar foram muito importante para a institucionalização da escola, para a

aliança com a Faculdade de Educação, bem como na construção pedagógica da escola. A compreensão de que a Educação Infantil fazia parte da educação, reforçou a necessidade da Faculdade de Educação estar mais presente na EEI.

Em julho de 2009 Eliana deixou a EEI-UFRJ e nos apresenta os seus motivos.

Foi um momento muito pessoal/profissional. Primeiro, o meu marido havia sido transferido para São Paulo. A partir do momento em que minhas filhas foram com ele eu comecei a viajar e fazer ponte aérea Rio-São Paulo o tempo todo.

Nesse meio tempo, fui convidada por Maria Malta Campos - pesquisadora da PUC e da Fundação Carlos Chagas - me convidou para participar de um projeto de pesquisa na Fundação Carlos Chagas, como Pesquisadora Visitante. Achei uma oportunidade única e tomei duas grandes decisões: a primeira, sair da pós-graduação e a minha exoneração do cargo de Diretora para assumir esses dois compromissos pessoais e profissionais - a minha família, em São Paulo e o convite da Maria Malta Campos. Pedi que me dessem 20 horas da minha carga horária na faculdade, para que eu pudesse me dedicar a esse convite de Pesquisador Visitante. Foi muito difícil, pelo fato de que eu realmente não queria sair.

Ao mesmo tempo, sinto que foi muito decepcionante para a escola também, porque acho que estávamos em um caminho muito bacana. Na minha saída eu forcei muito para que a Aline entrasse... eu achava que ela possuía uma capacidade incrível para liderar. Talvez essa condução tenha sido muito conturbada ou a minha saída tenha sido muito precoce, no sentido das conquistas que estávamos realizando naquele momento. Mas eu julguei muito importante para a minha carreira enquanto professora que já estava em detrimento, por conta da minha dedicação... eu achei que tinha que tomar uma decisão para a minha vida por ser Professora Universitária e Pesquisadora. Essa é minha tarefa. Na verdade, eu queria ficar por quatro anos e fiquei por 3... eu achava que uma gestão de 4 anos estava de bom tamanho. Eu sou a favor dessa rotatividade de cargos, no sentido de que as pessoas possam realmente sentir as pressões desses diversos cargos. A função de Professora é muito diferente da função do Diretor. Então, acho que é muito saudável, porque conta muito para as pessoas saber que eu - Professora da Universidade há 20 anos, fui também Diretora de uma Unidade Pública - dá mais legitimidade a minha fala, porque eu entendo das dificuldades.

Sou muito orgulhosa dessa trajetória, da Escola de Educação Infantil, das pessoas que estão lá... daquelas que concordavam comigo ou mesmo daquelas que não concordavam e que compraram o meu projeto, apesar de não concordarem. Quando a Alessandra apresentou o Projeto Político Pedagógico, por exemplo, eu fiquei muito satisfeita de ver partes do meu texto e a minha voz no projeto. O quanto eu pressionava para que o grupo estudasse outras metodologias, outros currículos, a trabalhar com as Diretrizes - mesmo tendo saído antes de 2009.

Eu me vejo como uma Diretora bastante impositiva e bastante, muitas vezes, autoritária, mas convicta! Eu não vejo a minha gestão como antidemocrática. É simples! A minha atuação é a seguinte: eu tenho uma proposta e se vocês não vierem com outra, eu vou implementar a minha! As crianças não tem tempo de esperar vocês concordarem com algo. Aqui, são linhas gerais, pois todos concordamos que a criança é a protagonista e que o planejamento é importante. Não vejo como em um país com tantas desigualdades, podemos dar tanto tempo ao tempo para que todos possam falar... temos que criar e implementar propostas. Essa era a minha visão, naquela época, porque eu via

diálogos inadmissíveis que se desenvolviam entre professores e crianças. Eu via as crianças chegando em sala com propostas incríveis, que não eram ouvidas por parte dos professores. Nesse sentido eu sou muito autoritária e vou continuar sendo. Na minha ideia, o professor tem que ter uma característica essencial: chama-se flexibilidade. Se você entra dono de uma verdade em sala, e deixa de observar... você não anda. Se você for parar para analisar todos os documentos pedagógicos que implementei, na época, dá pra ver que eram todos muito democráticos e flexíveis. Não há nenhum que diga: “faça assim, faça assado”. Tem assim: Como você vê isso? O que você faz com o que vê? O professor não está habituado a pensar, pois trabalhando dessa maneira você põe em cheque aquilo que as pessoas sabem, mas também aquilo que elas não sabem.

Então, assim, a minha gestão foi em cima dessas questões: flexibilização, implementação de projetos, institucionalização da escola, trabalhar com os recursos humanos que temos, administrar isso... e acima de tudo, respeito ao público porque somos servidores públicos. era uma questão de honra: eu não podia aceitar que as pessoas viessem trabalhar segunda e quarta feira! Afinal de contas, é um compromisso público... é dinheiro público. Eu causei um fuzuê, por causa disso. Causei mesmo!

Continuamos o encontro conversando acerca dos desafios que foram superados e os que a nova gestão tem por enfrentar. Eliana demonstrou confiança na gestão atual, até porque a nova diretora foi uma das Coordenadoras de sua gestão, e por acreditar que estão no caminho certo, o de pensar a EEI como uma Escola da Universidade que quebras paradigmas, constrói conhecimentos e inspira políticas públicas .

PARTE 5

As vozes na história: Encontros e Desencontros

[...] para o verdadeiro colecionador, cada uma das coisas torna-se neste sistema uma enciclopédia de toda a ciência da época, da paisagem, da indústria, do proprietário do qual provém. O mais profundo encantamento do colecionador consiste em inscrever a coisa particular em um círculo mágico no qual ela se imobiliza, enquanto a percorre um último estremecimento (o estremecimento de ser adquirido).

Walter Benjamin

Ao iniciar esse trabalho pensei conhecer bastante sobre a EEI-UFRJ, porém ao retomar a história a partir das memórias das ex-Diretoras e a minha própria, observei o quanto dela se perde e a importância dos sujeitos que dela participaram fica esquecida. Assim como Benjamin ao se mostrar “coleccionador” de “fragmentos” e escreve *Passagens* (2007), obra alvo do pensamento dialético, alegórico e crítico. Essa obra é uma imensa coleção de notas e citações em que ele agarra-se compulsivamente aos detritos da sociedade, arquivando-os. Como colecionador, ele se assemelha ao “trapeiro”, que encontra nos detritos, nos objetos ignorados, o tesouro de sua obra. Ele os ressignifica, transforma-o em matéria de seu conhecimento, faz com que contenham uma outra história que a sociedade da época não nos contou. (OLIVEIRA, 2010, p 7). É nas narrativas dos encontros com os sujeitos dessa história que observo e escolho alguns fragmentos que convergem e divergem em determinados momentos na própria construção de um projeto que foi e é comum a todos, mas que estavam escondidos nos estilhaços da história.

Desses fragmentos recolhidos, escolho fazer a minha coleção de categorias analíticas, produto da compreensão responsiva ativa que dirigi aos enunciados de minha interlocutoras. Vamos a elas.

5.1 Direito do Trabalhador x Direito da Criança

Em diversos momentos deste texto a questão dos direitos foi muito citada tanto por mim como pelas vozes das entrevistadas. O direito da mãe trabalhadora e o direito da criança parecem um par em oposição na história do atendimento à infância em nosso país, como se, para fazer valer o direito de um, o outro precisasse ser negligenciado. Vejamos a fala de Angela ao saber do acesso universal à EEI-UFRJ: “Eu achei que era só para os Servidores. Eu acho que é uma grande perda porque realmente perdeu esse processo do direito do trabalhador.”

Esta é uma questão que constantemente causa divergências entre as esferas jurídica e educacional. A Constituição Federal em seu art. 7º garante à mãe trabalhadora o direito de, após o nascimento de seu filho, requerer licença de 120 dias de afastamento do trabalho, sem prejuízo do seu salário. A mãe trabalhadora ainda tem assegurado o direito a berçário ou creche nos locais de trabalho, sempre que a empresa tiver trinta ou mais mulheres trabalhando. (CLT, art. 400). Em contrapartida o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o art. 208 da Constituição Federal asseguram o atendimento em creche e em pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Nesse viés, observamos que o direito de ambos se entrelaça, pois garantir o direito de acesso à creche às crianças cujas mães sejam trabalhadoras auxilia o desenvolvimento profissional da genitora. A transformação desses direitos num par tensionado revela-se uma artimanha ideológica que inverte e subtrai o terceiro elemento da equação, a saber, o papel do Estado.

A forma como este direito deve ser garantido se confunde no momento de classificar a Creche como possível direito social das mães ou como início da vida escolar da criança. E erroneamente a maioria de nós ainda possui a visão de que somente a mãe trabalhadora tem direito a uma vaga para seu filho.

Não podemos também perder de vista que há uma certa confusão em o que é Assistência Social e o que é assistencialismo. Assistência Social é uma política pública, um direito do cidadão e um dever do Estado. Já o assistencialismo é uma prática individual, em forma de ajuda, de favorecimento, de troca de favores, não uma transformação permanente, ou seja, não há mudanças na realidade social dos indivíduos, pois sua maior característica é a doação, um ato de caridade. Confundi-los parece ainda uma ação ideológica que visa subtrair direitos num contexto em que assegurá-los implicaria numa decisão política distinta do modelo neoliberal que vem predominando no país desde que tais direitos foram reasssegurados em leis a partir da redemocratização do país.

A nomenclatura parecida favorece a “confusão”, transformando algo que seria da esfera dos direitos em benevolência paternalista. A Assistência Social vem em busca da recuperação da autoestima dos vulneráveis, dando-lhes condições, por meio de práticas universalizadas, que os assegurem os direitos como todo e a qualquer cidadão.

O governo tem como base para as diretrizes da Assistência Social, a Seguridade Social, que forma o tripé junto com a Saúde e Previdência, por meio destas buscam-se ações que visam a liberdade, igualdade e justiça. Dentro dessas diretrizes está a Assistência Social, cuja principal finalidade é contribuir para a manutenção daqueles que não possuem condições de manterem-se por si mesmos ou estão em condições de vulnerabilidade social. No artigo 203, da Constituição Federal, consta todos os grupos que possuem direito à essa assistência e, em quais âmbitos estes devem ser empregados, por exemplo, crianças, idosos, gestantes, pessoas que sofreram algum tipo de violência, estes seriam o público alvo de investimentos de recursos do Governo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome é responsável pelas políticas públicas em todo o país, no que diz respeito à essa área. A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece leis e diretrizes que devem ser respeitadas a fim de que a sociedade civil e governo, mantenham um diálogo e que busquem investimentos e assegurem os mesmos direitos à todos. Entre algumas das ações do governo, estão o Brasil Sem Miséria e Bolsa Família. A Assistência Social foi oficialmente reconhecida como política pública em 2003.

Apesar de Angela, demonstrar certa frustração pelo fato da EEI-UFRJ ser de acesso universal, sendo um direito da criança e não mais um direito do trabalhador, sempre perseguiu para a creche universitária um atendimento educacional.

Desde o início, já havia uma clareza da Educação, porque embora sem essa formação específica da Educação Infantil havia a clareza da importância da Educação no sentido de que cuidar é educar, não é? Não era uma coisa pensada academicamente, mas era muito claro que quando cuidamos estamos educando. Chegávamos a ser chatos, porque tudo era motivo para conversar!

Nós viemos de uma militância. Então, assim, já havia certa clareza em relação a algumas questões. A gente era um pouco vanguarda de um movimento, não é? Mas isso estava muito claro! Quando contratamos os pedagogos... No primeiro momento, o Edmar e a própria Dalva na mesma linha - a Dalva é uma pessoa extremamente profissional, que você ainda não conhece, porque acabou de sair da Universidade. Quando ela saiu da Creche foi para a Faculdade de Medicina, trabalhar na linha da Pedagogia, da Educação. Então, o fato da Creche ter uma estrutura assistencial, não quer

dizer que ela não era, ao mesmo tempo, educacional. Ela não era vinculada a Faculdade de Educação, mas nós resistimos muito a perder o viés assistencial. A gente tinha muito cuidado com o fato concreto - e aí tem relação com o movimento político, sim - de que as mulheres precisam de um lugar para deixar os seus filhos! Eu pessoalmente sou extremamente a favor. É creche! Como isso vai ser articulado, seria outra questão. Agora, não pode ter um calendário escolar, não é? Como é que você faz com as mães que não podem tirar férias?

Eu acho que havia muitas coisas que a gente tinha medo de perder, no nível da assistência. Tivemos que tirar os alunos quando saiu aquela lei com auxílio pré-escolar, porque o que acontecia? Ou você recebia o auxílio pré-escolar ou recebia Creche. Nesse sentido, para você ter direito ao auxílio pré-escolar, seja por dinheiro ou serviço, você tinha que ser servidor. Nesse momento, começamos a tirar os estudantes ou por força ou por pressão, mesmo. Por pressão dos próprios servidores. Na verdade, o dinheiro que vinha do pré-escolar entrava para a Creche.

Também para a Professora da Faculdade de Educação Eliana Bhering, muitos eram os desafios entretanto, havia uma preocupação explícita em adequar o trabalho pedagógico à legislação vigente que o pedagógico, mesmo numa escola para filhos de trabalhadores da UFRJ teria que funcionar de acordo com a nova legislação.

[...] Eu dizia: nós temos que mudar essa concepção! A escola de Educação Infantil é uma escola para funcionários da UFRJ, mas que deve funcionar de acordo com a nova legislação. Ela é um benefício, mas ela tem regulamento próprio. Então, implementamos o sorteio das crianças... a inscrição. Tudo com caráter legal, mas sem a legalidade formal porque a escola de Educação Infantil não era uma unidade, e sim, um benefício ligado a Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

Nesse sentido, é importante observar que na prática da Escola de Educação Infantil, buscava-se contemplar tanto o direito dos trabalhadores, quanto das crianças a uma educação de qualidade.

Eliana reforçou essa preocupação, no informativo da EEI de junho/julho de 2009, ocasião de sua saída da gestão:

A minha gestão esteve sempre muito tendenciosa. Tendenciosa e preocupada com o reconhecimento e implantação da nossa Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 que corrobora a Constituição Brasileira de 1998, declarando os direitos das crianças e suas famílias, assim como o dever do Estado em prover educação de qualidade pra crianças pequenas também. Isto significa que os cuidados da criança pequena saíam das mãos da Assistência Social e passam para a Educação. Avaliando as forças desses documentos oficiais e das tendências da lei, podemos sugerir que esta cisão – assistência social e educação – não é de todo boa, uma vez que a infância é mais complexa do que a educação (especialmente, quando as condições não são minimamente razoáveis) pode abranger.. No entanto, esse passo é definitivamente o reconhecimento de que a criança precisa de algo mais além de cuidados básicos e assistência, e o foco principal significando que as crianças merecem nossa atenção tanto nos aspectos do cuidar quanto dentro do âmbito do educar. Isto é um avanço extraordinário para o nosso país. Sem falar da consciência que devemos ter sobre a importância dos professores de crianças pequenas no cenário da Educação Infantil atual.

É perceptível a tensão que ambas gestoras vivenciaram nessa relação do direito à assistência e à educação. Rosemberg (2013) em seu texto sobre Políticas de Educação Infantil e Avaliação aborda a questão: Qual a razão de ser das políticas de Educação Infantil? A tensão dos direitos fica clara no texto da autora.

No contexto brasileiro pós-Constituição de 1988, e respondendo à segunda questão – sobre a razão de ser da política de educação infantil – há dois pontos consensuais, apesar de estarem em tensão: o direito da criança de até 5 anos à educação via creches e pré-escolas; o direito de mães e pais trabalhadores(as) a que seus filhos(as) sejam acolhidos(as) em creches e pré-escolas. Infelizmente, no Brasil, não tivemos mobilização política suficiente para integrar as duas perspectivas. Daí algumas tensões que enfrentamos serem mais intensas do que aquelas enfrentadas por países nos quais essa integração política ocorreu. (...). Isto não significa afirmar que tal integração esteja completada, que seja imune a pressões políticas contrárias em tempo de crise econômica ou que signifique que direitos das crianças, dos(as) filhos(as) sejam sempre coincidentes com direitos dos pais/mães, dos adultos (...). (p. 53)

E, analisando especificamente a situação brasileira, acrescenta:

No Brasil, a tensão decorrente da não integração entre direitos das crianças à educação e direitos dos pais/mães ao trabalho manifesta-se recorrentemente, enquadrando decisões políticas e avaliações consequentes: férias na educação infantil segundo qual padrão, do sistema escolar ou da legislação trabalhista? Creche noturna para filhos (as) de quem trabalha à noite? Período de adaptação da criança à creche com respaldo em direito trabalhista para a mãe e o pai? Pode-se perceber, ao focalizar essas questões, particularmente as últimas, que se a agenda da política de avaliação na/da educação infantil pode se aproximar da agenda de política de avaliação da educação básica, não pode, entretanto, ser idêntica a ela. (op.cit)

Fica evidente que a EEI- UFRJ, tal como as demais unidades de Educação Infantil no Brasil, não ficou imune a esse falso dilema: não se trata de opor direitos de sujeitos subalternizados no sentido de um anular o outro, mas da necessidade de cada vez mais se avançar na integração e busca de respostas que considerem a hipótese de aproximação das agendas políticas daqueles que se mobilizam na luta pelos direitos.

5.2 Precarização do trabalho docente na EEI

A precarização docente na EEI desde sua fundação, em 1981, tem sido um tópico de grande tensão no trabalho da gestão. Nos três encontros realizados para a construção desse trabalho esse tema teve relevância e não havia alibi que permitisse não abordá-lo.

No encontro com Angela, que foi quem coordenou a comissão de intervenção¹¹ na Creche Universitária, hoje EEI-UFRJ, o grande problema detectado era justamente a precariedade do trabalho com as crianças. Os pais, na sua maioria, Professores da Universidade, reivindicaram essa intervenção. Segundo ela:

¹¹ Comissão composta por Angela representante da reitoria, Rita Brasil representante o do IPPMG, Mariete representante da creche universitária e Laura, professora da engenharia e representante dos pais da creche.

Nesse momento, nós tínhamos auxiliares de creche... eram auxiliares que, de acordo com o momento, o que a gente via era isso que se pensava pra trabalhar com criança: qualquer pessoa que gostasse de cuidar de criança, qualquer jeito de lidar com criança valia. Então, a comissão já tinha esse olhar. Até por estar de fora éramos capazes de olhar diferente. O que nós pensávamos era: “Você deixaria o seu filho?” Os pais não estavam dispostos a tirar os filhos, considerando que era um espaço da UFRJ em que isso não era admissível.

Inicialmente a comissão interventora, constituiu uma equipe que julgou necessária, naquele momento, para pensar, por área, como melhor fazer os encaminhamentos. Essa equipe era composta por um Enfermeiro, uma Assistente Social, uma Nutricionista, um Pedagogo, alguns Recreacionistas e uma Médica. Note-se que, apesar de contar com um Pedagogo, a equipe não dispunha de Professores e sim Recreacionistas. Quando perguntada, Angela respondeu:

Nesse momento tinha as auxiliares. As Recreacionistas foram contratadas, mas aí sim começamos a pedir a formação. Começamos a fazer visitas à Creche da USP, sempre pedindo que eles pudessem nos ajudar nesse processo. A Creche da USP era assistencialista mesmo... algumas equipes de educação tinham esse olhar assistencialista. Já a Creche de Santa Catarina, possuía outro movimento, mas era muito mais difícil migrar de um modelo para outro. Seria um pulo muito grande, então optamos por seguir tanto o modelo da USP, quanto o de Minas. Nesse processo nós continuamos - fizemos a proposta, com todos os eixos de setores até o momento em que foi aprovada.

A precariedade no trabalho docente neste momento histórico da EEI-UFRJ, deve-se pela falta de formação das pessoas que trabalhavam com as crianças e pela falta do quadro de professores efetivos. Até então, os auxiliares eram contratados pela a Fundação José Bonifácio. Mesmo após a comissão de intervenção propor mudanças, o quadro de Recreacionista ainda não era o ideal, entretanto, ter um quadro fixo para atender às crianças, com a formação a nível médio na modalidade normal, era, ao menos, um começo. Isso não quer dizer que o problema com o trabalho pedagógico estava resolvido. Para Angela essa foi uma questão que deu muito trabalho para o Pedagogo. Como veremos a seguir:

Na época, nós tivemos mil problemas entre ele e as Recreacionistas, porque ele era extremamente rígido nesse sentido. As meninas reclamavam que ele era bom com as crianças, mas não era bom com elas. Afinal, por que isso, não é? Mas ele fez um trabalho muito bom e difícil, porque as pessoas não tinham um bom preparo para isso... Então, começamos a observar que três ou quatro que entraram com a Formação de Professores, tinham outra capacidade por conseguir acompanhar as discussões e participar das reuniões, mas as outras, ou pelo menos parte delas, não conseguiam entender. Na visão delas, eram coisas absurdas! Essa questão da liberdade das crianças, por exemplo, uma vez o Edmar entrou na sala e se deparou com as crianças se pendurando no ventilador. Obviamente que ninguém disse que era para deixar as crianças. Então, chamamos a todos para discutir e entender o que estávamos propondo, pois precisava de todo um cuidado para trabalhar essa questão com as pessoas que não tinham essa formação. Mas eu acho que foi feito um trabalho muito interessante, ao longo dos anos. Nós conseguimos mudanças notórias!

Na gestão da Professora Eliana a diversidade de situações que envolvia o trabalho docente também era uma tensão. Os Recracionistas, contratados na gestão anterior e inseridos no quadro da universidade, permaneciam na escola. Alguns ainda em sala, outros no trabalho administrativo por não terem estrutura física para o trabalho com as crianças. Havia uma outra modalidade de contratação, também instituída anteriormente: o prestador de serviço. Esse contrato era o mais precário. Na verdade era um contrato realizado sem nenhuma formalidade contratual, nem sempre recebiam o salário em dia e não possuíam nenhum direito trabalhista. Essa situação sempre causou muitos incomodos e o desejo de ter um quadro docente da universidade para atuar na EEI seria o ideal.

Em parceria com a Faculdade de Educação (2006), foi realizado um concurso para professor substituto com a exigência da formação em Pedagogia. Muitos dos professores que trabalhavam como prestadores de serviço fizeram o concurso para substituto e foram contratados nessa nova condição. A escola recebeu vinte professores substitutos e por algum tempo o trabalho pôde ser realizado com mais tranquilidade, porém a gestão sabia que a precariedade dessa condição contratual também geraria dificuldades no trabalho pedagógico à medida que o contrato desses professores fossem encerrados, pois o contrato era de um ano renovado por mais um ano.

No encontro com Eliana ficou claro que sabia dos muitos desafios que sua gestão enfrentaria e a questão, aqui posta, da precariedade da função docente na EEI-UFRJ era uma delas.

Tivemos importantes desafios: a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, de um regulamento, do processo de seleção das crianças... do processo de seleção de professores, porque a única chance que nós tínhamos de ter funcionários atuando no quadro era por meio de do concurso de Técnico em Assuntos Educacionais, mas já sabíamos de antemão que não ia funcionar. A pessoa faz um concurso para ser técnico, mas se depara com a função de ser professor. Foi muito difícil trabalhar com a Pró-Reitoria de Recursos humanos para adequar a questão - não que a reitoria fosse difícil, mas sim porque a tarefa em si era difícil... o entendimento das pessoas para essa tarefa era bem variado. Lembro que do dia em que foi publicado o edital, porque assim que o li tive certeza que não daria certo.

Eu já sabia que haveriam muitas questões, mas fiz conscientemente. Eu pensei: eu vou sair de um corpo docente de 30 pessoas que são contratadas para um corpo docente que é funcionário da UFRJ e que talvez eu possa vir a sensibiliza-los de alguma maneira, a ponto de fazê-los ficar conosco. Era a solução possível naquele momento... eu tinha convicção que nós teríamos tensões ainda maiores - e tivemos. Tivemos tensões incríveis na primeira reunião que fiz com o CEG¹²...onde sei que fui muito autoritária - porque posso ser bastante autoritária, se eu quiser. Eu compreí o projeto sabendo que eu estava metendo a mão em um vespeiro imenso... eu queria a escola de Educação Infantil na Universidade.

¹² O CEG – Conselho de Ensino de Graduação - define a política acadêmica dos cursos, fixando as normas de ensino dos cursos de graduação e das formas de ingresso na UFRJ. O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), juntamente com o Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) definem as épocas para os atos da administração acadêmica.

Apesar de Eliana ter consciência do enfrentamento que teria, foi na gestão de Rosane Cabral que o problema se intensificou, como ela mesma relata em nosso encontro.

[...]a escola tinha uma questão de desvio de função que gerava todo um processo complicado em termos de relações interpessoais, mais no foco interpessoal mesmo por que fiquei focada no desvio de função que é uma coisa difícil de administrar. O maior problema da escola, nesse período, foi esse. Mas ao mesmo tempo, agora que estamos fora podemos observar melhor... foi gratificante ver que apesar de todo esse conflito que existia por conta desse desvio de função, todo esse grupo conseguiu fazer com que a escola se mantesse funcionando e a institucionalização acontecesse.

Ainda não foi na gestão da Rosane que a situação do trabalho docente, do desvio de função que os conflitos estabelecido foi resolvido. Essa foi umas das questões de grande embate logo que o Grupo Gestor *pró tempore*¹³ assumiu. Na primeira reunião do ano letivo, alguns TAEs solicitaram sua saída da escola. No primeiro dia com o grupo a cobrança dos Técnicos já demonstrava impaciência pela a falta de resolução desse problema. O grupo de TAEs exigia que sua identidade fosse respeitada e acreditava que o Grupo gestor que outrora estava na mesma situação se engajasse em resolver esse problema. A identidade cobrada por esse profissional, o TAE, do seu lugar na Universidade há muito tem sido discutido, mas há clareza de que não se trata de um trabalho docente. (Caderno de Campo do dia 27 e 28 de janeiro de 2014)

O Grupo Gestor se comprometeu, na ocasião, em retirar todos os TAEs de sala, porém a única maneira de fazer isso seria através, mais uma vez, de contratação de professores substitutos. O vínculo precário dos professores na EEI – UFRJ não seria resolvido ainda.

O fato é, que o Grupo Gestor ao longo do ano de 2014, contratou professores substitutos, num total de vinte e seis e retirou os TAEs de sala. Esse processo se deu em concordância com os órgãos legais da universidade. Os TAEs que estavam em sala e que quiseram permanecer na EEI-UFRJ em seu cargo, assumiram as funções administrativas e pedagógicas criadas na escola após a institucionalização, tais como: Departamento Pessoal, Coordenação de Estágio, Coordenação de Extensão e Pesquisa e Núcleo de Linguagens¹⁴. (Caderno de Campo, março/2015).

Atualmente a gestão está em fase de conclusão do edital para quatro vagas para professor da carreira de EBTT que, enfim, iniciará a construção definitiva do corpo docente desta instituição. (Caderno de Campo, maio/2015).

Mais uma vez identificamos na história do micro, os atravessamentos do macro. A precarização docente dos profissionais da Educação Infantil é fenômeno recorrente, como verificamos em Kramer, Toledo e Barros (2014), que ao sistematizarem os dados de uma pesquisa que envolveu diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, encontraram características como “gostar de crianças” como pré-requisitos para uma boa atuação profissional. Nesse estudo, detectaram ainda, certo desprestígio dos docentes deste segmento, quando comparados aos do Ensino Fundamental. Fato que, embora não seja objeto desta

¹³ O Grupo Gestor *pró tempore* é composto por TAEs que estavam em sala, em desvio de função, que assumem a gestão da EEI-UFRJ.

¹⁴ O núcleo de Linguagem é composto pelos projetos de diferentes linguagens, Arte - com o ateliê de arte; Literatura – com a sala de leitura e os projetos de literatura dentro e fora de sala desenvolvida nesse espaço; Cinema – Escola de Cinema; Os projetos: Inserção – da entrada das crianças na escola; Transição – da passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e do Clube de Ciências.

dissertação reflete-se na contratação de professores que no Colégio de Aplicação da UFRJ são, há muito, concursados para suas áreas de atuação. A diversidade de formação exigida para o profissional da Educação Infantil, aparece em nossa “pequena” história da mesma forma que em vários municípios pesquisados por essas autoras.

Kramer, Toledo e Barros sinalizam dentre os aspectos *urgentes* a serem enfrentados na melhoria da Educação Infantil, traços que se aplicam da mesma forma, à EEI – UFRJ:

A abertura de concursos para professores e auxiliares que atuem com crianças na Educação Infantil é exigida por lei. Como é exigida a formação em nível de ensino superior, admitindo-se o ensino médio na modalidade normal (...) há legislação no Brasil que regula a realização de concurso público específico para professor de educação infantil e garantia de, no mínimo, um professor por turma, com direito a aperfeiçoamento profissional continuado, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, período reservado a estudos, planejamento, e avaliação incluído na carga de trabalho. (2014, p. 33)

5.3 O Projeto Político Pedagógico na memória das gestoras

Os olhos não são só janelas da alma, são portas de nossos sentimentos e percepções. Por eles, o mundo nos sai, o mundo nos entra. Por eles sou revelado, me revelo, me autopenetro. Conheça-me e dou-me a conhecer. Vejo, sou visto, existo.

Carlos Roberto de Carvalho (2011, p.213)

Ao pensar sobre o Projeto Político Pedagógico a partir das memórias das gestoras, me deparo com o texto do autor da epígrafe acima - *Arte de ver não ver "quem tem olhos para ver, veja !Quem vê repare!"*- que me fez refletir o quanto esse documento criado pelos sujeitos envolvidos no processo de construção de uma proposta de escola tem muito de seus sentimentos, percepções, formação, valores, interlocuções consigo e com os outros. O quanto nos damos a conhecer como grupo, na intencionalidades no trabalho, na concepção de educação, de criança, de direitos e de tantas outras coisas mais que poderíamos aqui descrever.

Foi com muita surpresa que no encontro com Angela tive conhecimento do primeiro Projeto Político Pedagógico da escola, que na época não tinha esse nome, Mesmo tendo trabalhado por nove anos na EEI, em nenhum momento soube desse primeiro documento. Angela relatou que, ao assumir a escola em 1987, não havia nenhuma proposta para o trabalho pedagógico com as crianças.

Uma das dúvidas que a gente tinha era: como é que se trabalha com criança? Não havia nenhuma rotina propriamente estabelecida com as crianças. Elas disseram o tempo todo que tinha, mas em nenhum momento apareceu - eu não consegui ver e a equipe que entrou depois muito menos. Eu não era da área, isso é importante mencionar. Na época, eu era muito nova. Tinha apenas a clareza que as crianças tinham que ser felizes, e olha que disso eu tinha clareza! Mas como é que isso seria trabalhado era outra questão. Eu conhecia um pessoal da pedagogia que já estava aí apontando para o construtivismo, não é? Nesse sentido, eu não tinha a menor dúvida que era o caminho a ser seguido. Então, assim, o pedagogo que eu levei para a creche era uma pessoa que trabalhava nessa linha construtivista e que também já militava por essa área.

O primeiro documento pedagógico para o trabalho com as crianças foi construído partir do I Seminário sobre Creches Universitárias, como descrito no próprio documento político encontrado num armário juntamente com outros papéis sem relevância.

Após a realização do I Seminário sobre Creches Universitárias, com a participação da comunidade e do intercâmbio com outras creches universitárias – USP, UFSC, UERJ, UFMG, etc., iniciamos juntamente com a Equipe Técnica a tarefa de implantar em nossa creche uma política que viesse ao encontro dos anseios de toda comunidade, bem como respondesse aos princípios filosóficos que evesse orientar o trabalho em creche e principalmente em uma creche universitária... Dentro desta orientação e reconhecendo que a profilaxia da saúde mental é tarefa das mais importantes no trabalho de todos aqueles que convivem com o desenvolvimento infantil. Apresentamos este trabalho com a consciência de que, para a creche realmente implantar a Estimulação Essencial ao desenvolvimento, torna-se necessário sensibilizar e preparar toda a equipe, dando-lhe visão comum sobre esse trabalho. Esperamos que este venha a ser útil tanto para a divulgação de nossa metodologia quanto para a supervisão e orientação de nosso quadro pessoal (25 de abril de 1988)

A importância de citar parte da apresentação deste documento, além de o conhecermos, é salientar que, apesar de o atendimento, até bem pouco tempo, ser predominantemente assistencial, não era desprovido da busca pelo caráter educacional, como já discutimos anteriormente. Destaca-se ainda, a participação da Creche Universitária/EEI-UFRJ nas discussões sobre as políticas para Educação Infantil e na construção da ANUFEI¹⁵.

Ainda nesse documento, podemos observar a evolução de uma concepção pedagógica com um olhar totalmente voltado para a saúde e do trabalho com a criança como algo instintivo ou puramente emocional, pelo fato de gostar de criança, para um olhar no desenvolvimento infantil baseado na psicologia do desenvolvimento, considerando o trabalho como educativo, norteador cientificamente, tendo como orientação que o conhecimento é construído pelo sujeito nas diferentes interações que ele mantém com o mundo desde o seu nascimento. (PPP da Creche Universitária, 25 de abril de 1988)

No encontro com Eliana, a mesma apresentou como um dos desafios de sua gestão, a revisão do Projeto Político Pedagógico que estava em vigor desde a gestão de Angela.

.Eu estava convicta de que a gestão deveria estar compromissada com essa meta de fazer uma prática pedagógica que fosse realmente o reflexo do que falávamos. Eu realmente acho que falei muito disso durante todo o tempo, porque já havíamos colocado em discussão o Projeto Político Pedagógico, iniciado na gestão da Velone. Então, já havia um projeto. A Velone foi muito importante para mim, principalmente porque ela me apresentou a toda a história da escola. Ela tinha o desejo de partir de tudo aquilo o que estava constituído, mas ela teve uma tarefa muito difícil porque ela é pedagoga, mas ainda não tinha atuado... assim profissionalmente. Intuitivamente ela sabia fazer... e ela tem o dom da gestão, eu acho. Eu estava preocupada com esse fio condutor. Então, a partir do projeto que havia sido iniciado com a Velone nós continuamos... fizemos várias reuniões também institucionalizar

¹⁵ ANUFEI Associação Nacional de Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil.

uma série de práticas que os pais não achavam muito bacanas... tivemos muitas tensões com a comunidade dos pais em aceitar que a unidade não é mais de benefícios aos trabalhadores da UFRJ, e sim uma unidade educativa que tinha que atuar dentro do contexto brasileiro para a Educação Infantil. Eu vivi isso muito fortemente na minha gestão, pois havia os pais que apoiavam e entendiam essa perspectiva, mas também havia os que entravam para “bater.”

Na gestão da Rosane o foco não foi o PPP e sim o Regimento Interno, porém também foi iniciada uma nova revisão que não foi concluída, como relatou em nosso encontro.

O que eu posso falar é que, efetivamente, para que nós chegássemos até o CONSUNI precisaríamos ter o Regimento pronto, para apresentar. Conversando com Decano e com as pessoas que estavam envolvidas no processo, vimos que o Projeto Político Pedagógico é uma coisa que está em constante reformulação. Então a escola já tinha um projeto, mas não estava amarrado ainda, e como é um documento que está em constante construção, sendo revisto, construído e reconstruído, ele nesse momento não foi deixado de lado, mas o que foi urgente se fazer foi o Regimento. Porque para que a escola passasse pelo CONSUNI, a Decania do CFCH teria que aprovar o Regimento. E esse Regimento, que constitui um grupo de trabalho onde os pais puderam participar. O Regimento foi efetivamente elaborado e apresentado ao Conselho do CFCH. Eu estava na reunião que aprovou esse documento que foi totalmente elaborado durante a minha gestão. E deixei para que a próxima gestão reformulasse o Projeto Político Pedagógico, o PPP. Ele começou a ser formulado na minha gestão, mas estão dando continuidade agora, acredito eu.

O Projeto Político Pedagógico é um elemento básico importante da gestão democrática, de emancipação e justiça social. No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. (FERREIRA 1975, p.1.144).

Ao pensarmos na construção dos projetos de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de realizar. Projetamos para frente, com o que temos na busca do possível. Antevendo um futuro que transforme o presente. Gadotti sinaliza:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores. (1994, p. 579)

O Projeto Político Pedagógico é um documento que permite a participação social. O PPP é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde está claro no artigo 12 que dispõe: "Os estabelecimentos de ensino [...] terão incumbência de: (Inciso I:) elaborar e executar sua proposta pedagógica". Já no Artigo 13 fala das incumbências dos docentes, no Inciso I onde se lê: "participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino"; e o Inciso II lê-se: "elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino".

Ainda na Resolução Nº 1 de 10 de março de 2011, seu Artigo 2º afirma que para funcionar, as unidades de Educação Infantil que integram o sistema federal devem ter um projeto pedagógico que:

- I – considere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB no 20/2009 e Resolução CNE/CEB no 5/2009);
- II – apresente os fins e objetivos da unidade educacional;
- III – explicita uma concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem;
- IV – considere as características da população a ser atendida e da comunidade em que se insere;
- V – especifique seu regime de funcionamento, parcial ou integral;
- VI – descreva o espaço físico, as instalações e os equipamentos existentes;
- VII – relacione os recursos humanos da unidade;
- VIII – aponte os critérios de organização dos agrupamentos de crianças;
- IX – indique a razão professor/criança existente ou prevista;
- X – descreva a organização do cotidiano de trabalho junto as crianças;
- XI – indique as formas previstas de articulação da unidade educacional com a família, com a comunidade e com outras instituições que possam colaborar com o trabalho educacional; e
- XII – descreva o processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sendo que os processos de avaliação não têm a finalidade de promoção.

Nessa perspectiva, profissionais da educação, alunos e comunidade vêem-se diante da possibilidade real de construir democraticamente e coletivamente o projeto político pedagógico da escola, buscando interagir cotidianamente nos processos de constituição de novas identidades e solidariedade, na produção e socialização de códigos e conteúdos culturais, de informações e de experiências, enfim, na consolidação das aspirações de novas formas de ação coletiva.

Para tanto, exige-se inicialmente uma mudança de mentalidade de todo o corpo e comunidade escolar. Mudança essa que impõe deixar de lado o velho pensamento de que a instituição pública de ensino é um setor menos importante e que os serviços podem acontecer de qualquer jeito, a qualquer tempo. É necessário transformar a escola onde todos os usuários sejam agentes ativos e participativos e não apenas fiscalizadores ou meros recebedores dos serviços, neste tipo de gestão, todos assumem sua função e suas responsabilidades através do Projeto Político Pedagógico da escola. Como ressalta Maturana (1998, p. 29):

O educar constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e ao conviver com o outro se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência.

A EEI já possuía o seu projeto político pedagógico, tendo iniciado a construção de um novo PPP no ano 2006, ainda na direção da Professora Eliana Bhering. A princípio, contou com a participação da Direção, Coordenação Pedagógica e dos professores, não houve participação das famílias e de outros funcionários da escola. Atualmente, o Projeto Político Pedagógico passa por mudanças em suas bases teóricas e no seu currículo. A participação de todos os sujeitos da comunidade escolar ainda é um desafio a ser superado. Talvez pela a dificuldade de proporcionar momentos de participação de todos os sujeitos envolvidos dentro do cotidiano escolar, ou pela dificuldade de representatividade dos diversos setores da escola.

No ano de 2014 as professoras da Faculdade de Educação da UFRJ, juntamente com a equipe pedagógica da escola, proporcionaram ações de formação para os professores e funcionários da escola, afim de discutir e revisar o PPP. Esta atividade ainda não foi concluída, está em fase de redação para a discussão com as famílias e funcionários e inserir na redação final.

5.4 O lugar da Educação Infantil na Universidade

[...] a noção de território parece ser mais adequada a esses novos trabalhos, visto que é uma categoria interpretativa, a qual cabe muito bem nas novas inquietações e lutas que se estabelecem em torno da infância, pois, como nos coloca Souza (1995, p. 78), “[...] o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”

Jader Janer Moreira Lopes (2013, p 290.)

Históricamente a infância e as políticas de Educação Infantil tem conquistado visibilidade a partir das lutas encampadas em torno dos direitos da criança, do debate da transferência das Creches da Assistência para a Educação, como já apresentamos nas discussões anteriores. A invisibilidade acompanha a infância no Brasil, a começar pela a própria palavra *infância* que deriva do latim in-fans, aquele que não fala, na perspectiva da negatividade ou como nos apresenta LOPES (2014).

[...] em outros momentos históricos: é a idade da não razão, é a idade do não trabalho, e mais recentemente, frente às mudanças contemporâneas, que têm alardeado para alguns o desaparecimento da infância (por exemplo, Postman, 1999) é a idade não-infância. Poderíamos agregar, ainda, às suas reflexões mais uma negatividade: a do espaço e do tempo, a noção de uma infância percebida como sujeitos “a-topos”, ou seja, de lugar nenhum, como sujeitos a-temporais, de tempo nenhum. Invisibilidades. (p.309)

Partilhando do pensamento do autor acima e de toda a discussão até aqui apresentada, olho para universidade, em particular a UFRJ, e vejo, que apesar da existência de trinta e quatro anos da EEI, a invisibilidade ainda é uma questão a ser discutida. Como na epígrafe que escolhi para abrir esse texto, o território da Educação Infantil ainda é uma incógnita na Universidade. Mesmo sendo, atualmente, institucionalizada na universidade, ainda não é no MEC. A falta territorialidade física, pois continua alocada em anexo do IPPMG, e a própria falta de territorialidade política, pois como primeira etapa da Educação Básica, reconhecida na Universidade como campo de ensino, pesquisa e extensão, as crianças da EEI não têm acesso direto ao CAP de Ensino Fundamental e Médio da UFRJ.

No encontro com as gestoras perguntei: Qual é o lugar da Educação Infantil na universidade? Angela tentou responder.

Eu acho que ainda não tem. Creio que ainda precisa de mais luta, mais militância. Eu acho que não dá pra dizer se é ou não o lugar, mas sim o que pode ser feito e como pode. O processo, nesse momento fez com que ela estivesse aqui. Como eu posso dizer: eu tenho certa resistência à educação formal, posso te falar claramente. Então, eu acho que o espaço de Educação Infantil não deveria ser o mesmo espaço da Faculdade de Educação, considerando o modelo que nós temos hoje.

Nós tentamos organizar em cada unidade, que é um processo que deve ser mexido. Nós trabalhamos com os CAPs, com os esquemas de departamento - e olha que a Universidade já está contando que isso está falido. Nós temos

modelos que ainda são da Ditadura Militar, certo?. Então, eles precisam dismantelar esses modelos da academia.

Não sei. Talvez pensar em algo intermediário a isso. Agora, em termos de como articular hierarquicamente eu não sei. Talvez um órgão suplementar. Veja, eu acho que a Educação Infantil é exatamente essa intercessão: a Saúde com a Educação. É ali onde está base para o desenvolvimento. Acho que se você coloca mais para cá, ela tende para uma área mais formatadinha, entendeu? E ao mesmo tempo, se você coloca na Saúde, também não dá conta. Então, assim, eu acho que tem que ter uma gestão que dê conta dessa questão.

Eu não sei se é uma questão de lugar, porque isso tem relação com a gestão. Se você estiver em uma gestão que tem essa clareza, ela vai trabalhar isso dentro da unidade independente, não é? Tudo bem, ela está aqui no CFCH e isso é bacana. Assim como eu acho que, de certa forma acontecia, mesmo quando ela estava ligada à PR4 com a gente. Eu acho que a gestão é que vai possibilitar que os trabalhadores da área se movimentem dentro desses discursos.

Eu fiquei muito feliz de saber que a Alessandra está na Direção por isso. E vou ser bem sincera, pois fiquei mais feliz ainda quando ela estava ligada a Eliane, que era da Faculdade de Educação. Isso porque eu acho que ela retoma alguma coisa e, eu não sei de que forma, mas retoma um processo.

Para Angela, a maneira que a gestão vai lidar com o lugar onde está a EEI é que vai possibilitar a luta por sua permanência. Esse argumento de Angela me lembra o que Bakhtin chama de lugar singular e único. O lugar que eu ocupo é de onde imprimo minha assinatura e me torno responsável por ele. Talvez seja desse lugar de gestão que Angela esteja refletindo. Dessa assinatura responsável daquele que assume a gestão com todos os contextos de lutas, entraves e dificuldades. As respostas a serem dadas serão pertinentes ao grau de responsabilidade e comprometimento do lugar que ocupa no momento.

Eliana não discorda de Angela e discorre a respeito da permanência das Unidades Federais de Educação Infantil nas Universidades.

Essa é uma questão muito delicada. Por exemplo, se você for olhar a situação das Escolas de Educação Infantil nas outras Universidades Federais, vai perceber que o cenário é muito variado. Acho que a conquista de ser Órgão Suplementar é muito grande. É interessante que esteja no centro em que a faculdade de Educação está, pois faz sentido a Escola de Educação Infantil ser um Órgão Suplementar de um centro onde a Faculdade de Educação está inserida. Eu nunca pensei na Escola de Educação Infantil em outro lugar que não este. Talvez eu não soubesse, completamente, em que outro lugar ela estaria. Na verdade, ela não possui o status de faculdade... mas pode ser que haja outra situação para um Colégio de Aplicação na Universidade. Eu sinto que é uma conquista imensa e, tendo dito isso, acho que continuará sendo um grande desafio: a permanência dessas escolas no cenário Federal. Nós não estamos em um momento muito bom politicamente, economicamente - a tendência é que os recursos não se dirijam tanto - eu nem sei como é o recurso para a escola, em termos de valores, mas imagino que deve ser pequeno em relação ao que realmente deveria receber.

Então, eu acho que o momento é de se estabelecer nessa posição. Sempre assistindo quais são as movimentações da Universidade e das possibilidades que essa posição pode trazer para a escola, como também das possibilidades que outro lugar formal poderia beneficiar a escola. A Escola de Educação infantil não deveria se concentrar no que é normalmente visto nas escolas

públicas. É esse o meu ponto de vista, nós estamos na Universidade! Eu gostaria de ver as pessoas quebrando paradigmas... temos imensos desafios em nosso país, com relação à Educação Infantil. Uma das coisas que costumamos ver, porque agora eu trabalho muito com avaliação Institucional de Políticas na/da Educação Infantil... eu vejo que há um descontentamento imenso quando as pessoas externas a rede pública visitam as unidades com um olhar de avaliação sem ferramenta alguma, apenas visualizando: não é essa prática que nós queremos, não é essa sala que nós queremos, não é esse o número de adultos que queremos em sala, não é esse o número de crianças que queremos em sala... não é esse o número de vagas que gostaríamos que a rede pública oferecesse. Ok, isso é responsabilidade para a Universidade discutir. Eu me sentia neste lugar de muita responsabilidade por ser pesquisadora e professora do curso de Pedagogia, da área da Educação Infantil... eu tinha essa obrigação e espero que isso não se perca. Sabe... nós temos essa tarefa de empurrar o conhecimento. Talvez seja por isso que eu tenha sido tão minuciosa e exaustiva, em termos... descabelando as professoras. Eu queria que vocês vissem o grande potencial que a nossa escola deveria ter. Inclusive, estabelecemos a Jornada Pedagógica. Hoje eu vi que está muito mais legal do que antes, porque era uma coisa muito mais interna e modesta. Vocês só vão continuar se estabelecendo se houver esse movimento.

Mais uma vez na fala da ex-gestora Eliana observo o ato responsável, o lugar singular ocupado pela gestão, não só da EEI, mas da própria Universidade. O lugar da Educação infantil não é só na EEI, mas é também da Universidade, portanto, é de todos. E para isso a luta precisa ser visível, para além dos muros da Escola e da Universidade.

Na fala de Rosane há acordo com as outras gestoras.

Olha, em toda a história da Educação Infantil, na verdade, se criou um mito - não sei se posso falar mito, mas é uma questão social séria que acho que quem trabalha com Educação Infantil luta muito para que esse mito caia... é o assistencialismo. Poucas pessoas veem a Educação Infantil exatamente com tudo que ela, efetivamente, pode proporcionar. A grande maioria ainda percebe a Educação Infantil como um lugar de depósito de criança, infelizmente. Acho que isso aqui na Universidade acontece... e apesar de estarmos no meio acadêmico, isso ficou muito claro nas greves que passamos e na escuta de muitas vezes dos pais por mais que a gente tente esclarecer que isso aqui tem uma funcionalidade, que isso aqui não é para se depositar criança. Então eu acho que a Educação Infantil, na Universidade, precisa ter uma função esclarecedora e formadora.

Acredito que está também incluso no tripé universitário, esclarecer para as pessoas, mostrar para as pessoas. Isso efetivamente acontece com os pais das crianças que saem da Escola, não tenho dúvida que a fala de todos os pais que nós ouvimos é “Nossa, mas como fez diferença, a Educação Infantil na vida do meu filho... o que se faz aqui na vida do meu filho”. Então a Escola de Educação Infantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro já tem demonstrado isso no seu trabalho final, há muito tempo. Agora o mais difícil, que eu acredito, é mostrar isso para a comunidade universitária... esse grande diferencial, e também a formação do professor.

Essa Escola tem potencial para formar professores para a Prefeitura, assim como a Prefeitura tem necessidade dessa formação. Acredito que a Escola também está aqui para isso, que é o processo de extensão, de levar cursos. Mas em pouco tempo isso vai acontecer, eu não tenho dúvidas disso. E eu acho que é essa a função de estarmos aqui, porque estamos no núcleo onde

as pesquisas acontecem. Em uma Universidade que é renomada lá fora - dentro e fora do Brasil. Não tem como não estarmos formando pessoas, formando educadores. A mentalidade do assistencialismo não está só na sociedade, pois muitos professores pensam dessa forma. Penso que mudar essa mentalidade e mostrar para a sociedade o porquê da Educação Infantil deve ser o pilar, um objetivo a ser perseguido.

Historicamente a Educação Infantil foi relegada ao menor grau de importância pelo poder público. Ainda hoje as lutas e a militância por uma Educação Infantil de direito e de qualidade é uma realidade que move intensamente os sujeitos nela envolvidos. Fica caracterizado, na fala das três gestoras, que em diferentes momentos dos trinta e quatro anos de existência da EEI a luta pelo lugar e pela sua permanência na Universidade, foi e é perseguida. Algumas questões que, desde de seu início, eram discutidas, permanecem como palco de lutas que parecem intermináveis.

Entendendo que esse lugar é de formação, não só das crianças que ali estão, mas dos demais sujeitos que por ali passam para fomentar suas práticas, desenvolver saberes, pesquisas na área e inspirar políticas públicas para os demais lugares.

Acredito que a pergunta lançada, foi respondida à medida que as gestoras reconhecem que não haveria lugar melhor para pensar, discutir e praticar a Educação Infantil senão na Universidade. Sendo assim, a EEI-UFRJ é um lugar de concretude da produção do conhecimento para essa etapa da Educação Básica e sua permanência na Universidade é de suma importância.

CONCLUSÕES

*Que a importância de uma coisa
Não se mede com fita métrica
Nem com balanças nem barômetros
Que a importância de uma coisa a que ser medida
Pelo o encantamento que a coisa produza em nós*

Manoel de Barros

A poesia acima de Manoel de Barros mobiliza-me muito no que refere-se ao título desse trabalho. O lugar que ocupa a Educação Infantil em mim é quase que total. O encantamento com as crianças e o próprio trabalho com elas me toca, me inspira, me desafia, me instiga. Não há de ser medida como bem dizia Manoel de Barros, há de ser produzida em nós. Desde que me decidi pelo magistério a Educação Infantil foi minha escolha ou talvez fui escolhida por ela.

O percurso do mestrado foi assim, alterou-me, produziu dúvidas, incertezas, mas também perseverança, humildade, satisfação, o reconhecimento de minha incompletude, o fortalecimento da importância do outro como aquele que vê em mim o que eu não consigo, por isso me completa. Esse foi, é, um momento de grande importância para minha vida profissional, acadêmica e pessoal.

As pessoas com as quais encontrei, a busca pela a memória daqueles que passaram pelo caminho que hoje estamos a percorrer e que a partir de suas memórias nos ajudam a conhecer, reconhecer e repensar o caminho. Tudo isso sou eu hoje.

O trabalho nos faz conhecer um pouco da história da EEI-UFRJ e principalmente, das gestoras que ficaram mais tempo nesse cargo. Registrar nesse trabalho quem foram, como chegaram a EEI, as lutas que travaram para que Escola permanecesse na Universidade, as dificuldades no trabalho pedagógico, a precarização do trabalho docente e tantas outras coisas na voz dessas gestoras de uma escola pública, mas que nem sempre foi assim.

Outras lutas estão sendo travadas para que o desejo de permanência dessa unidade de Educação Infantil tenha um lugar de fato na Universidade e para que a Escola seja reconhecida como Colégio de Aplicação de Educação Infantil. Sabemos que só a conquista da institucionalização na Universidade, no seu organograma, não garante o reconhecimento no próprio MEC e, portanto, a participação no CONDICAP¹⁶, nos recursos financeiros para o funcionamento da escola, no código de vagas para professor EBTT, ou seja, recursos humanos e o financiamento para o seu pleno funcionamento. Compreendemos que esse é um movimento de luta que a própria Universidade deverá fazer e todo corpo social, não só da EEI, mas todos, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Faculdade de Educação, ao CAP deverão participar dessa reivindicação de maneira efetiva.

No dia oito de junho de 2015, o CFCH chamou a Comunidade Universitária para a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho de Cordenação do CFCH, com o painel: *O lugar da Educação Infantil na UFRJ*. A mesa de discussão foi formada com a presença da Vice-Decana do CFCH, a Diretora da Faculdade de Educação, a Diretora do CAP-UFRJ e a Diretora da EEI-UFRJ. Trago para as considerações finais essa mais recente discussão e/ou

¹⁶ CONDICAP - Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior foi criado para agregar parcerias e troca de experiências entre as várias escolas de Educação Básica das IFES, buscar fortalecer a atuação das escolas junta às entidades governamentais.

reivindicação que se insere pós-institucionalização da EEI, a transição das crianças da EEI para o Ensino Fundamental do CAP-UFRJ. Essa é uma discussão que pode definir o lugar da Educação Infantil na UFRJ.

As famílias da EEI-UFRJ encaminharam ao CFCH uma petição pública para que as crianças do último grupo da escola pudessem automaticamente passar para o CAP, por entenderem que a escola é da universidade, é a primeira etapa da Educação Básica, logo, a continuidade da educação das crianças se daria no Cap-UFRJ. A Faculdade de Educação se mostrou favorável a essa inclusão da EEI no CAP, porém o CAP, nesse momento, segundo sua Diretora, não concorda com a inclusão por acreditar que esse é um processo que precisa ser discutido e analisado melhor, pois, o CAP, não pode criar ou retirar das vagas já existentes o quantitativo para atender a demanda vinda da EEI.

Desse encontro será criado um comitê com as representações do CFCH, do CAP, da Faculdade de Educação e da EEI, que continuará dialogando sobre o lugar da Educação Infantil na Universidade, bem como, a transição das crianças da EEI para o CAP do Ensino Fundamental da UFRJ.

Se o território deve ser compreendido como sendo o “chão mais a identidade”. (Santos 2002, p.10 *apud* LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p. 119) e essa se forma nas interrelações, podemos perceber a necessidade de se fazer reconhecer dentro da própria Universidade como mais um espaço componente da Educação Básica nela existente, pois, de acordo com Lopes e Vasconcellos:

A dimensão territorial passa a abarcar diferentes interrelações marcadas pelo significado real e afetivo que cada grupo confere e delimita em seu espaço de vivência que pode ou não, coincidir com fronteiras oficialmente estabelecidas e em muitos casos, conflitar com as mesmas. (2006, p. 219)

Essa disputa nos ajuda a continuar refletindo sobre o lugar de fato da Educação Infantil na Universidade como uma etapa da Educação Básica, como produtora de conhecimento inspiradora de políticas públicas, bem como, a mudança do desprestígio que historicamente foi construído.

[...] só o ser humano pode ser *in-fans* (etimologicamente em latim, aquele que não fala). Então, ao contrário dos animais, o homem – como tem uma infância, ou seja, não foi sempre falante – aparece como aquele que precisa, para falar, se constituir como sujeito da linguagem e deve dizer "eu". Nessa descontinuidade é que se funda a historicidade do ser humano. Se há uma história, se o homem é um ser histórico é só porque existe uma infância do homem, é porque ele deve se apropriar da linguagem. Se assim não fosse, o homem seria natureza e não história. E aqui reside a possibilidade de saber, quer dizer, de vivendo a história e de recontando essa história construir um saber coletivo que extrapola a mera justaposição de informações (KRAMER, p. 249).

REFERÊNCIAS:

AMORIM, M. **O Pesquisador e Seu Outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Editora Musa, 2001.

_____. **A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica**. IN.: FREITAS, M. T.; JOBIM E SOUZA, S; KRAMER, S. (Orgs). **Ciências Humanas e Pesquisa Leituras de Mikhail Bakhtin**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”**. In: BRAIT, Beth. (org.) Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Editora Bomtempo, 1999.

ARROYO, M. G. **Administração da educação, poder e participação**. Revista Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez, 1979, vol. 2, p. 36-46.

BANDEIRA, Manuel. **Poesia Completa e Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Paulo: Pedro e João, 2010.

BARROS, Manoel. **Memórias Inventadas para crianças Iluminuras de Martha Barros**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. 31p. ilus. Capa dura – ISBN 978-85-7665-559-6.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução Irene Aron. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

_____. Ensaio obtido em - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. **Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BULLÉ, Flávia do Carmo; ARAUJO, Iolanda. **Primeiras experiências vivenciadas na linguagem bakhtiniana**. IN.: CAMPOS, D.; ANTUNES, J; GÓES, M.; COSTA, M (Orgs). II ENCONTRO DE ESTUDOS BAKHTINIANOS. VIDA, CULTURA, ALTERIDADE. EEBA/2013-Caderno 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **LDB**. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 1, de 10 de Março de 2011**. Brasília, DF.

_____. Poder Executivo. Lei Nº 13.005 de 25 junho e 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – 2011 – 2020**. Brasília, Presidência da Republica, Casa Civil, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acessado em 23 de agosto de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 17/2010**.

CARVALHO, Carlos Roberto de e MOTTA, Flávia Miller Naethe. **Escrever responsável sob as condições do deserto: O compromisso com o outro e a contemporaneidade**. Revista Teias, v. 14, n. 32, 12-35, maio/ago. 2013.

CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital; NUNES, Maria Fernanda Resende. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Fundação Orsa, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Makron Books, 1994. DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6ª Ed.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista: Nocões de política social e participação**. 5ª Ed. São Paulo, Cortez 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1.144.

FERREIRA, I. M. S. & CANCIAN, V. A. (Org) **Unidades de Educação Infantil nas Universidades Federais: os caminhos percorridos**. Goiânia: FUNAPE, 2009.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti; RAMON, Fabíola; SILVA, Ana Paula Soares. **Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento.** Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 65-100, março/ 2002.

FILHO, Aristeo Gonçalves Leite. **História da Educação Infantil. Heloísa Marinho: uma tradição esquecida.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Papyrus, 2011.

_____. **Rumos da Educação Infantil no Brasil.** Rio de Janeiro: TEIAS. Ano 6, nº 11-12, jan/dez 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **A ordem do discurso** .Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREITAS, Maria Teresa; KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim e (Orgs). **Ciências Humanas e Pesquisas: leituras de Mikhail Bakhtin.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola.** São Paulo, Cortez, 1992, v. 50.

GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens – Estudos bakhtinianos.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2010

HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética.** São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAMER, Sonia; TOLEDO, Leonor Pio Borges de; BARROS, Camila. **Gestão a Educação Infantil nas políticas municipais**. Revista Brasileira de Educação. Vol. 19, nº. 56. Rio de Janeiro, Jan/Mar, 2014.

_____. **Educação a contrapelo**. Revista Educação, São Paulo, ano II, p. 16-25, março. 2008.

_____. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental**. In: Educação & Sociedade, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 797-818, outubro, 2006.

_____. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Infância, memória e saber – considerações à luz da obra de Walter Benjamin**. Escola Letra Freudiana. Disponível em <http://www.escolaletrafreudiana.com.br/UserFiles/110/File/artigos/letra23/045.pdf>, acesso em 15 de jun 2015.

_____.(org.). **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

LOPES, Isabela. Dissertação de Mestrado, **O acesso às unidades universitárias federais de educação infantil (UUFEl's): A Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2014.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da infância: territorialidades infantis**. Currículo sem Fronteiras, v. 06, n. 01, p. 103-127, jan./jun. 2006.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Abordagem da educação atual na perspectiva da Biologia do Conhecimento. (2002) p. 96.

OLIVEIRA, Elane Abreu de. Ruínas em imagens: **Walter Benjamin e as fotografias contemporâneas**. Trabalho apresentado na DT Comunicação Audiovisual, do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – PB – 10 a 12 de Junho 2010

PASSOS, Mailsa Carla Pinto; PEREIRA, Rita Marisa Ribes (Orgs). **Educação Experiência Estética**. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Resende (Orgs). **Infância em Pesquisa**. Rio de Janeiro: Nau, 2012.

PUCCI, Renata. **Questões de alteridade e identidade**. Impulso, Piracicaba, 43-49, jan.-jun. 2011.

RAUPP, M. D. Creches **nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas**. In: Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, abril, 2004.

_____. Relação Universidade – Unidade de Educação Infantil e Histórico da Associação Nacional da ANUUFEL. In: **ANAIS do III Encontro Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil**. São Carlos: UFSCar, p. 16 – 26, 2003.

_____. **A educação infantil nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, F. (Org.). **Temas em destaque: creche**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1989. ROUSSEAU, Jean-Jacques.

ROCHA, Eloisa A. C.; KRAMER, Sonia (Orgs). **Educação Infantil Enfoques em Diálogos**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011.

SANT'ANNA, Affonso Romano. **Sísifo desce a montanha**. Rocco, 1ª ed, 2011, p. .136.

SEBASTIANI, M. T. **Educação Infantil: o desafio da qualidade**, 1996. Tese. Unicamp.

SILVA, I. O. **Educação infantil no coração da cidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

SILVA JR. Celestino A. **A Organização do Trabalho na Escola: a prática a existente e a teoria necessária**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 59, 1986.

SOBRAL, Adail. **Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas**. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007, p.103-121.

UNICEF. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes** /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Editais de admissão 2011**. Disponível em: <http://www.pr4.ufrj.br/.../Edital_EEI_14_09_2010.doc> Acesso em: 06 mar 2013.

_____. **Editais de admissão 2012**. Disponível em:
http://www.pr4.ufrj.br/edital_2011_2012.htm Acesso em: 06 mar 2013.

_____. **Editais de admissão 2013**. Disponível em:
http://www.pr4.ufrj.br/eei/Edital_2013.doc> Acesso em: 06 mar 2013.

VÍDEO

MEJÍA, Alberto Lopéz. Vídeo institucional. **Creche UFRJ 25 anos: Pintando a Infância**. Rio de Janeiro: EEI-UFRJ, 2006.

SITE

<http://www.cchm.ufrj.br/horacioMacedo.asp>

<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/viewFile/915/716>
Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias Jader Janer Moreira LOPES

<https://anpedgt07.files.wordpress.com/2015/01/entrevista-jader.pdf> Olh@res, Guarulhos, v. 2, n. 2, p. 301-334. Dezembro, 2014.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES - PPGEDUC

Projeto: **O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UNIVERSIDADE:
MEMÓRIAS DA GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA
UFRRJ**

Pesquisador Responsável: Iolanda Silva Menezes de Araujo

Orientadora: Flavia Miller Naethe Motta

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente documento declaro ter conhecimento dos objetivos e da metodologia que será adotada no referido estudo, conduzido pela pesquisadora Iolanda Silva Menezes de Araujo (iolanda.s.araujo@hotmail.com), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/UFRRJ, sob a orientação da Dra Flavia Miller Naethe Motta, do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conforme estão descritos na súmula que me foi entregue.

Estou informado (a) de que, se houver qualquer dúvida a respeito dos procedimentos que serão utilizados, terei total liberdade para questionar ou mesmo, me retirar desta pesquisa, quando assim julgar conveniente.

Meu consentimento está fundamentado na garantia de que eu serei respeitado em todos os sentidos, com destaque para os seguintes aspectos:

- a) O meu nome não será divulgado, salvo se tiver minha autorização; todas as informações individuais têm caráter confidencial; a apresentação de resultados em congressos e artigos científicos utilizará apenas os dados gerais, de modo a não permitir a identificação individual dos participantes (Para garantir o sigilo sugerimos que forneça abaixo um codinome que possa ser utilizado nas situações relatadas acima);
- b) A eventual tomada de fotos, áudio ou videogravação é parte do processo de registros e ocorrerá com meu consentimento, não sendo permitida sua divulgação pública, com exceção da utilização em contextos estritamente acadêmicos;
- c) Todas as atividades do estudo serão planejadas junto à direção da instituição e de acordo com a conveniência da equipe, devendo ocorrer em horários que não prejudiquem os interesses pedagógicos e a rotina da instituição;
- d) As informações individuais da pesquisa estarão à minha disposição para consultas e esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Concordo com a minha participação neste estudo, assim como a eventual utilização dos materiais produzidos no decorrer da pesquisa para fins acadêmicos.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20____

Nome do participante:

Codínome: _____

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES - PPGEDUC

Projeto: **O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UNIVERSIDADE:
MEMÓRIAS DA GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA
UFRJ**

Pesquisador Responsável: Iolanda Silva Menezes de Araujo

Orientadora: Flavia Miller Naethe Motta

Prezado participante,

Venho por meio deste termo, apresentar o estudo O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA UNIVERSIDADE: MEMÓRIAS DA GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UFRJ. Neste estudo busca-se como objetivo geral realizar o registro da história da Escola de Educação Infantil da UFRJ para, através dela, produzir reflexões acerca da EI no Brasil. O eixo escolhido para “entramos” nessa história é o processo de gestão da Escola de Educação Infantil ao longo dos anos de sua existência.

Dessa forma, o senhor(a) está sendo convidado(a) a participar desse momento da pesquisa, onde pretendemos construir a narrativa através de encontros com alguns dos sujeitos que fizeram parte do processo, bem como, fontes documentais existentes, fotografias, atas, editais, organograma da universidade, estatutos, projeto político pedagógico e outros.

Para que esta pesquisa possa ser realizada é fundamental a participação e colaboração do senhor (a), como alguém que foi sujeito da história. Sua primeira participação consiste em assinar o formulário em anexo, concordando com a participação na pesquisa. Como o formulário diz, todo material coletado é confidencial e de uso estrito para pesquisa. O material não será utilizado para avaliação profissional, ou para outro fim que não seja a pesquisa descrita acima. Neste momento solicitamos que participe da entrevista referente a esse processo, para tanto pedimos permissão para o registro em áudio.

É importante lembrar que sua autorização pode ser retirada a qualquer momento e que sua decisão será respeitada, sem perguntas. Estarei à sua disposição para eventuais dúvidas ou sugestões, bem como para uma conversa mais esclarecedora sobre a pesquisa. Posso ser contatada por e-mail – iolanda.s.araujo@hotmail.com – ou por telefone (21) 985973759.

Desde já agradeço sua participação esperando que a pesquisa se traduza em contribuições recíprocas para o trabalho com a criança pequena.

Conto com seu apoio!

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20 ____

Iolanda Silva Menezes de Araujo

Contextos Contemporâneos e Demandas Populares-PPGEduc/UFRRJ

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Quanto tempo vc é servidora da UFRJ?

Fale de sua formação;

Você trabalhava na Creche/ EEI?

Como vc chegou à gestão da Creche/EEI?

Houve participação da comunidade escolar na sua escolha para a gestão?

Quanto tempo ficou nesse lugar?

Havia um projeto político pedagógico?

Como se deu sua saída da gestão?

Qual é o lugar da EEI na UFRJ?

ANEXOS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE MARÇO 2011 ⁽¹⁾

Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea "a" do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, no art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 17/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º As unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art. 16, inciso I, da Lei nº 9.394/96, como instituições públicas de ensino mantidas pela União, integram o sistema federal de ensino e devem:

I – oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender;

II – realizar atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra;

III – atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino;

IV – garantir ingresso dos profissionais da educação, exclusivamente, por meio de concurso público de provas e títulos;

V – assegurar planos de carreira e valorização dos profissionais do magistério e dos funcionários da unidade educacional;

VI – garantir o direito à formação profissional continuada;

VII – assegurar piso salarial profissional; e

VIII – assegurar condições adequadas de trabalho.

Parágrafo único. Unidades educacionais de Educação Infantil que funcionam em espaço/prédio de órgão da Administração Pública Federal, mantidas e administradas, mediante convênio, por pessoa física ou jurídica de direito privado, tais como cooperativas, associações, sindicatos ou similares, caracterizam-se como estabelecimentos privados e integram o respectivo sistema de ensino municipal, estadual ou do Distrito Federal e, portanto, devem orientar seu funcionamento e solicitar autorização para ofertar a Educação Infantil ao Conselho de Educação do respectivo sistema.

Art. 2º Para funcionar, as unidades de Educação Infantil que integram o sistema federal devem ter um projeto pedagógico que:

I – considere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009);

II – apresente os fins e objetivos da unidade educacional;

III – explicitar uma concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem;

⁽¹⁾ Resolução CNE/CEB 1/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2011, Seção 1, p. 10.

IV – considere as características da população a ser atendida e da comunidade em que se insere;

V – especifique seu regime de funcionamento, parcial ou integral;

VI – descreva o espaço físico, as instalações e os equipamentos existentes;

VII – relacione os recursos humanos da unidade;

VIII – aponte os critérios de organização dos agrupamentos de crianças;

IX – indique a razão professor/criança existente ou prevista;

X – descreva a organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;

XI – indique as formas previstas de articulação da unidade educacional com a família, com a comunidade e com outras instituições que possam colaborar com o trabalho educacional; e

XII – descreva o processo de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sendo que os processos de avaliação não têm a finalidade de promoção.

Art. 3º O projeto pedagógico de que trata o artigo anterior deve ainda especificar:

I – a forma de realização do planejamento geral da unidade: período, participantes e etapas; e

II – os critérios e a periodicidade da avaliação institucional, assim como os participantes e responsáveis por essa avaliação.

Art. 4º O funcionamento dessas unidades de Educação Infantil ocorrerá no período diurno e poderá ser ininterrupto no ano civil, respeitados os direitos trabalhistas dos professores e funcionários, devendo a permanência da criança em jornada parcial ter duração mínima de 4 (quatro) horas e a jornada em tempo integral ter duração mínima de 7 (sete) horas.

Art. 5º O espaço físico previsto para abrigar a unidade de Educação Infantil deverá adequar-se à finalidade de educar/cuidar de crianças pequenas, atender às normas e especificações técnicas da legislação pertinente e apresentar condições adequadas de acesso, acessibilidade, segurança, salubridade, saneamento e higiene.

Art. 6º Os espaços internos deverão atender às diferentes funções da unidade educacional e conter uma estrutura básica que contemple a faixa etária atendida e as crianças com deficiências, compostos por:

I – espaço para recepção;

II – salas para os serviços administrativos e pedagógicos e salas para professores;

III – salas ventiladas e iluminadas para as atividades das crianças, com mobiliários e equipamentos adequados, além de visão para o espaço externo;

IV – refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança;

V – instalações sanitárias completas, suficientes e adequadas, quer para as crianças, quer para os adultos;

VI – berçário, se for o caso, provido de berços individuais e com área livre para movimentação das crianças, além de local para a amamentação, higienização e banho de sol das crianças;

VII – área coberta para as atividades externas com as crianças, compatível com a capacidade de atendimento por turno da unidade educacional.

Art. 7º A gestão da unidade educacional e a coordenação pedagógica (se houver) deverão ser exercidas por profissionais formados em curso de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação em Educação, e os professores que atuam diretamente com as crianças deverão ser formados em curso de Pedagogia ou Curso Normal Superior, admitida ainda, como mínima, a formação em nível médio na modalidade Normal.

Art. 8º No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as universidades devem definir a vinculação das unidades de Educação Infantil na sua estrutura

administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento.

Art. 9º As unidades educacionais de que trata esta Resolução, já em funcionamento, devem, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Resolução, adotar as medidas necessárias à observância das normas aqui contidas.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Educação Infantil**



Ao Magnífico Reitor Professor Carlos Antônio Levi da Conceição,

Este documento tem como objetivo solicitar a designação de um Grupo de Trabalho que irá estudar e fazer os encaminhamentos necessários para vinculação da Escola de Educação Infantil como órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Destacamos que a referida escola vive na atualidade um momento de transição, tendo em vista o cumprimento da Resolução nº 1 do MEC, de 10 de março de 2011, que fixa as normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. O artigo 1º da Resolução determina que *“as unidades de Educação Infantil mantidas e administradas por universidades federais, ministérios, autarquias federais e fundações mantidas pela União caracterizam-se, de acordo com o art. 16, inciso I, da Lei nº 9394/96, como instituições públicas de ensino mantidas pela União e integram o sistema federal de ensino”*. O artigo 8º afirma que estas instituições *“No exercício de sua autonomia, atendidas as exigências desta Resolução, as unidades devem definir a vinculação das unidades de Educação Infantil na sua estrutura administrativa e organizacional e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu pleno funcionamento.”*

(Diário Oficial da União de 11/03/2011).

Diversas iniciativas de diálogo e negociação com o propósito de discutir os encaminhamentos de institucionalização da Escola estão sendo realizadas entre a PR-4 (Pró-Reitoria em que a Escola está vinculada hoje, como benefício aos servidores), a Faculdade de Educação, o CFCH e o CAP da UFRJ.

No dia 21 de outubro os dirigentes dessas unidades compuseram a mesa do seminário intitulado *“Qual o lugar da Escola de Educação Infantil na UFRJ”*. Este evento teve como objetivo levar essa discussão para a comunidade acadêmica e estabelecer um debate coletivo sobre as questões relacionadas à Educação Infantil na universidade.

Na perspectiva de avançarmos nestas discussões e buscando implantar, a atual Escola de Educação Infantil UFRJ, como um Centro de Referência em Educação Infantil, solicitamos ao Magnífico Reitor, a consolidação do Grupo de Trabalho que terá como compromisso institucional construir e encaminhar os documentos necessários para a vinculação da Escola de Educação Infantil ao CFCH e, desta forma, legitimar perante o MEC o real compromisso da Universidade em acatar as normas estabelecidas pela Resolução.

A Pró Reitoria de Pessoal e a Direção da escola solicitam que o GT seja constituído com os seguintes atores:

Professor Marcelo Macedo – Decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFRJ

Sr. Agnaldo Fernandes – Superintendente da Pró Reitoria de Pessoal-UFRJ

Professora Daniela Guimarães – Professora Adjunta da FE-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Rosane Cabral – Diretora Geral da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Barbara Bello – Diretora Substituta da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Patricia Passos – Coordenadora Pedagógica da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Isabela Farias – Coordenadora Pedagógica da EEI-UFRJ

Técnica em Assuntos Educacionais Edmilson dos Santos Ferreira – EEI-UFRJ

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ofício nº 20 SESU/SEB/MEC

Brasília, 30 de julho de 2013.

Aos Reitores das Universidades Federais

Assunto: **Atendimento em creches e pré-escolas pelas Universidades**

Magnífico(a) Reitor(a),

O Ministério da Educação conta, desde 2007, com **Programa Proinfância** destinado a ampliação da oferta da educação infantil, por parte dos municípios brasileiros. O Programa objetiva financiar a construção, mobiliar e equipar as unidades como resposta à falta de vagas nesta etapa de ensino.

Desde 2007, mais de 5.500 unidades foram financiadas pelo Governo Federal em mais de 4.000 municípios brasileiros, atendendo assim, mandamento constitucional que determina ser esta uma oferta a ser atendida pelos municípios brasileiros.

Desse modo, o Ministério da Educação entende que a oferta da educação infantil nas universidades federais deve ser tratada no âmbito da política municipal de educação infantil onde o câmpus da universidade estiver localizado, sendo possível que a universidade encontre soluções conjuntas para construção de unidades por parte do município que atendam também o público da universidade.

Tal proposta considera a importância da Educação Infantil, o relevante papel das universidades federais brasileiras e o potencial indutor de ações do governo federal. A referida proposta entende ainda que sua viabilização deve ocorrer considerando as competências prioritárias dos entes federados em relação à oferta educacional e ao padrão de financiamento da educação pública.

Desta forma as unidades do **Proinfância** construídas em terrenos onde estão localizadas Instituições Federais de Educação Superior devem atender o processo de negociação com as Prefeituras Municipais e devem integrar a rede municipal de ensino, sendo totalmente geridas pelo município.

Respeitosamente,

PAULO SPELLER
Secretário de Educação Superior

ROMEU WELITON CAPUTO
Secretário de Educação Básica



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESSOAL**

PORTARIA Nº 11061, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013.

O Pró Reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 136, de 18 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2011, **RESOLVE:**

Designar os servidores Marcelo Macedo Côrrea e Castro - matrícula Siape 0371531, Agnaldo Fernandes Silva - matrícula Siape 0363280, Daniela de Oliveira Guimarães - matrícula Siape 1730175, Celina Maria de Souza Costa - matrícula Siape 6377695, Rosane Maria Ferreira Cabral - matrícula Siape 1763593, Patrícia Gomes Passos - matrícula Siape 1676714, Aline Jorge Silva Crispim de Carvalho - matrícula Siape 1333471, Daniele de Carvalho Grazinoli - matrícula Siape 2614637, Valdete Viana Tavares da Silva Pinto - matrícula Siape 1677558 e Danielle Maria Custódia dos Santos - matrícula Siape 1656608, para compor, sob a presidência do 1º, a Comissão de Implementação da Escola de Educação Infantil.

**Roberto Antônio Gambine Moreira
Pró-Reitor de Pessoal PR-4**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA



FOLHA DE INFORMAÇÃO	PROCESSO Nº 20079.044086/2009	FOLHA Nº
---------------------	----------------------------------	----------

Trata o presente processo do Projeto de Institucionalização da Escola de Educação Infantil na UFRJ.

Este Projeto foi elaborado por um Grupo de Trabalho instituído pela Reitoria da UFRJ, com a seguinte composição: Prof. Dr. Marcelo Macedo Corrêa e Castro (Decano do CFCH), Profª Dra. Daniela Guimarães (FE), Sr. Agnaldo Fernandes (Superintendente da PR4), Rosane Maria Ferreira Cabral (Diretora do Espaço de Educação Infantil), Patrícia Passos (Diretora-Substituta do Espaço de Educação Infantil), Bárbara Bello, Edmilson dos Santos Ferreira e Isabela Farias (TAEs do Espaço de Educação Infantil).

Em termos formais, o processo é constituído por:

- 1) Memorando do Grupo de Trabalho, informando a conclusão da fase inicial dos trabalhos e recomendando a publicação imediata do Regimento Interno do atual Espaço de Educação Infantil a fim de conferir a este plena existência institucional, bem como iniciar o processo de institucionalização da futura Escola de Educação Infantil como órgão suplementar do CFCH;
- 2) Documento referente ao Projeto de Institucionalização do Espaço de Educação Infantil, elaborado pelo Grupo de Trabalho, contendo histórico do Espaço, objetivos, justificativa, estruturação da proposta, bem como os recursos financeiros e humanos necessários;
- 3) Proposta de Regimento Interno do Espaço de Educação Infantil.

O Projeto Institucionalização do Espaço de Educação Infantil apresenta o histórico da constituição deste Espaço no âmbito da UFRJ, desde sua criação, em 1981, ainda com o nome de Creche Universitária Pintando a Infância, localizada no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). No ano de 1987, no âmbito de uma "reestruturação política e funcional", a creche é inserida na estrutura da então Divisão de Assistência Médica do Servidor (DAMS) – hoje DVST – até passar a fazer parte da Superintendência Geral de Pessoal e Serviços Gerais da PR4, em 1990, situação que permanece até a presente data. Ressalte-se que, conforme o documento apresentado, o nome Escola de Educação Infantil foi atribuído informalmente em 2006, quando da comemoração dos 25 anos de existência da unidade. Neste histórico, é relatada a aproximação cada vez maior da creche universitária com a Faculdade de Educação da UFRJ, voltada para a construção de um projeto político pedagógico capaz de integrar a FE, o CAP e a Escola de Educação Infantil no âmbito do CFCH, o que também é explicitado no Plano Diretor UFRJ 2020.

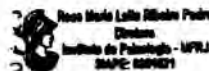
Assim, o Projeto propõe a institucionalização da Escola de Educação Infantil na estrutura organizacional da UFRJ, como órgão suplementar do CFCH, justificada não apenas pela incoerência de se manter uma Escola no organograma da Pró-Reitoria de Pessoal, mas sobretudo pela urgência de sua afirmação como unidade acadêmica integrando um pólo de

educação, capaz de contribuir para a formação do profissional de Educação, conjugando ensino, pesquisa e extensão.

Para além da enfatizada integração com a Faculdade de Educação, a Escola de Educação Infantil explicita, em seu organograma, integração com outras unidades do CFCH, a saber, a Escola de Serviço Social e o Instituto de Psicologia. Vale ressaltar que, com relação ao Instituto de Psicologia, esta integração já vem se dando através do Programa de Pesquisa-intervenção Oficinas de Leitura e Escrita, coordenado pela Prof^a Jane Corrêa (IP), com previsão de que a Escola de Educação Infantil se constitua em um campo de estágio para o Curso de Formação em Psicologia da UFRJ, o que, uma vez mais, reforça a pertinência da Escola no âmbito desta decania.

Tendo em vista o exposto, sou de parecer favorável ao Projeto de institucionalização da Escola de Educação Infantil como órgão suplementar do CFCH.

Fernando Augusto de Almeida





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

ATA DA TRICENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, ESPECIAL, REALIZADA SOB A PRESIDÊNCIA DO MAGNÍFICO REITOR, PROF. CARLOS ANTONIO LEVI DA CONCEIÇÃO, DIA 29 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 12:30 HORAS, NA SALA DE SESSÕES DO CONSELHO, GABINETE DO REITOR, ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA, RIO DE JANEIRO.

Compareceram à sessão os seguintes Conselheiros: 1. Prof. Ladimir José de Carvalho (representante dos Professores Adjuntos do CT), 2. Prof. Roberto Leher (representante dos Professores Titulares do CFCH), 3. Técnico-Administrativo José Carlos Pereira (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 4. Prof. Marcelo Macedo Corrêa e Castro (Decano do CFCH), 5. Profª Flávia Lúcia Conceição (representante dos Professores Adjuntos do CCS), 6. Aluna Julia Bustamante Silva (representante do Corpo Discente), 7. Técnico-Administrativo Nilson Theobald Barbosa (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 8. Prof. Mauro Melchhiades Dória (representante dos Professores Titulares do CCMN), 9. Técnico-Administrativo Edson Vargas da Silva (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação – suplente), 10. Profª Mônica Pereira dos Santos (representante dos Professores Adjuntos do CFCH), 11. Aluna Luiz Foltran Aquino (representante do Corpo Discente), 12. Profª Lúcia Rabello de Castro (representante dos Professores Titulares do CFCH), 13. Prof. Luiz Antonio d'Ávila (representante dos Professores Associados do CT), 14. Prof. Walter Issamu Suemitsu (Decano do CT), 15. Profª Norma Musco Mendes (representante dos Professores Associados do CFCH), 16. Aluno Gabryel da Costa Henrici (representante dos Corpo Discente – suplente), 17. Prof. Nelson Ricardo de Freitas Braga (representante dos Professores Associados do CCMN), 18. Profª Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna (Decana do CCJE), 19. Prof. Francisco de Assis Esteves (representante dos Professores Titulares do CCS), 20. Prof. Bruno Souza de Paula (representante dos Professores Adjuntos do CCMN), 21. Profª Flora De Paoli Faria (Decana do CLA), 22. Prof. Milton da Costa Lopes Filho (representante dos Professores Titulares do CCMN), 23. Profª Diana Maul de Carvalho (representante dos Professores Associados do CCS), 24. Técnico-Administrativa Neuz Luzia Pinto (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 25. Aluno Julio Anselmo Mendes Junior (representante do Corpo Discente), 26. Técnico-Administrativa Mônica de Araújo Maluhy (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 27. Profª Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho (representante do FCC), 28. Profª Debora Foguel (Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa), 29. Profª Ângela Rocha dos Santos (Pró-Reitora de Graduação), 30. Prof. Pablo Cesar Benetti (Pró-Reitor de Extensão), 31. Profª Maria Fernanda S. Quintela da C. Nunes (Decana do CCS), 32. Profª Ivete Pomarico Ribeiro de Souza (representante dos Professores Titulares do CCS – suplente), 33. Profª Araceli Cristina de Sousa Ferreira (Pró-Reitora de Gestão e Governança), 34. Técnico-Administrativo Roberto Antonio Gambine Moreira (Pró-Reitor de Pessoal), 35. Prof. Segen Farid Estefen (representante dos Professores Titulares do CT), 36. Prof. Djalma Mosqueira Falcão (representante dos Professores Titulares do CT), 37. Prof. Carlos Rangel Rodrigues (Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças), 38. Prof. Alcino Ferreira Câmara Neto (representante dos Professores Titulares do CCJE), 39. Aluna Juliana Caetano da Cunha (representante do Corpo Discente), 40. Prof. Antonio José Ledo Alves da Cunha (Vice-Reitor) e 41. Profª Cássia Curan Turci (Decana substituta do CCMN).

Havendo número regimental, o Magnífico REITOR iniciou a sessão, passando ao único ponto da pauta: Proc. 23079.044086/2012-90 – CFCH – Proposta de Resolução. Alteração do Parágrafo Único do Artigo 51 do Estatuto da UFRJ em decorrência da criação da Escola de Educação Infantil como Órgão Suplementar do CFCH. Aprovada pelo Conselho de Coordenação do CFCH. Informou que os pareceres das Comissões Permanentes do Conselho Universitário foram apresentados na sessão do dia 8 de agosto de 2013, com manifestações favoráveis à aprovação da criação da Escola de Educação Infantil, seguidos de uma discussão preliminar no Conselho. A Conselheira MÔNICA P. DOS SANTOS fez a leitura da proposta de resolução. Em seguida, o Magnífico REITOR colocou em discussão a matéria. Não havendo manifestações, colocou a proposta em votação. Aprovada, por unanimidade, baixando-se a seguinte resolução: "RESOLUÇÃO nº 09/2013. Altera o Parágrafo Único do Artigo 51 do Estatuto da UFRJ em decorrência da criação da Escola de Educação Infantil, como Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sua sessão especial de 29 de agosto de 2013, resolve: Art. 1º Criar a Escola de Educação Infantil, como Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Art. 2º O Parágrafo Único do Artigo 51 do Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, passa a vigorar com a seguinte redação: "*Art. 51 (...) Parágrafo único. Integram, ainda, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como Órgãos Suplementares: I – Colégio de Aplicação; II – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida; e III – Escola de Educação Infantil.*" Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Nada mais havendo a tratar, o Magnífico REITOR agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Eu, Ivan da Silva Hidalgo, Secretário dos Órgãos Colegiados, para constar, lavrei a presente ata que, aprovada na sessão de 26 de setembro de 2013, é assinada por mim _____ e pelo Magnífico Reitor, Prof. Carlos Antonio Levi da Conceição.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

ATA DA TRICENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, ORDINÁRIA, REALIZADA SOB A PRESIDÊNCIA DO REITOR EM EXERCÍCIO, PROF. ANTONIO JOSÉ LEDO ALVES DA CUNHA, DIA 08 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE SESSÕES DO CONSELHO, GABINETE DO REITOR, ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA, RIO DE JANEIRO.

Compareceram à sessão os seguintes conselheiros: 1. Profª Mônica Pereira dos Santos (representante dos Professores Adjuntos do CFCH), 2. Técnico-Administrativo José Carlos Pereira (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 3. Profª Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna (Decana do CCJE), 4. Prof. Luiz Antônio d'Ávila (representante dos Professores Associados do CT – suplente), 5. Profª Celina Maria de Souza Costa (representante dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), 6. Técnico-Administrativo Nilson Theobald Barbosa (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 7. Aluna Maria Leão de Aquino Silveira (representante do Corpo Discente – suplente), 8. Prof. Bruno Souza de Paula (representante dos Professores Adjuntos do CCMN), 9. Profª Diana Maul de Carvalho (representante dos Professores Associados do CCS), 10. Prof. Marcelo Macedo Corrêa e Castro (representante do CFCH), 11. Prof. Roberto Leher (representante dos Professores Titulares do CFCH), 12. Prof. Pablo Cesar Benetti (Pró-Reitor de Extensão), 13. Aluno Julia Bustamante Silva (representante do Corpo Discente), 14. Técnico-Administrativa Mônica de Araujo Maluhy (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 15. Prof. Paulo Sergio Ramirez Diniz (representante dos Professores Titulares do CT – suplente), 16. Aluno Gregory de Magalhães Costa (representante do Corpo Discente – suplente), 17. Prof. Djalma Mosqueira Falcão (representante dos Professores Titulares do CT), 18. Profª Ivete Pomarico Ribeiro de Souza (representante dos Professores Titulares do CCS – suplente), 19. Profª Cristina Grafanassi Tranjan (Decana substituta do CLA), 20. Aluna Gabriela Nascimento Celestino (representante do Corpo Discente), 21. Prof. Ladimir José de Carvalho (representante dos Professores Adjuntos do CT), 22. Profª Flávia Lúcia Conceição (representante dos Professores Adjuntos do CCS), 23. Profª Maria Fernanda S. Quintela da C. Nunes (Decana do CCS), 24. Profª Cássia Curan Turci (Decana substituta do CCMN), 25. Prof. Mauro Melchiades Dória (representante dos Professores Titulares do CCMN), 26. Prof. Walter Issamu Suemitsu (Decano do CT), 27. Profª Denise Barcellos Pinheiro Machado (representante dos Professores Titulares do CLA), 28. Técnico-Administrativa Neuza Luzia Pinto (representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), 29. Prof. Alcino Ferreira Câmara Neto (representante dos Professores Titulares do CCJE), 30. Profª Juliana N. Magalhães (representante dos Professores Associados do CCJE), 31. Profª Araceli Cristina de Sousa Ferreira (Pró-Reitora de Gestão e Governança), 32. Profª Debora Foguel (Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa) e 33. Técnico-Administrativo Roberto Antonio Gambine Moreira (Pró-Reitor de Pessoal). Compareceu como convidada: Profª Cristina Ayoub Riche (Ouvidora Geral da UFRJ). Justificaram a ausência: Prof. Nelson Ricardo de Freitas Braga (representante dos Professores Associados do CCMN), Profª Maria Cecília de Magalhães Mollica e Profª Sônia Gomes Pereira (representantes efetivo e suplente dos Professores Titulares do CLA), Profª Lucia Rabello Castro (representante dos Professores Titulares do CFCH), Profª Norma Musco Mendes (representante dos Professores Associados do CFCH), Profª Deize Vieira dos Santos e Prof. Carlos Gonçalves Terra (representantes efetivo e suplente dos Professores Associados do CLA) e Profª Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho (representante do FCC).

Havendo número regimental, o REITOR em exercício deu início à sessão informando que recebeu comunicado da eleição dos novos conselheiros, a seguir: 1) Prof. Milton da Costa Lopes Filho, representante dos Professores Titulares do CCMN; 2) Prof. Bruno Souza de Paula, representante dos Professores Adjuntos do CCMN; e 3) Alunos Juliana Caetano da Cunha e Gregory Magalhães Costa, representantes efetivo e suplente do Corpo Discente – Pós-Graduação. Informou, também, que comparecia à sessão a aluna Maria Leão de Aquino Silveira, representante suplente do Corpo Discente. Deu as boas vindas aos novos conselheiros presentes. Em seguida, colocou em discussão as atas das sessões de 13 e 27 de junho de 2013. Não havendo manifestações, colocou em votação. Aprovadas, por unanimidade. Passou a palavra à Conselheira Diana Maul apresentar os Informes da Comissão de Acompanhamento – Hospitais Universitários. A Conselheira DIANA MAUL informou que está sendo feito um rodízio na presidência e a Comissão se reuniu, presidida hoje pelo Prof. Walter Suemitsu que, nesse momento, e está na reunião da Comissão de Desenvolvimento. Disse que foi feito um balanço do andamento dos trabalhos até agora e a maioria dos grupos parece que está desenvolvendo satisfatoriamente seus trabalhos. Falou que a Comissão está encaminhando a todos os grupos técnicos um pedido de entrega dos relatórios para o início da semana que vem, cumprindo o prazo determinado por esse Colegiado. Informou que será realizada uma reunião da Comissão de Acompanhamento na semana que vem para avaliar o recebimento e o escopo desses relatórios e, em seguida, está prevista a convocação de uma reunião geral com todos os grupos técnicos para uma apresentação e discussão antes do encaminhamento ao Conselho Universitário do resultado final desse trabalho. Iniciado o Expediente, a Conselheira JULIA BUSTAMANTE informou que estão acontecendo casos de assédio aqui na Ilha do Fundão, com estudantes de Letras que foram perseguidas no ponto de ônibus saindo do curso noturno. Disse que isso é um caso muito grave que aconteceu recentemente e que ainda é pior, pois não é um caso isolado. Comentou que precisam ser tomadas medidas sobre a questão da segurança. Sobre o Hospital Universitário, falou que o DCE vem acompanhando esses trabalhos e considera importante pensar essa situação à luz de documentos, como uma auditoria do TCU, que não foi propriamente apreciada por esse Conselho. Disse que o DCE, o AdUFRJ e o SINTUFRJ vão entrar hoje com um pedido de sindicância e considera importante inserir essa discussão como ponto no Conselho. O Conselheiro ROBERTO LEHER lembrou que o Conselho aprovou uma série de encaminhamentos relativos à necessidade de uma comissão que examinasse de fato, em caráter sindicante, o que teria motivado a CGU a fazer a demissão do professor Geraldo. Disse que é preciso ver o resultado dessa comissão, assim como o problema que identificamos como um problema muito grave, que foi um parecer do representante da AGU, que inclusive faz ameaças ao Conselho Universitário. Comentou que é preciso ter informação sobre o andamento desses encaminhamentos. Sobre o acórdão do TCU, a respeito da questão administrativa do nosso Hospital Universitário, identificando uma série de problemas de imensa gravidade no que diz respeito ao controle de pessoal, da situação geral de pessoal, de licitações, etc. Disse que lhe parece que a proposta de uma sindicância é fundamental nesse momento para a Universidade, pois temos que ter encaminhamentos que se antecipem a qualquer perspectiva de heteronomia da Controladoria Geral da União e temos que pautar formalmente essa questão no Conselho. Disse que precisamos pautar a questão do acesso à classe de professor titular e, de fato, começar a fazer a normatização interna, pois essa demanda está se avolumando e estamos chegando a um momento que temos que ter encaminhamentos objetivos quanto à questão do acesso. Falou que temos que ter, também, um posicionamento do Conselho Universitário em relação à questão salarial dos atuais professores titulares, porque há interpretações da AGU que corroboram a perda das gratificações que esses docentes possuíam. Disse que, no entanto, há um acórdão do TCU feito pela Universidade Federal de Santa Catarina, que confirma que não seria necessária a perda das ações, etc., na medida em que não há o desvínculo completo das duas situações, entre a carreira anterior e ao ingresso na classe de titular. Falou que temos que pautar essa questão para que não haja quebra da isonomia salarial na UFRJ. Destacou, como preocupação, a metodologia de discussão interna à ANDIFES. Disse que encontramos toda hora, na imprensa, no site da ANDIFES, posicionamentos da entidade que reúne os reitores das federais, sobre assuntos de enorme importância sem que saibamos como essas decisões estão sendo tomadas, na medida em que

seria altamente negativo que os reitores tivessem tomando decisões à revelia das suas comunidades. Disse que temos que compreender melhor e pautar os posicionamentos da ANDIFES, para que não haja divórcio entre a fala da ANDIFES e o que os conselhos superiores das universidades estão avaliando e discutindo sobre as grandes questões da educação brasileira nos dias de hoje. A Conselheira DIANA MAUL, sobre a questão dos professores associados, disse que é urgente e precisa ficar claro, pois foi uma grande conquista ter um professor titular incluído na carreira e não uma anomalia como era feito antes, em que a pessoa que tem uma carreira não chega ao final, a não ser dez por cento do quadro. Comentou que é urgente que se tome providências em relação à normatização dessa promoção. Falou que, no primeiro semestre do ano que vem, vários professores associados 4 já terão direito a essa promoção. Em relação à questão do Hospital Universitário, disse que, até para proteção da própria instituição, da própria unidade e dos envolvidos no relatório que foi apresentado, é necessário que esta Universidade tome a liderança de apurar as questões e verificar quais são os fatos e como avaliamos os fatos que estão apontados. A Conselheira MÔNICA MALUHY, como parte interessada, pois a sua unidade é o Hospital Universitário, indagou ao Reitor em exercício se o diretor José Marcus foi afastado da direção do Hospital e, se foi, qual foi o motivo. O REITOR em exercício esclareceu que o Prof. José Marcus continua em atividade, não houve nenhum afastamento por parte da Reitoria, inclusive tem uma reunião marcada do Conselho de Administração para segunda-feira. A Conselheira MARIA FERNANDA, complementando, informou que o Prof. José Marcus está oficialmente de férias e está retornando agora. A Conselheira MÔNICA PEREIRA solicitou que fosse concedida a palavra ao representante da AdUFRJ. Endossou as falas do Prof. Roberto e da Profª Diana. Lembrou de outra urgência, inclusive mais antiga do que todas essas e que não vai desistir enquanto estiver presente neste Conselho, que é a nossa estatuinte. Conclamou os companheiros do Conselho a retomarmos a estatuinte. O Conselheiro NILSON THEOBALD reforçou a questão que vem colocando, frequentemente, aqui nesse Conselho, que é a questão do acesso de informática da nossa Universidade, correios eletrônicos, dados institucionais. Apresentou um anteprojeto de uma proposta de resolução, do seguinte teor: "**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO.** Determina que os correios eletrônicos institucionais da Universidade sejam hospedados em servidores próprios da UFRJ, localizados dentro dos *campi* da Universidade. O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considerando o que consta no Proc. 23079.044469/2013-30, em sua sessão de de de, resolve: Art. 1º Determinar que os correios eletrônicos institucionais da Universidade, ou seja, finalizados com o sufixo ufrj.br, sejam hospedados em servidores próprios da UFRJ, localizados dentro dos *campi* da Universidade. Art. 2º A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação deverá procurar os diversos setores que hoje hospedam seu serviço de correio fora da Universidade e estabelecer um cronograma de migração deste serviço para servidores administrados por esta Superintendência ou para servidores administrados pela própria Unidade, num prazo não maior que 6 (seis) meses a contar da data de aprovação desta Resolução. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro." Comentou que a reitoria tem que claramente dizer o que está acontecendo com o Hospital Universitário. Falou que esteve em uma reunião, há pouco tempo, em que a Pró-Reitora de Gestão colocava que a PR-6 vai ser a responsável pelas licitações, pelas compras e por tudo que o Hospital está fazendo, o jornal da Universidade diz que a reitoria está socorrendo o Hospital, mas na verdade nós vimos que aconteceram diversas questões gravíssimas no Hospital Universitário, com denúncias que, deliberadamente, pessoas tentariam parar o Hospital Universitário para forçar uma situação de aprovação dessa questão da Universidade. Disse ser importante que essas denúncias sejam apuradas. O Conselheiro MARCELO CORRÊA E CASTRO disse que também está bastante preocupado com a regulamentação da questão dos titulares. Comentou sobre a necessidade da retomada da discussão sobre a estatuinte para uma definição clara do que queremos ser como Universidade. Com relação à questão do HU, disse estar também extremamente preocupado. Comentou que na reunião do CSCE, há um mês e meio atrás, compareceu uma quantidade grande de membros do corpo social que relatava o que vem relatado agora também. Anunciou a presença bastante expressiva, de membros do corpo social da

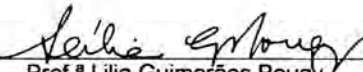
Escola de Educação Infantil e representante dos pais na sessão de hoje. Parabenizou e saudou, com muita gratidão, o Instituto de Psiquiatria pela comemoração dos seus setenta e cinco anos. Deixou o seu reconhecimento público e seu orgulho de pertencer a uma instituição onde existe um Instituto dessa ordem e dessa grandeza. A Conselheira MARIA LEÃO transmitiu o posicionamento dos estudantes do DCE Mario Prata, que é de se colocar ao lado do corpo institucional da Escola de Educação Infantil, das suas crianças, dos seus professores e dos seus pais e mães, para torná-la um órgão da UFRJ, do CFCH, de onde sempre deveria ter sido. Comentou que é importante garantirmos a autonomia do nosso Hospital Universitário. Disse que o complexo hospitalar da UFRJ foi um grande avanço ao longo do século XX, um auxílio na construção do sistema de saúde pública do Brasil e assim ele deve se manter, não sendo privatizado e nem precarizado. Falou que seus problemas devem ser investigados a sério e a fundo por esse Conselho Universitário. A Conselheira JULIANA MAGALHÃES despediu-se do Conselho por ser hoje o último dia do seu mandato. Agradeceu a todos, por ter aprendido muitíssimo com os conselheiros mais antigos, especialmente o Prof. Aloísio Teixeira. Agradeceu, também, a Decana do CCJE e o Prof. Alcino. Terminando o Expediente, deixaram de se manifestar os Conselheiros Gregory Magalhães Costa e Alcino Ferreira Câmara Neto. A seguir, o REITOR em exercício submeteu ao plenário a concessão da palavra à representante da AdUFRJ. Autorizada pelo Conselho, a Pro^{fa} LUCIANA BOITEUX, sobre a auditoria foi feita pelo TCU nas contas e no funcionamento do nosso Hospital Universitário, informou que a AdUFRJ, o SINTUFRJ e o DCE Mário Prata estão encaminhando formalmente a Reitoria uma solicitação de sindicância para apuração desses fatos relatados. Em seguida, o REITOR em exercício submeteu ao plenário a proposta de Ordem do Dia, Não havendo manifestações, colocou em votação. Aprovada, por unanimidade. Passou-se ao item 1 – Proc. 23079.031863/2012-19 – CT/EQ – Progressão funcional docente de Professor Adjunto IV para Professor Associado I. Não considerado apto pela Banca de Avaliação. Recurso ao CONSUNI. Interessado: Alexandre de Castro Leiras Gomes. A Conselheira MÔNICA P. DOS SANTOS fez a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas, cuja conclusão é a seguinte: “Por todo o exposto, sou de parecer favorável à concessão da progressão ao professor Alexandre de Castro Leiras Gomes, como também recomendo que o CT, atualize seus critérios de progressão à luz do que sugere o art. 3º do capítulo I do anexo da Res. CONSUNI 07/2006, segundo o qual “Para cada grupo de atividades de magistério, serão considerados os itens específicos de avaliação (...), **admitindo-se acréscimos e exclusões de itens** (grifos nossos) (...)” Após ampla discussão, o Conselheiro MAURO DÓRIA pediu vista do processo. Passou-se ao item 2 – Proc. 23079.032834/2013-37 – FUJB – Referendar o Estatuto social da Fundação Universitária José Bonifácio e sua única alteração. Concordância com o recredenciamento da Fundação Universitária José Bonifácio, como instituição de apoio à Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao MEC/SESu. Declarar que os projetos listados no Relatório de Gestão já desenvolvidos e os que se encontram em fase de desenvolvimento, em parceria com a UFRJ, foram aprovados pelas suas respectivas instâncias acadêmicas competentes. O Conselheiro WALTER SUEMITSU fez a leitura do parecer da Comissão de Desenvolvimento, do seguinte teor: “Trata o presente processo da Prestação de Contas e do Relatório Anual da FUJB referente ao exercício de 2012. Em complemento ao parecer às fls. 3 e 4, a Comissão de Desenvolvimento é de parecer favorável que o Conselho Universitário: 1) Referende o Estatuto Social da Fundação José Bonifácio e sua única alteração; 2) Recredencie a FUJB como Instituição de Apoio à Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao MEC/SESu e ao MCTI; 3) Aprove o Relatório de Gestão e Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2012 da FUJB com as ressalvas apontadas às fls. 3 e 4; 4) Confirme que os projetos listados no Relatório de Gestão já desenvolvidos e os que se encontram em fase de desenvolvimento, em parceria com a UFRJ, foram aprovados pelas suas respectivas instâncias acadêmicas competentes.” O REITOR em exercício colocou em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento. Não havendo manifestações, colocou em votação. Aprovado, com 1 (uma) abstenção. Passou-se ao item 3 – Proc. 23079.044086/2012-90 – CFCH – Criação da Escola de Educação Infantil como Órgão Suplementar do CFCH. Aprovada pelo Conselho de Coordenação do CFCH. A Conselheira IVETE POMARICO fez a leitura do parecer da Comissão de Ensino e Títulos favorável à aprovação da


proposta. A Conselheira MÔNICA P. DOS SANTOS fez a leitura do parecer da Comissão de Legislação e Normas favorável à aprovação da proposta. O Conselheiro ALCINO CÂMARA NETO apresentou parecer oral, da Comissão de Desenvolvimento, subscrivendo o parecer da Comissão de Legislação e Normas. Após as manifestações de vários Conselheiros favoráveis à criação da Escola de Educação Infantil, o REITOR em exercício solicitou a manifestação do Conselho indicando a posição dos Conselheiros. Os Conselheiros se manifestaram, por unanimidade, favoráveis à aprovação da proposta. Face à presença de vários estudantes que participavam do Encontro Nacional de Casas de Estudantes (Ence), na Cidade Universitária da UFRJ, O REITOR em exercício, interrompeu a discussão da pauta, para que esses estudantes pudessem apresentar as suas reivindicações. Após a manifestação de vários representantes dos alunos, apresentado suas demandas sobre políticas de assistência, e a manifestação de diversos conselheiros, o REITOR em exercício, constituiu uma Comissão para discutir a questão, integrada pelo Prof. Carlos Rangel Rodrigues, Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, pelo Superintendente Geral de Políticas Estudantis, Prof. Antônio José Barbosa de Oliveira, por um representante do DCE, por um representante da APG, por um representante da Escola de Serviço Social e por um representante Assembleia do Alojamento. Terminado o prazo regimental, o REITOR em exercício agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Eu, Ivan da Silva Hidalgo, Secretário dos Órgãos Colegiados, para constar, lavrei a presente ata, que aprovada na sessão de 26 de setembro de 2013, é assinada por mim _____ e pelo Reitor em exercício, Prof. Antonio José Ledo Alves da Cunha.

 UNIVERSIDADE DO BRASIL UFRJ	 FILOSOFIA HUMANAS	DECLARAÇÃO
---	--	-------------------

Declaro para os devidos fins que o **Conselho de Coordenação do CFCH**, reunido em sua 718ª Reunião Ordinária, realizada em 08/10/2012, **aprovou por unanimidade o Projeto de Institucionalização da Escola de Educação Infantil na UFRJ**, de que trata o Processo 23079.044086/2012-90, conforme parecer favorável emitido pela Prof.ª Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Diretora do Instituto de Psicologia da UFRJ e relatora do mencionado processo.

Em: 19/02/13


Prof.ª Lilia Guimarães Pougy
Decana Substituta do CFCH

 **Lilia Guimarães Pougy**
Decana Substituta do CFCH
SIAPE: 301507



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SESSÃO DE 29 DE AGOSTO DE 2013
ESPECIAL
REITORIA – 12:30 HORAS – ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA**

ORDEM DO DIA

1 - Proc. 23079.044086/2012-90 – CFCH

Proposta de Resolução. Alteração do Parágrafo Único do Artigo 51 do Estatuto da UFRJ em decorrência da criação da Escola de Educação Infantil como Órgão Suplementar do CFCH. Aprovada pelo Conselho de Coordenação do CFCH.
CD, Relatora Pro^{fa} CLAUDIA RODRIGUES FERREIRA DE CARVALHO
CET, Relatora Pro^{fa} IVETE POMARICO RIBEIRO DE SOUZA
CLN, Relatora Pro^{fa} MÔNICA PEREIRA DOS SANTOS

Pró-Reitoria de Pessoal e Recursos Humanos
Escola de Educação Infantil – UFRJ
EEI-UFRJ



Projeto Político Pedagógico

2012

Reitor

Antônio Carlos Levi da Conceição

Vice-reitor

Antônio José Ledo Alves da Cunha

Pró-Reitor de Pessoal

Roberto Antônio Gambine Moreira

Superintendente de Pessoal

Agnaldo Fernandes Silva

Diretora da Escola de Educação Infantil

Rosane Maria Ferreira Cabral

“A criança é alguém que experimenta o mundo, que se sente uma parte do mundo desde o momento do nascimento; uma criança que está cheia de curiosidade, cheia de desejo de viver; uma criança que tem muito desejo e grande capacidade de se comunicar desde o início da vida; uma criança que é capaz de criar mapas para sua própria orientação simbólica, afetiva, cognitiva, social e pessoal”

(p. 76; RINALDI, 2002).

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL UFRJ

1 - INTRODUÇÃO

Este Projeto é fruto de uma história de conquistas e desafios da Escola de Educação Infantil da UFRJ. Inicialmente a instituição foi criada para atender às mães servidoras da universidade, este início portanto, vai ao encontro da história da Educação Infantil, como atesta Paschoal, 20009, p.82): “diferentemente dos países europeus, no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa.”.

De acordo com a Constituição de 1988, o atendimento em creches e pré-escola se afirma como um direito da criança, reconhecendo a Educação Infantil como dever e compromisso do Estado com a Educação. O processo resultante dessa conquista se deu através da ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos das mulheres e dos trabalhadores, das ações de redemocratização do país, além das lutas dos próprios profissionais da Educação. Acompanhando o contexto histórico da educação Infantil no Brasil, a EEI-UFRJ foi evoluindo e se afirmando enquanto instituição que tem como foco o atendimento à criança como reitera a LDB de 1996: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (Art. 29). Partindo dessas perspectivas, a Educação Infantil vive um intenso processo de revisão das concepções sobre a educação das crianças pequenas, no movimento de selecionar e fortalecer as práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Atualmente, os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, formulados pelo MEC em 2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, promulgadas em 2009, vem norteando significativas mudanças no que diz respeito à consideração do currículo e das práticas pedagógicas na Educação Infantil, fortalecendo-a como direito da criança, explicitando critérios de qualidade para o atendimento.

Em consonância ao exposto, o Projeto Político Pedagógico da EEI-UFRJ visa, junto à comunidade acadêmica e escolar, garantir o reconhecimento das crianças como protagonistas do Projeto pedagógico em relações seguras e afetuosas com adultos que as acolhem no dia a dia. O Projeto pauta-se na garantia dos direitos humanos, respeitando as singularidades das crianças e de suas famílias, no meio ambiente, na vida coletiva, desenvolvendo uma cultura de paz e de busca por relações mais solidárias, que valorizem as diferenças e que abordem os conhecimentos científicos sobre a Educação Infantil, a cultura da Infância e as maneiras de cuidar e educar a criança pequena em ambientes coletivos.

Para isso, entendemos a criança como cidadã de pouca idade, sujeito histórico e de direitos que por meio das interações, constrói sua identidade pessoal e coletiva, observa, fantasia, experimenta, narra, questiona, constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Sendo, então, as linguagens e as brincadeiras as fontes que permeiam esse processo. Nessa perspectiva, vale destacar que o cuidar, na EEI, é entendido com parte integrante da educação, “[...] cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a coordenação de profissionais de diferentes áreas” (BRASIL, 1998^a, p. 24). De acordo com Guimarães (2011), cuidar envolve uma postura ética, de escuta e atenção aos interesses das crianças, no sentido de promover diálogo e interação com seus movimentos. Na escola de educação Infantil da UFRJ, os processos educacionais acontecem mergulhados no cuidado.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998^a, P. 23).

As unidades universitárias federais de Educação Infantil, hoje, são entendidas também como parte da Educação Básica. Nesta perspectiva, reúnem a responsabilidade em atender as crianças com qualidade e, ao mesmo tempo, trabalhar tendo em vista a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como ensino, são responsáveis pela Educação Infantil, primeira etapa da educação básica e, ao mesmo tempo, são campos de estágio dos alunos da Faculdade de Educação (em particular na Prática de Ensino em Educação Infantil). Do ponto de vista da extensão, também representam a possibilidade de ampliação e difusão de práticas e conhecimentos do campo da Educação Infantil,

sendo potencial importante para a efetivação de pesquisas na área. Dessa forma, a discussão constante sobre o projeto Político Pedagógico desta escola e a construção de sua consistência teórica busca referendar o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Essa perspectiva é fortalecida uma vez que a trajetória da escola vem sendo pautada na concessão de um benefício aos servidores e estudantes da UFRJ. A modificação dessa situação (que acontece no cenário atual) exige cada vez mais o compromisso da escola com a efetivação do Projeto Político Pedagógico. Hoje, há no horizonte próximo, a universalização do acesso à escola, como assegura a Resolução nº 1 de 10 de março de 2011, proposta pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, que “ Fixa normas de funcionamento de unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta , suas autarquias e fundações. Desde então, a escola é provocada no sentido de rever seu lugar social na Universidade, oxigenando novos ares no espaço da EEI na certeza de que podemos juntos, comunidade escolar e acadêmica, contribuir para a propositura de políticas públicas no tocante às ações de desenvolvimento da Educação Infantil no cenário Brasileiro.

Hoje, o grupo de profissionais que fazem a escola no seu dia a dia, busca através da formação continuada, referenciais teóricos, caminhos metodológicos que fortalecem a escola como espaço do direito das crianças, produção cultural, construção de cidadania, compromisso com relações humanas e sociais solidárias e respeitadas.

O Projeto que se apresenta neste momento revela um momento de transição entre a escola como benefício dos funcionários da UFRJ e a escola como direito de todas as crianças (como propõe a Constituição Federal brasileira de 1988). Hoje, os professores que atuam com as crianças revêem processos, projetos, modos de atuar em busca de um compromisso cada vez maior com a escuta das crianças, com a ampliação de suas experiências, com a educação e o desenvolvimento integral das crianças.

Os princípios sobre os quais a escola se apóia tanto na relação com as crianças, quanto no contato com as famílias e com os professores são a participação, a escuta e o diálogo.

Atualmente, o projeto pedagógico da Escola de Educação Infantil da UFRJ é baseado nas influências das teorias construtivistas e histórico-culturais da Psicologia, da Sociologia da Infância, da História da Infância, da Antropologia, da Filosofia e outros campos do conhecimento que contribuem para uma visão da criança como sujeito de seu processo de aprendizagem, autora, crítica e criadora de cultura em diálogo com a realidade que participa. São caminhos que focalizam a subjetividade da criança constituída no social; ou seja, buscam compreender como a criança é produzida na cultura e, ao mesmo tempo, como produz cultura.

Estas correntes teóricas se preocupam com a contribuição que cada sujeito traz consigo para a escola. Isto quer dizer que, não só os adultos organizam e prevêm as ações, mas também que a criança é vista como participante ativa de todo o processo educativo e que as interações entre crianças e adultos e entre as crianças e seus pares, são o ponto central da proposta educativa. Partimos do princípio de que, desde muito cedo, a criança é capaz de se expressar revelando, de diversas formas, seus desejos, limitações, interesses, intenções e preferências. Sua comunicação com os outros neste espaço é imediatamente construída assim que o período de sua inserção na escola se inicia. Seus pais, importantes parceiros da escola, são os primeiros elos com a criança promovendo, assim, principalmente durante o processo da matrícula e de inserção, uma relação intensa e atenta com as crianças.

O projeto pedagógico tem como objetivo principal estabelecer bases para as ações e práticas que serão desenvolvidas em toda a escola e não somente nas salas das crianças. Entendemos o ambiente da escola como um campo de possibilidades a partir das quais a criança e seu grupo podem construir conhecimento e interagir. Por isso, muita atenção é posta naquilo que estará ao alcance das crianças. A partir de suas demandas, a equipe e os professores preparam o material, as atividades, o ambiente de sala, o corredor, as salas de apoio, o refeitório, o parque e entorno da EEI para que possam realmente construir e executar planos e perseguir seus objetivos promovendo as interações. A construção do auto-conhecimento e auto-estima, autonomia e iniciativa, bem estar e envolvimento, confiança e empatia das crianças reúnem elementos que formam o foco principal do processo educativo.

Para construírem seus planos explicitando seus objetivos, a interação com os adultos é essencial. As interações desenvolvidas em sala serão as desencadeadoras principais das atividades e estas, por sua vez, se constituirão de uma gama de experiências que serão oferecidas na rotina diária. Os adultos, atentos às demandas das crianças e por meio de uma seleção criteriosa de atividades, ações, diálogos, conteúdos e experiências, se organizam para concretizar o planejamento semanal que, por sua vez, é também influenciado pelo planejamento anual da escola (que explicita os objetivos de cada área do conhecimento, dos projetos institucionais e dos eventos culturais).

O projeto institucional é importante porque subsidia ações previstas no currículo, mas sozinho não abrange toda a diversidade de conhecimentos e experiências que as crianças gostariam de adquirir, que são capazes de vivenciar e que a nossa sociedade e cultura valorizam. Entendemos que currículo traduz as nossas intenções e ressalta o que é mais valorizado pelo grupo vigente. Permite também que a criança tenha acesso a conhecimentos de forma a poder refletir, agir e transformar o mundo.

A partir desta reflexão sobre o que e como queremos a educação para as nossas crianças e profissionais, acreditamos que o nosso trabalho será desenvolvido a partir de constante troca com as crianças e suas famílias, com nossos profissionais e principalmente com os recursos que a universidade nos oferece. O tripé ensino-pesquisa-extensão está sempre presente de maneira que possamos receber e produzir conhecimento que contribuirá para a qualidade de nossas ações e ambiente. É com este espírito de investigação que continuamos a desenvolver nosso trabalho, entendendo que formamos crianças e também adultos no terreno da Educação Infantil.

2) HISTÓRICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UFRJ

Esta escola foi inaugurada no dia 24 de junho de 1981, nomeada como Creche Universitária Pintando a Infância, nas instalações do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). A Dra Dalva Sayeg assumiu a direção, permanecendo na unidade por dois anos nesta função. A Creche funcionou até 1987 como um setor deste Instituto, pois tinha como finalidade o atendimento à mãe servidora. Em junho de 1987, após uma reestruturação política e funcional, foi inserida na estrutura da Divisão de Assistência Médica do Servidor - DAMS (atual DVST). Em novembro de 1990, passou a fazer parte da Superintendência Geral de Pessoal e Serviços Gerais - PR-4. Este período foi muito importante, pois, apesar das dificuldades enfrentadas por todas as unidades de educação infantil das universidades federais brasileiras, compreendeu-se que era um avanço desvincular-se da perspectiva médica e assistencial. Neste sentido, esta instituição serviu de inspiração para outras unidades em nosso estado e país e viveu uma importante conquista no espaço da UFRJ. Neste período, consolidou-se a Educação Infantil como etapa importante da vida do cidadão.

Logo após, consolidou-se no Brasil a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96), atendendo as determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e

o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. A Constituição implementa como dever do Estado, “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (artigo 208, IV, pág. 134), e estabelece, pela primeira vez na história do nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Esta é uma conquista sem precedentes que muda definitivamente o teor do atendimento à infância brasileira passando de caráter assistencialista ao educativo. A Educação Infantil na UFRJ passava a ter, neste momento, a responsabilidade de continuar se atualizando e de abrir suas portas para novas tendências encontradas nos estudos e pesquisas de profissionais da área que já floresciam em nosso país. A gestão dessa época buscou contribuir para a adequação de nossa prática a este novo cenário da educação brasileira.

Em julho de 2002, numa ação de consenso entre o Pró-Reitor e Superintendente de Pessoal e Recursos Humanos, servidores e pais, foi feita a indicação de uma nova direção que assumiu o cargo em julho daquele mesmo ano, aceitando continuar o trabalho de implementação da Educação Infantil de qualidade na nossa universidade, já iniciada pelas gestões anteriores. Neste mesmo ano, tomou posse o Magnífico Reitor Prof. Carlos Lessa, que firmou publicamente seu compromisso com a Creche Universitária apontando para a construção de um espaço próprio, ampliação das instalações e do número de vagas, abertura de concurso para a contratação de recursos humanos especializados e políticas de inclusão da Creche Universitária no sistema de ensino da UFRJ. Este compromisso foi reiterado pelo reitor que o sucedeu, Prof. Aloísio Teixeira, estando, todas as solicitações, em processo de viabilização na atual gestão do Magnífico Reitor Prof. Antônio Carlos Levi.

No ano de 2006, a Creche Universitária comemorou seus 25 anos, quando passou então a ser chamada de Escola de Educação Infantil – UFRJ (EEI-UFRJ). A escola, nesse período, no intuito de implementar todas as mudanças necessárias em resposta ao novo posicionamento nacional com relação à educação infantil brasileira, lidava com um conjunto de problemas sendo o mais grave deles referente ao quadro de pessoal, mais especificamente, a falta de professores no quadro da escola. Com a aposentadoria e evasão de um número expressivo de recreacionistas e a extinção deste cargo no quadro de pessoal da universidade durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, a direção foi buscar novas alternativas para o aprimoramento da qualidade do atendimento às crianças na escola, começando então a luta para a contratação imediata de professores com habilitação em educação infantil. Por meio de uma parceria estabelecida com a Faculdade de Educação, em 2005, e total apoio e empenho da PR-4, foi possível organizar uma seleção pública para contratação de 20 professores substitutos para assumir as salas. A meta, na verdade, era (e continua sendo) a abertura de concurso público para professores com habilitação em Educação Infantil conforme prevista em lei (LDB 9394/96). Este movimento marcava então, o início da construção de uma unidade orçamentária que preza e defende o caráter educativo da educação

infantil e a luta para conquistar o lugar devido desta escola nesta universidade. A gestão iniciada em 2002 encerra-se em junho de 2006 deixando bem implementada a consciência de que o que havia começado não podia se encerrar com a sua saída.

Em julho de 2006, a docente da Faculdade de Educação, Prof^a. Eliana Bhering, depois de ouvidas todas as partes, foi convidada pelo Pró-reitor de Pessoal, Prof. Luis Afonso Mariz e pelo Superintendente Roberto Gambine, para assumir a direção da Escola. Uma vez que a referida professora já fazia parte da equipe de trabalho da EEI-UFRJ, assumiu o cargo com o compromisso de dar continuidade ao trabalho da gestão anterior, principalmente no que diz respeito ao processo de institucionalização, ao processo de construção do Projeto Político Pedagógico, das novas instalações para a escola e da abertura de vagas para a contratação de professores com habilitação em Educação Infantil por meio de concurso público.

A intenção de receber professores com licenciatura plena em Pedagogia para atuar na Escola, tornou-se realidade em agosto de 2008, quando Técnicos em Assuntos Educacionais com experiência em Educação Infantil e/ou Supervisão Escolar começaram a tomar posse na UFRJ ingressando na EEI-UFRJ. Foram, no total, 31 Técnicos em Assuntos Educacionais que ingressaram nesta divisão, com funções diretamente ligadas ao trabalho com as crianças em sala, com supervisão pedagógica, formação continuada, elaboração de informativos e encartes temáticos, fortalecendo as práticas pedagógicas.

Em julho de 2009, a atual diretora necessitou se desligar da EEI-UFRJ, por motivos pessoais e profissionais, em agosto de 2009 uma Técnica em Assuntos Educacionais, que atuava como Supervisora Pedagógica da Escola, foi convidada pela Pró-reitoria de Pessoal e pela superintendência, a assumir a direção da escola. Entretanto, por motivos pessoais, deixou o cargo, após um ano e meio de permanência, e indicou a Técnica em Assuntos Educacionais, que também era coordenada, para finalizar sua gestão. Foi um momento de instabilidade, acompanhado de intensa mobilização no sentido de não deixar perder a qualidade do trabalho, suas metas e compromissos com as crianças e famílias.

Em julho de 2011, o Prof. Antônio Carlos Levi assume o cargo de Reitor da UFRJ, tendo como Pró-reitor de pessoal Roberto Gambini e como Superintendente Agnaldo Fernandes. Neste período, a direção da EEI-UFRJ passou para a Técnica em Assuntos Educacionais Rosane Maria Ferreira Cabral, que atuava diretamente com as crianças, sua indicação partiu dos anseios do grupo de técnicos administrativos da Escola, inspirados em ideais democráticos.

Atualmente, temos na Escola, 31 Técnicos em Assuntos Educacionais, que assumem os grupos de crianças como professores (todos são formados em Pedagogia), 4 professoras substitutas, uma docente EBTT cedida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e 5 estagiárias bolsistas.

Durante todos estes anos, a Escola de Educação Infantil – UFRJ tem atendido, em média, 100 crianças com idades entre 04 meses e 5 anos e 11 meses; funciona, desde a sua criação, no prédio do IPPMG com instalações adaptadas e conta com funcionários distribuídos nos seguintes setores: direção, equipe técnica (psicologia, nutrição, serviço sócia) , coordenação pedagógica, professores, administração, cozinha, saúde, vigilância e limpeza. A seleção anual das crianças é realizada por meio de edital para preenchimento das vagas disponíveis, sendo implementada em 2006, significando mais uma importante conquista da escola.

Considera-se também fundamental a participação dos Pais na escola o que, na EEI, ocorre através da Associação de Pais da Escola de Educação Infantil APEEI, em que os pais das crianças que estão frequentando à escola escolhem seus representantes e estes contribuem com a gestão da escola.

A EEI-UFRJ, atualmente, tem voltado suas ações e esforços no sentido de buscar um novo perfil institucional, reiterando as legislações vigentes para a educação infantil no Brasil.

Desde a Constituição Federal de 1988 que estabelece a educação como direito de todas as crianças e a LDB de 1996 que institui a Educação Infantil como 1ª etapa da Educação Básica, os espaços educacionais destinados a atender às crianças de 0 a 5 anos são convocados a definir seu trabalho tendo em vista garantir o direito das crianças. Assim, o desenvolvimento integral, a educação como prática cultural, o cuidado como ética e caminho dialógico com as crianças são tomados como focos do trabalho.

Em outubro de 2011, a Escola de Educação Infantil da UFRJ é estimulada a rever sua situação institucional: qual o seu lugar na Universidade? Qual o seu papel social? Esse questionamento foi elevado para a comunidade acadêmica através da V Jornada Interna da Escola de Educação Infantil que colocou na mesa de discussão o Pró-reitor de Pessoal, o Decano do Centro de Filosofia de Ciências Humanas CFCH, uma Professora da Faculdade de Educação da UFRJ, a Direção do CAP-UFRJ, uma representante do SINTUFRJ e a Direção da EEI-UFRJ. A Jornada teve como objetivo apresentar e discutir a proposta que está sendo constituída, com base na Resolução nº 1, pelos representantes da universidade que compunham a mesa. Das questões apresentadas, à relacionada ao acesso foi defendida pela maioria dos representantes da mesa. Entendemos ser anacrônica a perspectiva de

atender somente aos filhos de funcionários e torna-se urgente pensar caminhos para a abertura de vagas à comunidade. Esta situação é agravada com a promulgação da Resolução nº 1 de 10 de março de 2011, proposta pelo MEC, citada na introdução. que estabelece que as unidades de Educação Infantil ligadas à administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações, devem, de acordo com o Art. 1, inciso I, “oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõe a atender.” (BRASIL, 2011). Dessa forma, buscamos como meta a institucionalização da EEI junto à UFRJ, no intuito de oferecer igualdade de condições para o acesso de todas as crianças dessa faixa etária.

A Escola, inspirada nas tendências e demandas educacionais atuais, busca fortalecer relações de trabalho com unidades acadêmicas da UFRJ com o intuito de desenvolver ações subsidiadas pelo tripé universitário pesquisa, ensino e extensão, engajando-se no processo de produção de conhecimento. Este movimento é o que, hoje, justifica a efetivação da Escola na Universidade.

Neste caminho, muitas parcerias têm sido feitas com as unidades acadêmicas desta Universidade para o desenvolvimento de ações como, por exemplo, prática de ensino (Faculdade de Educação), projetos de pesquisa (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Educação; Faculdade de Odontologia e etc) e extensão (Escola de Educação Física e Desportos; Escola de Música e Faculdade de Letras).

A EEI-UFRJ passa, então, a ser mais que um serviço prestado à comunidade de servidores técnicos administrativos, docentes e estudantes da UFRJ para se firmar como um direito da criança, opção da família, dever do Estado e parte da educação básica brasileira no cenário da Universidade Federal. A EEI-UFRJ tem o compromisso de ser uma escola para crianças entre 4 meses e 5 anos e 11 meses, de qualidade e em constante reflexão sobre os movimentos atuais da Educação Brasileira e a nossa prática.

3) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção desse Projeto tem acontecido em diferentes tempos. Assim, alguns referenciais teóricos que compuseram o início do trabalho ainda sustentam as práticas e, outros, foram discutidos criticamente, revistos, ressignificados.

Os autores/pesquisadores que são reconhecidos como fundamentos da educação infantil como por exemplo, Froebel, Montessori e Freinet foram referências iniciais que contribuem com a ideia de criança ativa no seu processo de aprendizagem e da importância da construção da autonomia neste processo. Outros autores que inspiraram as práticas da educação da infância como Dewey, Bruner, Piaget e Vygotsky foram estudados e tem interferência no processo de produção deste Projeto e das práticas na Escola de Educação Infantil da UFRJ. Também, do mesmo modo, autores mais contemporâneos que lutam pelo direito da criança de 0 a 6 anos de obter uma educação infantil de qualidade, como por exemplo, Peter Moss, Lenira Haddad, Zilma de Moraes, Vera Vasconcelos, Maria Clotilde Rossetti Ferreira, e tantos outros brasileiros e estrangeiros são referência importantes.

Em seu início, este Projeto considerou a literatura do High Scope (Estados Unidos), Reggio Emilia e as outras propostas italianas (Itália), Educação Experiencial (Bélgica), Te Whariki (Nova Zelândia), Pen Green Center (Reino Unido), Metodologia de Projetos (Estados Unidos), Movimento da Escola Moderna (Portugal) e, é claro, propostas brasileiras como, por exemplo, da Fiocruz, da Madalena Freire, visitando também sites de escolas tais como Escola Parque (Rio de Janeiro), Escola Lumiar e Escola Rudolf Steiner (São Paulo), Balão Vermelho (Belo Horizonte), Escola da Ponte (Portugal) e seus projetos pedagógicos. Considerou também a literatura que trata tanto de políticas públicas como aquela que discute a qualidade na educação infantil com o intuito de ampliar nossa visão e corroborar as conquistas mais atuais no cenário nacional e internacional. Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (MEC, 1998) foi um documento intensamente consultado assim como os outros documentos oficiais da Educação Infantil brasileira bem como as diretrizes de outros países.

Em observância às mudanças ocorridas na EEI-UFRJ, como a entrada de um novo grupo de profissionais e com a necessidade do cumprimento da resolução nº 1 de 10 de março de 2011 que fixa a regularização das creches federais, iniciamos a leitura e o aprofundamento de outros autores que inspiram a nossa prática atual e nos ajudam a compreender o desenvolvimento infantil como fruto de processos de interação social e aprendizagem e as práticas no campo da Educação Infantil como práticas culturais.

Nestas perspectivas, a criança sujeito histórico e de direitos que por meio das interações, constrói sua identidade pessoal e coletiva, observa, fantasia, experimenta, narra, questiona, constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade e que portanto, produz cultura.

Estas correntes teóricas entram em sintonia à medida que contribuem para pensarmos a criança na cultura e a Educação infantil como prática cultural. Alguns autores e pesquisadores são mais conhecidos da equipe, outros estão sendo estudados e continuarão a ser foco do trabalho nos espaços e tempos de formação continuada. No campo da Psicologia histórico-cultural, Wallon e Vygotsky. No âmbito da Sociologia da Infância, Manuel Sarmento, Manuela Ferreira e Willian Corsaro. Na Filosofia, Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, dentre outros. No que diz respeito aos autores do campo da Infância e da Educação Infantil, destaca-se Solange Jobim e Souza, Sonia Kramer, Maria Teresa Freitas, Patrícia Corsino, Daniela Guimarães, dentre outros.

Além destas leituras, estivemos também muito atentos para as propostas e situação de unidades de educação infantil das universidades federais brasileiras, como os eventos anuais da ANNUFEI, fomentando a busca de inspiração para integrar o tripé universitário nas nossas práticas diárias de sala com as crianças e de formação continuada para os profissionais envolvidos na nossa unidade.

Tem sido uma trajetória que parece não ter fim, pois sentimos que para manter a qualidade de nossas ações e planejamentos, esta busca de conhecimento não se encerra com o lançamento deste projeto político pedagógico. A participação em eventos científicos no Brasil e no exterior também auxilia imensamente o desenvolvimento de nossas discussões e processo de decisão para o futuro de escola.

De tudo isto, o ponto de partida e comum em toda a literatura lida, é que a criança é vista como ativa, participativa e capaz de expressar suas intenções, desejos e interesses. Isto se tornou o nosso ponto de partida também do trabalho cotidiano da escola.

4) ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Pensamos no currículo como uma fonte inspiradora para o planejamento pedagógico, que deve auxiliar o professor na criação de oportunidades de aprendizagem e socialização em todos os momentos da rotina diária.

Em um primeiro momento, no movimento inicial de construção da proposta pedagógica da escola (até 2011), o currículo foi dividido em quatro grandes áreas ([1] Linguagem; [2] Raciocínio lógico e matemático, [3] Ciências, Natureza e Sociedade e [4] Desenvolvimento psico-social e motor). Buscamos trabalhar essas áreas de forma integrada, não fragmentando as práticas com propostas estanques, à medida que entendemos que estas áreas são interligadas e permeiam as experiências vividas na rotina diária.

A partir do movimento de institucionalização da escola, desde 2011, temos discutido uma nova organização curricular.

De modo especial, a partir do que dispõem as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 (estabelecidas a partir da Resolução n.5 de 17 de Dezembro de 2009 do MEC/CNE/CEB), compreendemos o currículo como um conjunto de proposições e práticas que *“buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade”*. Assim, o currículo organiza-se tendo como eixo a linguagem e a cultura da(s) criança(s), em diálogo com o repertório cultural mais amplo, da comunidade mais próxima e da humanidade.

De acordo com o referencial da Psicologia Histórico- cultural (especialmente Vygotsky e Wallon), as crianças são sujeitos sociais desde o nascimento, produzindo linguagem nos gestos comunicativos, choro, balbúcio, movimentos corporais e através dos recursos verbais em desenvolvimento (especialmente a fala). A linguagem é a faculdade humana que possibilita a comunicação e a organização da criança na realidade. Nela, a criança se reconhece como sujeito, participante de um grupo social.

Para o referencial da Sociologia da Infância (de modo particular nos estudos de Willian Corsaro e Manuel Sarmiento), as crianças são atores sociais plenos, constituem entre si uma *cultura da pares*, conjunto de práticas, rotinas, símbolos que se expõe, sobretudo, nas brincadeiras e possibilitam que elas se organizem no mundo mais amplo. A linguagem é o caminho da expressão da cultura infantil.

Nela, as crianças ressignificam as experiências da sociedade, assumindo personagens, reinventando usos dos objetos, num movimento de interpretação do que vivem entre os adultos.

A partir do diálogo com a Filosofia crítica da Modernidade, em especial com Walter Benjamin, percebemos na linguagem a possibilidade de resgate da experiência humana, da narrativa, do trabalho com a história e a significatividade das práticas, esgarçados no mundo moderno, marcado pelo imperativo da produtividade, da informação, da velocidade, da automação.

Por fim, o referencial da Filosofia da Linguagem (Mikhail Bakhtin), o sujeito se constitui na linguagem, em contextos enunciativos, no diálogo e interação com o outro. A língua é expressão de interações sociais, palco de negociações. Para ele, *a palavra é o modo mais sensível de relação social, é ponte entre o eu e o outro*. Materializa a partilha de um contexto vivo e significativo e explicita tensões e peculiaridades das práticas sociais. Além disso, para o autor, cada palavra é polissêmica, admite vários sentidos de acordo com os contextos sociais e históricos nos quais é proferida, ou seja, guarda a história das interações humanas nas quais se concretiza.

Estas referências possibilitam que tenhamos como eixo da proposta curricular a linguagem como expressividade, construção de significados, espaço de diálogo entre a cultura mais ampla e a cultura das crianças.

Nas experiências com a linguagem, trata-se de criar situações que promovam o auto-conhecimento, a auto-estima e autonomia das crianças em relações significativas, onde se sintam seguras e valorizadas (o que se concretiza no trabalho com seus objetos pessoais, histórias de vida, experiências com as famílias, oportunidades de escolha e iniciativa no dia a dia). A integração social da criança acontece nas relações significativas com seus pares e com adultos. Assim, a construção e solidificação de vínculos afetivos são o ponto de partida para a relação com o conhecimento e a cultura.

Por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas e corporais, as crianças ampliam o conhecimento do mundo e de si mesmas, construindo sua identidade, através do respeito e conhecimento das diferenças (interpessoais, étnicas, de gênero). Experiências éticas e estéticas marcam um trabalho focado na valorização da diversidade, da humanização, da cultura.

Neste caminho, é fundamental o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão sobre os sentimentos e necessidades dos outros e o pertencimento ao mundo. Expressar ideias e sentimentos, expor opiniões sobre a realidade que se apresenta ao grupo são perspectivas importantes na construção de segurança e autonomia por parte das crianças.

A escuta, observação atenta e diálogo com as iniciativas e interesses das crianças são molas propulsoras do trabalho do professor nesta perspectiva

A partir desta compreensão, o currículo da Escola de Educação Infantil da UFRJ, subdivide-se em 5 dimensões (modos pelos quais a linguagem se concretiza no cotidiano do trabalho): ARTES (artes visuais, música, dança, literatura); CORPO (psicomotricidade relacional); BRINCADEIRA (faz de conta, jogos de regra, atividade lúdica); MATEMÁTICA; NARRATIVA, LEITURA e ESCRITA (letramento); EXPERIÊNCIAS COM A NATUREZA.

A seguir, expomos alguns caminhos do trabalho em cada uma dessas dimensões. O estudo de suas especificidades está em curso na equipe da escola. De todo modo, é importante dizer que no trabalho cotidiano elas se entrelaçam. Por exemplo, a brincadeira simbólica (faz de conta) é espaço de expressão e trabalho com o corpo na relação com objetos e com os pares; ou, o trabalho com artes pode envolver a linguagem matemática. Enfim, a experiência com as crianças extrapola as dimensões da linguagem. Elas são importantes, tendo em vista a garantia de um planejamento que contemple na linguagem, as linguagens, diferentes vias de expressão e organização da criança no mundo.

LINGUAGEM E ARTES

Nesta dimensão do trabalho cotidiano busca-se propiciar às crianças a apreciação de obras de arte (artes visuais), o diálogo sobre suas impressões, conhecimento da história dos artistas/autores e promoção de espaços para a produção das próprias crianças.

Ao mesmo tempo, busca-se diversificar o contato com o repertório musical, literário e imagético, trazendo para dia a dia experiências com a MPB, músicas tradicionais infantis, músicas regionais, fotografias, filmes, livros de Literatura (Infantil) e outros recursos que dialoguem com as experiências das crianças, ampliando-as.

O desenho, a modelagem, a colagem e outros modos de produção de linguagem plástica são favorecidos, sempre, tendo em vista que as crianças possam expressar significados sobre as histórias, dramatizações e suas observações do mundo.

A dança e o teatro são oportunidades de expressar também sentidos produzidos pelas crianças a partir do repertório apresentado.

São autores de referência da Educação e da Educação Infantil na ampliação desta perspectiva Ana Mae Barbosa, Maria Isabel Leite, Mônica Bezerra, Monique Andries Nogueira, dentre outros. As referências de fundo são os trabalhos de Vygotsky sobre Arte e criação da infância.

LINGUAGEM E CORPO

A dimensão corporal é fundamental na expressão das crianças pequenas. No corpo elas transmitem emoção, ideias, diversos sentidos. Em todos os momentos do dia, é fundamental a atenção e diálogo com o corpo das crianças, seus movimentos, suas intenções comunicativas.

Além disso, é importante a exploração de objetos “plásticos”, caixas de formas e tamanhos diferentes, panos de texturas diversas, dentre outros, que possibilitem que o corpo crie sentidos (trens, casas, automóveis). O aprimoramento da relação do corpo no espaço e no contato com o outro acontece nestas situações. Ou seja, a motricidade ampla (correr, pular, agachar, levantar, etc), a habilidade motora, a consciência corporal, o reconhecimento do seu corpo e do outro, a exploração do esquema corporal são trabalhados em situações de produção de significado, onde a criança reconhece suas possibilidades no contato com os outros.

São autores de referência da Educação Infantil nesta perspectiva Mariana Roncarati, Lea Tiriba, dentre outros. Numa perspectiva de fundo, há os trabalhos de Wallon e da Psicomotricidade Relacional (Andre Lapierre).

LINGUAGEM E BRINCADEIRA

A brincadeira se constitui como um espaço de sociabilidade das crianças, em que experimentam a partilha de objetos e significados. Ao mesmo tempo, é um espaço de criação e re-criação de regras, da realidade mais ampla. É um espaço de diálogo entre as crianças e o mundo, entre a infância e o mundo.

Na brincadeira as crianças criam cultura a partir da re-significação da cultura mais ampla. Por isso, é o caminho privilegiado do trabalho pedagógico. Observar a brincadeira simbólica das crianças, registrar quais personagens e enredos criam, possibilitar a ampliação destes movimentos são ações fundamentais do professor.

Nesta dimensão do trabalho estão envolvidas as brincadeiras simbólicas (faz de conta, dramatizações que as crianças inventam), os jogos de regras (importantes no contato das crianças com o mundo arbitrário que nos organiza socialmente) e as atividades lúdicas.

São autores de referência na Educação Infantil Angela Borba, Cristina Porto, dentre outras, inspiradas nas referências de fundo da Sociologia da Infância (Corsaro) e da Psicologia histórico-cultural (Vigotski).

LINGUAGEM E MATEMÁTICA

O mundo se organiza através das diferenças e semelhanças entre os objetos, entre as pessoas. A linguagem matemática evidencia esta organização. Nesta dimensão, trata-se de oferecer às crianças amplas oportunidades de desenvolverem comparações e arrumações na relação com os objetos da vida cotidiana (no lanche, com os materiais plásticos-lápis, papéis; com as peças dos jogos, etc).

Neste caminho, é importante desafiar as crianças na construção de estruturas matemáticas (classificação, seriação, número, espaço, tempo, medidas, formas), sempre em situações significativas, contextualizadas.

Também, desenvolver o raciocínio lógico-matemático, explorando situações cotidianas, favorecendo que criem problemas, formulem hipóteses sobre problemas apresentados, busquem soluções; desafiando a capacidade de generalizar, analisar, sintetizar, inferir, deduzir, refletir e argumentar;

São autores importantes Lino de Macedo, Constance Kami e, como referência de fundo, os trabalhos de Piaget.

LINGUAGEM, NARRATIVA, LEITURA E ESCRITA

As práticas que envolvem leitura e escrita acontecem concomitantemente àquelas que valorizam as diversas linguagens das crianças, tais como: o desenho, a brincadeira, a pintura, as atividades relacionadas ao corpo, dentre outras. Entendemos que a leitura e a escrita são instrumentos culturais nos quais expressam as ideias, as emoções, os desejos e que proporcionam as informações e as ampliações de trocas constantes. É nesta perspectiva que as práticas que envolvem a escrita acontecem em situações de Letramento. Este entrelaça-se com processos mais gerais de construção da linguagem por seu caráter social. Reiterando as contribuições de Vygotsky para o processo de

apresentação da escrita à criança , entendendo que ela é um instrumento de expressão e de conhecimento do mundo, vale destacar as diretrizes por ele apontadas que traçam: o ensino da escrita deve ser apresentado à criança quando esta sente a necessidade dela; a escrita precisa ser apresentada não como um ato motor, mas como uma atividade cultural complexa; a necessidade de aprender a escrever ser natural tal como é a de falar e que ensinemos à criança a linguagem escrita e não as letras. A apropriação da linguagem e o letramento envolvem a circulação pelas duas modalidades de linguagem verbal, oral e escrita, em situações contextuais.

Narrar histórias de si e da cultura letrada, recontar histórias, envolver-se em situações significativas em que a leitura e a escrita acontecem de forma contextualizada marcam as práticas de Letramento.

LINGUAGEM, CULTURA E EXPERIÊNCIAS COM A NATUREZA

Estar em contato com a natureza nas experiências e nas descobertas que por ela perpassam é fundamental para que as crianças construam o sentimento de pertencimento ao mundo no qual estão inseridos. Nesse sentido, o estímulo à compreensão dos fenômenos naturais, os costumes de diferentes culturas , a vida em sociedade, o respeito e a valorização da diversidade étnica e cultural devem ser partilhados com as crianças no intuito desenvolver a consciência cidadã.

5) ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Desde o ano de 2006 até a presente data, a escola em seu percurso, diante das contribuições pedagógicas do grupo de profissionais, criou nomes para os grupos das crianças de maneira a ampliar as possibilidades de estudo e a exploração do tema referente ao Projeto Institucional

intitulado “Solidariedade e Alegria não tem idade” .Assim, os grupos se organizaram da seguinte maneira:

- (1) **alegria** (de ser e de estar na vida; 4 a 12 meses);
- (2) **reino animal** - macaco - (exploração do mundo animal, seus problemas atuais, a relação com a natureza e impactos para o homem; 12 a 24 meses);
- (3) **reino vegetal** – árvore - (exploração da flora, seus problemas atuais, a relação com a natureza e impactos para o homem; 12 a 24 meses);
- (4) **água** (sua relação com a vida, a importância dela na nossa vida diária; 2 a 3 anos);
- (5) **diversidade** (as questões da inclusão, descendência, etnias, oportunidades para todos, escolhas individuais; 3 a 4 anos);
- (6) **esperança** (os valores morais e sociais; o esforço para estar bem no coletivo; a organização para o bem estar da comunidade visando o bem estar de todos; 4 a 5 anos);
- (7) **doação** (o respeito aos outros e as suas necessidades, compartilhar nossos recursos materiais, pessoais e sentimentais; 5 a 5 anos e 11 meses).

Devido às demandas das crianças e às mudanças ocorridas no grupo de profissionais que hoje atua na EEI, estamos discutindo e revendo o projeto institucional da EEI. Para isso, a proposta é de que, a partir de 2013, as próprias crianças possam eleger o nome de seus grupos, pautados na construção da identidade individual e coletiva.

Atualmente há aproximadamente quinze crianças por grupo e quatro professoras responsáveis, divididas por turnos. Essa situação está sendo revista, buscando atender os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil e, ao mesmo tempo, abrir espaço para estudo e planejamento dos professores no tempo/espaço do trabalho, assim como permitir que a participação dos estagiários esteja garantida nesses encontros.

O horário de funcionamento é realizado das 7h30min às 17h30min. A escola oferece as seguintes refeições: colação, almoço,lanche às 15h e lanche às 17h.

O atendimento institucional em período integral para crianças entre 04 meses e 5 anos e 11 meses engloba, portanto, questões complexas. Estas questões dizem respeito principalmente à sistematização de rotinas e práticas saudáveis na escola, a institucionalização dos processos educativos (levando em consideração as práticas familiares) assim como as questões relacionadas ao

desenvolvimento e crescimento infantil, além do constante contato com os pais. A educação, nesta etapa, não se resume a práticas pedagógicas assistencialistas, mas inclui questões relacionadas à saúde física, emocional e psicológica das crianças, às relações entre a criança e seus pais, pais e professores, criança e professores e outros adultos, e ainda, a parceria entre família e escola no que diz respeito ao compartilhar a educação destas crianças. Os pais, principalmente de crianças pequenas, atualmente, parecem contar com a ação da escola de educação infantil (especialmente as de período integral) elevando suas expectativas em termos de cuidados pessoais, socialização e educação. Questões tipicamente relacionadas à dinâmica familiar, especialmente nesse período em que as crianças estão nesta faixa etária (4 meses a 5 anos e 11 meses), se tornam, com o compartilhar do processo educativo da criança, preocupações da escola também. Desta forma, a escola de educação infantil atuará como uma instituição que reconhece os interesses, demandas e direitos de sua população e da sociedade como um todo.

Tendo dito isto, é natural que nossa preocupação constante seja a de refletir sobre as questões que o atendimento em período integral traz. Nesta perspectiva, compartilhar a educação das crianças pequenas com as famílias é uma prática escolar desejável, e até mesmo entende-se que a escola terá como responsabilidade apresentar seu programa para os pais propondo formas inovadoras de parceria e esclarecendo sobre o escopo e amplitude de suas ações. Certamente, o atendimento integral deve contemplar o desenvolvimento integral da criança: social, cognitivo (aqui incluindo as linguagens em geral), emocional, físico e os aspectos culturais que permeiam toda a nossa vida. No entanto, sentimos que é sempre bom esclarecer que a escola não deve assumir o lugar da família, pois a coletividade, por mais que estejamos atentos às necessidades e demandas de cada criança, se impõe no ambiente escolar. Nossa atenção está totalmente voltada para garantir a formação pessoal e acadêmica das crianças. Fazer com que as crianças se sintam plenamente bem e à vontade na nossa escola é nossa meta principal. Propiciar a aprendizagem com desafios adequados e pertinentes se faz também imperativo. Estar atentos ao que as crianças trazem consigo e expressam sobre sua cultura é o nosso ponto de partida para o desenvolvimento de interações positivas e construtivas.

6) PLANEJAMENTO

O planejamento é a expressão daquilo que acreditamos ser pertinente e adequado para as crianças e para isso, ele é pensado a partir do calendário anual, explicitando a movimentação das diferentes épocas do ano (como por exemplo, as estações, as festividades típicas e os projetos institucionais; o período de inserção, a passagem de um semestre para o outro que podem trazer mudanças, a inclusão ou saída de crianças, entrada e saída de profissionais) e os objetivos

pedagógicos, para que seja possível programar e desenvolver as atividades da rotina. Sendo um instrumento completamente flexível, este poderá ser modificado para atender as demandas do grupo. Ao planejar, o professor deve levar em consideração:

- as áreas de conhecimento e desenvolvimento infantil
- os recursos disponíveis em sala e no seu entorno
- a variedade de atividades possíveis de serem desenvolvidas dentro e/ou fora de sala
- a rotina diária (e quão flexível ela poderia vir a ser)
- o trabalho individual, de pequenos grupos e do grande grupo
- a contribuição, individualidade, iniciativa e cultura de cada criança
- as características do grupo e suas necessidades específicas
- a organização social que se pretende construir
- e o equilíbrio das ações ao longo da semana.

O planejamento semanal deve ser avaliado constantemente pelos professores e coordenação pedagógica, na ocasião das reuniões de coordenação por grupo, demonstrando uma reflexão sobre as ações desenvolvidas e necessidades identificadas e como inspiração para o planejamento futuro. Esta reflexão pode ser desdobrada por questionamentos tais como:

- O que não deu certo? Como você faria diferente?
- O que deu certo? Por que você acha que deu certo?
- Surgiu algo inesperado? Algo novo? Como lidamos com isto?
- Quais os desdobramentos futuros das atividades desenvolvidas?
- Como você explica a conexão entre as atividades já desenvolvidas e as que ainda serão propostas?
- As contribuições das crianças foram registradas? Quais foram elas? Estas tiveram algum impacto no planejamento das atividades que serão propostas?
- A intervenção do adulto foi adequada? Como ele atendeu as demandas das crianças?

- O tema permite o desenvolvimento de atividades que cobrem várias áreas do currículo? Quais são elas? Como estão sendo desenvolvidas?

O planejamento semanal deve ser feito em conjunto por todas as professoras do grupo para que este revele sua lógica, seqüência de atividades e intervenção, o resultado da reflexão e estudo das professoras, e a maneira com que elas lidam com as contribuições das crianças e suas famílias. Este deve também incluir informações sobre o uso das diversas possibilidades oferecidas pelo espaço e pelo grupo de profissionais da escola. Projetos extra-escolares, como, por exemplo, saídas para passeio e visitas guiadas, são também parte do planejamento e devem explicitar a conexão entre os projetos de sala e a intenção da visita. Além disso, é imprescindível que o planejamento esteja em sintonia e harmonia com o projeto de escola, para que todos possam reconhecer a evolução desta sintonia ao longo dos anos das crianças em nossa escola. O caderno do planejamento é uma ferramenta que estará disponível para os professores, equipe técnica, coordenação pedagógica e para consulta dos pais.

7) AVALIAÇÃO

A avaliação das atividades e das crianças não terá como objetivo a progressão das crianças para o próximo ano. O acompanhamento das atividades e desenvolvimento das crianças visará o bem estar delas e será feito ao longo de todo o ano com registros nos cadernos de planejamento (para subsidiar o planejamento seguinte) e individualmente. A avaliação tem como preocupação principal o monitoramento da atuação e participação da criança dentro de seu grupo, na escola, com as crianças e adultos, visando, por meio da observação minuciosa, fomentar seu **desenvolvimento integral, bem estar e envolvimento com as atividades auto-iniciadas e propostas pela escola/grupo/professor.**

Estes registros são encaminhados para os pais da seguinte maneira:

- Em julho e em dezembro – relatório iniciando com as características do grupo em questão e passando para as características, contribuições, desenvolvimento, atividades e conquistas da própria criança, ao longo de cada semestre.

A entrega dos relatórios será feito por meio de reuniões coletivas e individuais com os pais. Ambos os relatórios comentarão sobre os possíveis encaminhamentos das atividades do grupo e de cada criança.

É importante também situar as estratégias de avaliação institucional da escola. Ao final de cada ano, fazemos um momento para reflexão sobre o desempenho dos professores, quando eles podem se auto-avaliar e compartilhar com seus pares e coordenação pedagógica sobre sua atuação, preocupações, frustrações assim como suas opiniões a respeito do andamento do ano. Entrevistas são feitas para conversar sobre possíveis melhorias quando pertinente e para que a equipe pedagógica seja também informada sobre pontos que precisam de maior atenção, revelados a partir da prática dos professores nesta escola. As entrevistas são feitas individualmente coordenadas pela supervisão pedagógica e/ou equipe técnica.

Organiza-se também a oportunidade para avaliação anual das ações e desempenho da equipe técnica, e dos outros setores. Estes procedimentos são coordenados pela própria equipe técnica e a metodologia pode variar dependendo das demandas que surgirem. Cabe aos responsáveis pelos setores encaminharem o processo de avaliação de seus respectivos funcionários.

A avaliação institucional dos funcionários do quadro efetivo é sempre feita pela Direção conforme normas desta universidade, mas a avaliação do andamento do trabalho da escola é desenvolvida pela comissão que será designada anualmente para tal tarefa. Os instrumentos para utilização no processo de avaliação são sempre revistos anualmente atendendo às modificações indicadas no ano anterior e de maneira a capturar mais detalhadamente os vários aspectos que compõem a nossa prática e pensamento.

8) ESPAÇOS E ROTINAS

A ambientação das salas e de todo o espaço da escola leva em consideração essencialmente a rotina, a segurança e os interesses da criança. Com isto queremos dizer que a ambientação dos nossos espaços é feita de maneira a promover o desenvolvimento e aprendizagem das crianças e que os adultos possam planejar atividades que fomentem suas interações e relações. Estamos sempre comprometidos com o bem estar de todos os envolvidos no processo educativo das crianças porque acreditamos que todos nós nos envolvemos melhor nas situações de aprendizagem se nos sentirmos bem no espaço organizado para o desenvolvimento de atividades, experiências e relações. Achamos também que a adequação dos ambientes deveria atender as necessidades dos adultos e das crianças e que leve em consideração o fluxo e trânsito dos mesmos durante o dia no espaço da escola respeitando a dinâmica de cada grupo de crianças.

Os ambientes devem ser preparados de maneira a acolher e instigar a curiosidade e participação ativa das crianças e para isto materiais e brinquedos deverão estar sempre disponíveis e acessíveis para elas, depois de feitos planejamento, seleção e organização criteriosos pelos adultos. Tentamos, na medida do possível, arrumar sistematicamente, os materiais, jogos e brinquedos por

áreas no espaço de sala. Estas áreas possibilitam que as crianças tenham acesso ao que precisam para desenvolver seus planos, visualizem as possibilidades que a sala e os adultos lhes dão e sejam ativos na sua própria aprendizagem desencadeando interações com seus pares e adultos. Por meio da aprendizagem ativa, isto é, a aprendizagem em que as crianças se envolvem ativamente na escolhas e tomadas de decisão, acreditamos que as crianças ganham auto-confiança desenvolvendo sua autonomia e iniciativa, aprendendo a tomar decisões e resolver problemas assim como trabalhando sua auto-estima e processo de socialização sempre com o apoio dos adultos. Por outro lado, aprendem também a respeitar os diferentes momentos da rotina ouvindo atentamente o que os adultos colocam, propõem e desenvolvem com e para eles.

Queremos então criar ambientes que apoiem as crianças nas suas iniciativas e relações; que acolham o planejamento dos adultos que por sua vez foi inspirado na observação minuciosa das crianças e suas atividades na escola; que fomentem a criatividade e expressão das crianças; e promova sempre o bem estar e envolvimento delas com a vida escolar. Temos a preocupação em levar em consideração aquilo que as crianças trazem para nós e a sua experiência familiar para que a nossa programação seja pertinente e equilibrada. A intenção é sempre de estender as experiências das crianças lhes proporcionando situações novas e desafiadoras, de maneira intencional e organizada dentro de um ambiente que os inspirem.

Entendemos que um ambiente de qualidade deve ser flexível, passível de ser revisto e reorganizado regularmente para atender as demandas desenvolvimentais das crianças e dos projetos do grupo. Deve também, desta mesma forma, ser organizado com vistas na ampliação da capacidade e interesses das crianças e da complexidade das atividades e projetos ao longo dos anos da educação infantil. Achamos então que a sala estando dividida por áreas, estas muitas vezes eleitas pelas crianças (como por exemplo, as áreas do cabeleireiro, do supermercado e do hospital, etc.), oferece possibilidades diversas e acolhe diferentes interesses dando lugar às investigações peculiares. A identidade do grupo ficaria assim visível para todos, pois a exposição dos registros do processo educativo se faz imprescindível num contexto como este.

O ambiente da escola designado para as crianças não se restringem somente ao espaço de sala, mas também as áreas externas às suas salas. O parque, as salas de TV e vídeo/DVD, dos livros e brincadeiras, sala de movimento, refeitório, corredor e recepção estão todos voltados para o atendimento das crianças tanto para atividades como para períodos de convivência como as outras pessoas que não são de seu próprio grupo. Preocupamos em manter estes outros espaços a partir das mesmas premissas que nos orientam ao preparar as salas de referência dos grupos das crianças, isto é, com segurança, apropriação para desenvolvimento de suas atividades e supervisionados por adultos preparados para lidar com as demandas infantis.

9) FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação continuada é organizada e gerida pela coordenação pedagógica. As atividades da formação continuada visam a atualização de toda a equipe da escola com vistas no aprofundamento do conhecimento sobre intervenção educativa, interações e relações sociais, planejamento, ambientes, construção de projetos coletivos, desenvolvimento infantil, avaliação, oportunidades de parceria, produção de materiais e tudo o mais que vier a acrescentar na prática diária e na qualidade da ação escolar.

Para tanto, diversas oportunidades serão criadas para que a equipe da escola esteja sempre envolvida em atividades de estudo, reflexão e construção de conhecimento, aproveitando as oportunidades de desenvolvimento destas relativas ao tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão). A formação continuada integra o conjunto de atividades e tarefas dos professores e toda equipe da escola, estando incluída na carga horária de seus funcionários.

Visaremos desenvolver ações em diversos formatos para que todos os envolvidos possam participar tanto como apresentadores de seus projetos quanto ouvintes, assim como incentivar os profissionais a participarem de eventos externos,

Nosso programa inclui:

- **Reuniões pedagógicas** gerais quando estamos voltados para a compreensão do nosso cotidiano na tentativa de solucionar problemas de forma criativa e que atenda verdadeiramente as demandas permanentes e flutuantes;
- **Reuniões de coordenação, separadas por grupos**, quando estamos trabalhando em conjunto no planejamento, pensando e elaborando projetos e aprofundando o nosso olhar sobre cada criança do grupo.
- **Oficinas** que nos proporcionarão conhecer trabalhos mais específicos tanto de integrantes da equipe da escola (como por exemplo, reflexões feitas a partir de cursos de pós-graduação, de curta duração e etc.) quanto de profissionais que atuam na área da educação e áreas afins. Estas têm

como objetivo ampliar nossos conhecimentos de maneira a nos auxiliar uma compreensão mais alargada sobre tudo aquilo que tem implicações para o processo educativo e o desenvolvimento infantil e profissional.

- **Participação em eventos**, tais como congressos, seminários, oficinas, palestras e outros com possibilidade de apresentação de trabalhos acadêmicos científicos que retratam os interesses e práticas dos profissionais da escola. Todos os profissionais da escola devem ter a oportunidade de freqüentar tais eventos durante o ano.

- **Jornada Interna** tem como objetivo principal a divulgação do trabalho desenvolvido na escola por diferentes participantes, como por exemplo, de todos da equipe da escola, estagiários de unidades acadêmicas parceiras, docentes destas mesmas unidades, funcionários técnicos- administrativos assim como de outros profissionais da educação e áreas afins externos à UFRJ.

As atividades de formação continuada têm sempre como preocupação o crescimento profissional da equipe. Todas as ações supervisionadas especialmente pela coordenação pedagógica têm como meta a exposição ao conhecimento e o aprimoramento das práticas com as crianças, suas famílias e as relações entre os adultos. A Escola de EI da UFRJ tem um compromisso também estreito com a formação inicial, à medida que a escola é espaço privilegiado de estágio para os alunos da Graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ. Nesta perspectiva é importante garantir espaço de interação dos estagiários com as crianças, acompanhamento do professor regente no processo de formação dos estagiários, troca sistemática com os professores responsáveis pela Prática de Ensino na Universidade.

10) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico está no momento em revisão, por isso, não foi redigido as considerações finais.



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola de Educação Infantil

Edital Nº 70, de 14 de setembro de 2010

A Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro - EEI/UFRJ, por intermédio da sua Diretora designada pelo Pró-Reitor de Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, por meio da Portaria Nº 3.174, de 10 de agosto de 2009, torna público o processo de admissão de crianças para o ano de 2011.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo de Admissão será realizado sob a supervisão da Comissão Executiva constituída com fins específicos de coordenação e organização.

1.1.1. A Comissão Executiva é integrada por 05 (cinco) membros designados pela Diretora da EEI/UFRJ.

1.1.2. A Comissão Executiva reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros e suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes, tendo o Presidente o voto de membro e o de qualidade.

1.2. O Processo de Admissão será operacionalizado pela EEI/UFRJ e regido pelo presente edital e seus anexos.

1.3. O Processo de Admissão visa ao preenchimento do número de vagas definido no Anexo I deste edital.

1.4. O presente edital contém os seguintes anexos:

Anexo I - Quadro de vagas

Anexo II - Cronograma previsto

Anexo III - Formulário de Inscrição

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1. Poderão participar do presente processo de admissão servidores ativos do quadro de pessoal da UFRJ, que sejam responsáveis legais por crianças que compõem ou que venham a compor o público alvo da EEI/UFRJ para o ano de 2011.

2.2. O público alvo da EEI/UFRJ para o ano de 2011 será formado por crianças que tenham nascido entre 01 de março de 2005, inclusive, e a data do sorteio, e aquelas que vierem a nascer entre a data do sorteio, inclusive, e 31 de dezembro de 2010, inclusive, com comprovação feita por certidão de nascimento da criança a ser apresentada no ato da matrícula.

2.3. As crianças que vierem a nascer após 31 de dezembro de 2010, mesmo que a inscrição do seu responsável legal tenha sido sorteada, na forma do item 4 deste edital, não terá direito a matrícula na EEI/UFRJ no presente processo de admissão.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições no presente processo de admissão serão realizadas no período de 01 de outubro de 2010 a 14 de outubro de 2010, no horário de 9 horas às 17 horas, na EEI/UFRJ - Prédio do IPPMG - Cidade Universitária - Ilha do Fundão, mediante o preenchimento e entrega do Formulário de Inscrição.

3.1.1. Serão aceitas inscrições para todos os grupos constantes do Anexo I deste edital, inclusive para aqueles em que não há vagas previstas.

3.1.2. O Formulário de Inscrição deverá ser obtido na Escola de Educação Infantil - Prédio do IPPMG - Campus Fundão ou no sítio www.pr4.ufrj.br na Internet, a partir da data da publicação deste edital até as 17 horas do dia 14 de outubro de 2010.

3.1.3. Não será aceita inscrição fora do local, do período e do horário determinados no subitem 3.1 deste edital.

3.2. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, dispondo a EEI/UFRJ do direito de cancelar a inscrição no processo de admissão ou de cancelar a matrícula, se esta já tiver sido efetivada, a qualquer tempo, se o preenchimento for feito com dados emendados, rasurados ou incorretos, bem como se for constatado posteriormente serem inverídicas essas informações.

3.3. A entrega do Formulário de Inscrição implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e em seus Anexos, das quais não poderá ser alegado desconhecimento.

3.4. Após a realização da inscrição o responsável legal receberá o comprovante da inscrição carimbado e assinado por um dos funcionários designados para o atendimento.

3.5. Para cada criança será permitida somente uma inscrição. Na hipótese de haver mais de uma inscrição para a mesma criança, será considerado apenas o Formulário de Inscrição com a data mais recente.

4. DA SELEÇÃO

4.1. A seleção será feita por sorteio público a ser realizado no mesmo local de realização das inscrições, no dia 21 de outubro de 2010 com início às 13 horas, com a presença de todos os membros da Comissão Executiva, da Diretora da EEI/UFRJ e do Pró-Reitor de Pessoal da UFRJ ou de seu representante.

4.1.1. Serão realizados sorteios para todos os grupos constantes do Anexo I deste edital, inclusive para aqueles em que não há vagas previstas.

4.1.2. Ao sorteio público não será obrigatório o comparecimento dos concorrentes.

4.2. Para o sorteio público será utilizado o número do Formulário de Inscrição, que passará a ser o número de inscrição no presente processo de admissão.

4.2.1. Cada número de inscrição sorteado será associado, de imediato, ao nome do respectivo responsável legal.

4.3. Na hipótese de participação de responsáveis legais que possuam filhos gêmeos inscritos para participarem do sorteio público, caso a inscrição de um dos irmãos gêmeos seja sorteada, ficará assegurado, no ato do sorteio, ao(s) seu(s) irmão(s) gemelar(es) inscrito(s) o direito à vaga.

4.3.1. Na hipótese prevista no subitem 4.3 deste edital, o número total de vagas do grupo no qual os irmãos gemelares pertencerem será decrescido da quantidade correspondente ao número de irmãos gemelares da criança sorteada.

4.4. Todas as inscrições serão classificadas na estrita ordem do sorteio público.

4.5. O resultado oficial do sorteio público, observado o subitem 4.4, será divulgado no dia 28 de Outubro de 2010 a partir das 10 horas por listagens afixadas na EEI/UFRJ e disponibilizadas no sítio www.pr4.ufrj.br na Internet.

4.6. Fica assegurada, respeitados os requisitos do item 2 deste edital, vaga ao(s) irmão(s) de qualquer criança que tenha frequentado a EEI/UFRJ no ano de 2010, com a isenção de participação no sorteio público, em vagas não vinculadas àquelas constantes no Anexo I deste edital.

5. DA MATRÍCULA

5.1. Os responsáveis legais pelas inscrições classificadas dentro da quantidade de vagas constantes no Anexo I deste edital, respeitando-se rigorosamente a ordem estabelecida no resultado oficial divulgado na forma do subitem 4.5 deste edital, deverão efetuar matrícula no período de 03 de janeiro de 2011 a 31 de janeiro de 2011, das 9 horas às 15 horas, na Secretaria da EEI/UFRJ.

5.1.1. Os responsáveis legais, nos casos previstos no subitem 4.6 deste edital, deverão cumprir todas as condições, prazos e critérios estabelecidos no presente edital para a realização da matrícula.

5.2. Os documentos obrigatórios para a realização da matrícula são:

- a) certidão de nascimento da criança - cópia e original para conferência;

- b) cópia do documento de identidade do responsável legal;
- c) cópia do documento comprobatório de responsabilidade legal sobre o menor a ser matriculado, na hipótese do responsável legal não ser seu pai ou sua mãe;
- d) cartão de vacinação da criança atualizado - cópia e original para conferência - frente e verso;
- e) comprovante de residência - cópia e original para conferência;
- f) cópia do contracheque do mês de novembro de 2010;
- g) duas fotografias da criança no tamanho (3x4) cm;
- h) autorização para retirada da criança da EEI/UFRJ por terceiros;
- i) autorização para uso de imagens da criança.

5.2.1. Não será aceita matrícula condicional.

5.3. Os responsáveis legais pelas inscrições classificadas dentro da quantidade de vagas constantes no Anexo I deste edital e pelos casos previstos no subitem 4.6 que não realizarem as respectivas matrículas no local, período e horário determinados no subitem 5.1 deste edital, perderão o direito à vaga.

5.4. As vagas não preenchidas pelo motivo constante no subitem 5.3 deste edital, ou por motivo de desistência expressa, serão objeto de reclassificação com chamada das crianças com inscrições pertencentes ao mesmo grupo dessas vagas, respeitando-se rigorosamente a ordem estabelecida no sorteio público, conforme resultado oficial divulgado na forma do subitem 4.5 deste edital.

5.5. Os responsáveis legais pelas inscrições sorteadas e classificadas dentro da quantidade de vagas constantes no Anexo I e os responsáveis legais pelos casos previstos nos subitens 4.6 e 5.4 deste edital serão convocados para a realização das matrículas por telegrama, com aviso de recebimento, enviado para o endereço constante no Formulário de Inscrição ou no formulário de cadastro de endereço para os casos previstos no subitem 4.6.

6. DA INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NA EEI-UFRJ

A data de início de inserção da criança na EEI-UFRJ será agendada por meio de comunicação formal ao seu responsável legal, que poderá postergá-la por até 30 dias corridos, desde que prévia e formalmente acordado com a Equipe de Inserção da EEI-UFRJ. Caso isto não ocorra, a matrícula da criança na EEI-UFRJ será automaticamente cancelada.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Estarão disponíveis no sítio www.pr4.ufrj.br na Internet os seguintes documentos: edital de Admissão, Formulário de Inscrição e resultado oficial do sorteio público, observado o cronograma previsto.

7.2. Todos os anexos relacionados no presente edital são sua parte integrante.

7.3. Os contatos com a EEI/UFRJ poderão ser feitos diretamente na sua Secretaria de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 9 horas às 17 horas ou pelo telefone (21) 2562-6104 ou pelo endereço de e-mail secretariaeei@gmail.com.

7.4. Os casos omissos e as situações não previstas neste edital serão resolvidos pela Direção da EEI/UFRJ em conjunto com a Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ.

Professor Luiz Afonso Henriques Mariz
Pró-Reitor de Pessoal

Aline Faria Silveira
Diretora da EEI / UFRJ

Alex Enrich Prast
Presidente da APEEI/UFRJ

Anexo I - Quadro de vagas

Grupo	Período de nascimento	Quantidade de vagas
Alegria	01 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010	---
Árvore	01 de janeiro de 2009 a 30 de novembro de 2009	---
Macaco	01 de maio de 2008 a 31 de dezembro de 2008	---
Água	01 de setembro de 2007 a 30 de abril de 2008	01
Diversidade	01 de março de 2007 a 31 de agosto de 2007	08
Esperança	01 de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2007	03
Doação	01 de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2006	01

Anexo II - Cronograma previsto

Evento	Data	Horário
Inscrição	01 a 14/10/2010	9 horas às 17 horas
Sorteio público	21/10/2010	13 horas
Resultado do sorteio público	28/10/2010	A partir das 10 horas
Matrícula	03/01 a 31/01/2011	9 horas às 15 horas
Reclassificação	07/02/2011	A partir das 10 horas
Matrícula de reclassificação	08 a 11/02/2011	9 horas às 15 horas



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Edital de 07 de Novembro de 2011

EDITAL DE ADMISSÃO - 2012

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (EEI -UFRJ)

A Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEI-UFRJ), por intermédio da sua Diretora designada pelo Pró-Reitor de Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por meio da Portaria Nº 5.063, de 28 de julho de 2011, torna público o presente Edital, com as normas e os procedimentos necessários para a realização do Sorteio Público de Candidatos à matrícula no ano letivo de 2012, conforme descrição abaixo:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo de Admissão será realizado sob a supervisão da Comissão Executiva constituída com fins específicos de coordenação e organização.

1.1.1. A Comissão Executiva é integrada por 04 (quatro) membros designados pela Diretora da EEI/UFRJ.

1.2. O Processo de Admissão será operacionalizado pela EEI/UFRJ e regido pelo presente edital e seus anexos.

1.3. O Processo de Admissão visa ao preenchimento do número de vagas definido no Anexo I deste edital.

1.4. O presente edital contém os seguintes anexos:

Anexo I - Quadro de vagas

Anexo II - Cronograma previsto

Anexo III e IV- Formulários de Inscrição

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1. Poderão participar do presente processo de admissão crianças cujo responsável legal seja servidor ativo do quadro de pessoal da UFRJ ou estudante de cursos presenciais de Graduação e de Pós-graduação (stricto sensu) da UFRJ, regularmente matriculado e com situação de matrícula ativa no respectivo curso.

2.2. O público alvo da EEI/UFRJ para o ano de 2012 será formado por crianças que tenham nascido entre 01 de dezembro de 2006 e 30 de Novembro de 2011, com comprovação feita por certidão de nascimento da criança a ser apresentada no ato da matrícula.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições no presente processo de admissão serão realizadas no período de 16 de Novembro de 2011 a 1º de Dezembro de 2011, no horário das 9 horas às 15 horas, na EEI/UFRJ - Prédio do IPPMG - Cidade Universitária - Ilha do Fundão, mediante o preenchimento e entrega do Formulário de Inscrição.

3.1.1. Serão aceitas inscrições para todos os grupos constantes do Anexo I deste edital, inclusive para aqueles em que não há vagas previstas.

3.1.2. O Formulário de Inscrição deverá ser obtido na Escola de Educação Infantil - Prédio do IPPMG - Campus Fundão ou no sítio www.pr4.ufrj.br na Internet, a partir da data da publicação deste edital até as 15 horas do dia **01 de Dezembro de 2011**.

3.1.3. É vedada a inscrição fora do local, do período e do horário determinados no subitem 3.1 deste edital.

3.2. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, dispondo a EEI/UFRJ do direito de cancelar a inscrição no processo de admissão ou de cancelar a matrícula, se esta já tiver sido efetivada, a qualquer tempo, se o preenchimento for feito com dados emendados, rasurados ou incorretos, bem como se forem constatadas, posteriormente, inverídicas essas informações.

3.3. A entrega do Formulário de Inscrição implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e em seus Anexos, das quais não poderá ser alegado desconhecimento.

3.4. Após a realização da inscrição o responsável legal receberá o comprovante da inscrição carimbado e assinado por um dos funcionários designados para o atendimento.

3.5. Para cada criança será permitida somente uma inscrição. Na hipótese de haver mais de uma inscrição para a mesma criança, será considerado apenas o Formulário de Inscrição com a data mais recente.

4. DA SELEÇÃO

4.1. 70% das vagas serão destinadas a crianças cujo responsável legal seja servidor ativo do quadro de pessoal da UFRJ e 30% das vagas serão destinadas a crianças cujo responsável legal seja estudante de cursos presenciais de Graduação e de Pós- graduação (stricto sensu) da UFRJ, regularmente matriculado e com situação de matrícula ativa no respectivo curso. Caso esse número resulte em decimal acima de cinco, esse percentual será elevado até o primeiro número inteiro subsequente em ambos os casos.

Parágrafo único – as vagas serão preenchidas por meio de sorteio público.

4.1.1 A seleção será feita por sorteio público a ser realizado no mesmo local de realização das inscrições, no dia **08 de Dezembro de 2011** com início às 13 horas, com a presença de todos os membros da Comissão Executiva, da Diretora da EEI/UFRJ e do Pró-Reitor de Pessoal da UFRJ ou de seu representante.

4.1.2. Serão realizados sorteios para todos os grupos que constam do Anexo I deste edital, inclusive para aqueles em que não há vagas previstas. Além das vagas oferecidas, serão sorteadas 10 vagas para cada grupo, que permanecerão em lista de espera para convocação à matrícula em caso de desistência de candidatos sorteados ou qualquer criança já matriculada na escola.

4.1.3. A lista de espera seguirá também o mesmo percentual contido neste edital para o sorteio das vagas imediatas.

4.1.4. Caso não haja inscritos para as vagas oferecidas no percentual (servidor / estudante), estas serão revertidas para os outros inscritos nos respectivos grupos.

4.1.5. Ao sorteio público não será obrigatório o comparecimento dos concorrentes.

4.2. Para o sorteio público será utilizado o número do Formulário de Inscrição, que passará a ser o número de inscrição no presente processo de admissão.

4.2.1. Cada número de inscrição sorteado será associado, de imediato, ao nome do respectivo responsável legal.

4.3. Todas as inscrições serão classificadas na estrita ordem do sorteio público.

4.4. O resultado oficial do sorteio público, será divulgado no dia **13 de Dezembro de 2011** a partir das 10 horas por listagens afixadas na EEI/UFRJ e disponibilizadas no sítio www.pr4.ufrj.br na Internet.

5. DA MATRÍCULA

5.1. Os responsáveis legais pelas inscrições classificadas dentro da quantidade de vagas constantes no Anexo I deste edital, respeitando-se rigorosamente a ordem estabelecida no resultado oficial divulgado na forma do subitem 4.4 deste edital, deverão efetuar matrícula no período de **03 de janeiro de 2012 a 19 de janeiro de 2012**, das 9 horas às 15 horas, na Secretaria da EEI/UFRJ.

5.1.1. Os responsáveis legais deverão cumprir todas as condições, prazos e critérios estabelecidos no presente edital para a realização da matrícula.

5.2. Os documentos obrigatórios para a realização da matrícula são:

- a) certidão de nascimento da criança- cópia e original;
- b) identidade do Responsável legal – cópia e original;
- c) documento comprobatório de responsabilidade legal sobre o menor a ser matriculado, na hipótese do responsável legal não ser o pai ou mãe da criança – cópia e original;
- d) cartão de vacinação da criança atualizado frente e verso - cópia e original;
- e) comprovante de residência - cópia e original;
- f) contra-cheque de novembro de 2011- cópia e original (para o caso de servidor);
- g) declaração de que o aluno está regularmente matriculado, com situação de matrícula ativa em um curso presencial de Graduação ou Pós-Graduação Stricto Sensu da UFRJ, renovada a cada seis (6) meses. (para o caso de estudantes);
- h) duas fotografias da criança no tamanho (3x4) cm;

5.2.1. É vedada a matrícula condicional.

5.3. Os responsáveis legais pelas inscrições classificadas dentro da quantidade de vagas constantes no Anexo I deste edital que não realizarem as respectivas matrículas no local, período e horário determinados no subitem 5.1 deste edital, perderão o direito à vaga.

5.4. As vagas não preenchidas pelo motivo constante no subitem 5.3 deste edital, ou por motivo de desistência expressa, serão objeto de reclassificação com chamada das crianças com inscrições pertencentes ao mesmo grupo dessas vagas, respeitando-se rigorosamente a ordem estabelecida no sorteio público.

6. DA INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NA EEI-UFRJ

A data de início de inserção da criança na EEI-UFRJ será agendada por meio de comunicação formal ao seu responsável legal, que poderá postergá-la por até 30 dias corridos, desde que prévia e formalmente acordado com a Equipe de Inserção da EEI-UFRJ. Caso isto não ocorra, a matrícula da criança na EEI-UFRJ será automaticamente cancelada.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Com base no Artigo 1º, inciso I, da Resolução Nº 1, do MEC, de 10 de Março de 2011, o Edital referente às vagas para o ano de 2013, garantirá o acesso universalizado à Escola de Educação Infantil da UFRJ, não havendo reserva de vagas.

7.2 A partir deste Edital fica vedada a matrícula dos irmãos de qualquer criança que venha frequentar a Escola de Educação Infantil no ano de 2012, tendo em vista a universalização do acesso em 2013.

7.3. Estarão disponíveis no sítio www.pr4.ufrj.br na Internet os seguintes documentos: edital de Admissão, Formulário de Inscrição e resultado oficial do sorteio público, observado o cronograma previsto.

7.4. Todos os anexos relacionados no presente edital são sua parte integrante.

7.5. Os contatos com a EEI/UFRJ poderão ser feitos diretamente na sua Secretaria de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 9 horas às 17 horas ou pelo telefone (21) 2562-6117 ou pelo endereço de e-mail secretariaeei@gmail.com.

7.6. Os casos omissos e as situações não previstas neste edital serão resolvidos pela Direção da EEI/UFRJ em conjunto com a Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ.

Roberto Gambine

Pró-Reitor de Pessoal

Agnaldo Fernandes

Superintendente

Rosane Cabral

Diretora EEI-UFRJ

Anexo I - Quadro de vagas

Grupo	Período de nascimento	Quantidade de vagas
Alegria	01 de abril de 2011 a 30 de novembro de 2011	08
Árvore	01 de abril de 2010 a 31 de março de 2011	04
Macaco	01 de abril de 2009 a 31 de março de 2010	03
Água	01 de setembro de 2008 a 31 de março de 2009	----
Diversidade	01 de abril de 2008 a 31 de agosto de 2008	03
Esperança	01 de abril de 2007 a 31 de março de 2008	----
Doação	01 de dezembro de 2006 a 31 de março de 2007	----

Anexo II - Cronograma previsto

Evento	Data	Horário
Inscrição	16/11 a 01/12/2011	9 horas às 15 horas
Sorteio público	08/12/2011	13 horas
Resultado do sorteio público	13/12/2011	A partir das 10 horas
Matrícula	03/01 a 19/01/2012	9 horas às 15 horas
Reclassificação	24/01/2012	A partir das 10 horas
Matrícula de reclassificação	25/01 a 31/01/2012	9 horas às 15 horas

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Edital nº 274 de 08 de novembro de 2012

O Pró-Reitor de Pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por meio da portaria nº 4.766 de 15 de julho de 2011, publicada na página 30, seção 2 do DOU nº 136 de 18 de julho de 2011, torna público o processo seletivo para o ingresso de crianças no Espaço de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro - EEI/UFRJ, no ano letivo de 2013. O presente processo seletivo será realizado em conformidade com a legislação vigente, em particular com a Constituição Federal de 1988, com as resoluções nº 05 do Conselho Nacional de Educação, de 17 de dezembro de 2009, nº 06 da Câmara de Educação Básica, de 20 de outubro de 2010, e nº 1, do MEC, de 10 de Março de 2011.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo seletivo será coordenado pela Comissão Executiva constituída unicamente para este fim através da portaria PR-4 nº 7878, de 08 de outubro de 2012, publicada no Boletim da UFRJ nº 41, de 11 de outubro de 2012.

1.2. O presente edital contém os seguintes anexos:

Anexo I - Quadro de vagas

Anexo II - Cronograma previsto

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1. O público alvo do presente processo seletivo é formado por crianças que tenham nascido entre 01 de Abril de 2007 e 30 de Novembro de 2012 (incluindo ambas as datas).

2.2. A data de nascimento da criança será comprovada no ato da matrícula, mediante a apresentação da Certidão de Nascimento da mesma, conforme o disposto nas resoluções nº 05 do Conselho Nacional de Educação, de 17 de dezembro de 2009 e nº 06 da Câmara de Educação Básica, de 20 de outubro de 2010.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição no presente processo seletivo implica o prévio conhecimento e aceitação irrestrita das regras estabelecidas neste edital, por parte do responsável legal pela criança, doravante denominado requerente.

3.2. Os interessados em concorrer a uma das vagas para ingresso no EEI/UFRJ deverão adotar os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o site do concurso, durante o período de inscrições, conforme o Anexo II - Cronograma previsto;
- b) Ler atentamente o presente edital; e
- c) Preencher e enviar eletronicamente o requerimento de inscrição.

3.3. As inscrições no presente processo seletivo serão realizadas exclusivamente pela internet, no sítio <http://selecao.eei.ufrj.br>, dentro do período e do horário constantes no Anexo II - Cronograma previsto, considerando o horário oficial de Brasília.

3.3.1. Para aqueles que apresentarem dificuldades de acesso à internet, a Universidade Federal do Rio de Janeiro disponibilizará um local de atendimento situado à Av. Pedro Calmon nº 550, térreo, prédio da Reitoria - Ilha do Fundão - Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ, dentro do período constante no Anexo II - Cronograma previsto, no horário de 10 horas às 16 horas, considerando o horário oficial de Brasília, exceto em dias de sábado e de domingo.

3.3.2. Serão aceitas inscrições para todos os grupos constantes do Anexo I - Quadro de vagas, inclusive para aqueles em que não há vagas previstas.

3.4. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, dispondo o EEI/UFRJ do direito de cancelar a inscrição no processo seletivo ou de revogar a matrícula, se esta já tiver sido efetivada, a qualquer tempo, se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como forem constatadas, posteriormente, serem inverídicas tais informações.

3.5. Só será válido 01 (um) requerimento de inscrição para cada criança.

3.5.1. Caso haja mais de um requerimento de inscrição para a mesma criança, somente será válido o mais recente.

3.5.2. Não serão aceitas inscrições fora do período constante no Anexo II - Cronograma previsto.

3.5.3. Não serão aceitos, igualmente, pedidos de inscrição por correio, e-mail ou telefone, ainda que dentro do período previsto.

3.6. A relação nominal das crianças, cujas inscrições forem validadas, será divulgada no sítio www.pr4.ufrj.br, conforme Anexo II - Cronograma previsto.

3.6.1. É do requerente o dever de verificar se o nome de cada criança por ele inscrita consta na listagem divulgada.

3.6.2. O fato do nome da criança constar da listagem de inscrições validadas não assegura a ela o direito à matrícula.

3.6.3. Caso o nome da criança não conste da listagem de inscrições validadas (subitem 3.6), seu responsável legal deverá comparecer ao EEI/UFRJ, situado à Rua Bruno Lobo, nº 50, Cidade Universitária, anexo ao prédio do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), exclusivamente no período e horário constantes no Anexo II - Cronograma previsto, munido impreterivelmente de seu documento original de identidade oficial com foto e cópia do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) para verificar e/ou regularizar sua situação.

3.7. No ato da inscrição, quando do envio dos dados, o sistema gerará automaticamente um número de inscrição, que não será repetido, e que servirá tanto como identificador do candidato no âmbito do certame quanto para a participação do mesmo no sorteio público de seleção.

3.8. Após o envio do formulário de inscrição, o requerente deverá imprimir o Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) contendo o número gerado.

3.9. O EEI/UFRJ não se responsabiliza por inscrições não recebidas por problemas de ordem técnica, especialmente os que podem vir a ocorrer no último dia do prazo de inscrições.

4. DA SELEÇÃO

4.1. A seleção será feita por meio de sorteio público.

4.2. O Sorteio Público das vagas ofertadas neste Edital será realizado em data e horário constantes no Anexo II - Cronograma previsto, em local a ser divulgado quando da publicação da lista de inscrições validadas (subitem 3.6).

4.2.1. A mesa de trabalho será composta pelos membros da Comissão Executiva, pelo Pró-Reitor de Pessoal da UFRJ, ou seu representante, e 03 (três) responsáveis legais por candidatos, que serão convidados dentre os presentes no momento do sorteio.

4.2.2. Os responsáveis legais por candidatos, que farão parte da mesa, deverão:

- a) Identificar-se através da apresentação de documento oficial de identidade com foto;
- b) Conferir os números sorteados; e
- c) Assinar a Ata de realização do Sorteio Público.

4.3. Serão realizados sorteios para todos os grupos que constam do Anexo I - Quadro de vagas.

4.3.1. Serão realizados sorteios também para os grupos em que não há vagas previstas.

4.3.2. Para cada grupo será sorteada uma quantidade de crianças igual à quantidade prevista de vagas no presente edital.

4.3.3. Além da quantidade de crianças sorteadas, conforme subitem 4.3.2, serão sorteadas mais doze crianças para cada grupo, que permanecerão em lista de espera para convocação à matrícula em caso de desistência de candidatos sorteados ou de qualquer criança já matriculada na escola.

4.4. A relação das crianças sorteadas será elaborada e divulgada com base na estrita ordem do sorteio dos respectivos números de inscrição e servirá para a convocação imediata das crianças sorteadas dentro da quantidade de vagas, de cada grupo, bem como para a composição da lista de espera, conforme subitem 4.3.2.1.

4.5. Ao sorteio público não será obrigatório o comparecimento dos concorrentes.

4.6. O resultado oficial do sorteio público será divulgado na data e horário constantes no Anexo II - Cronograma previsto, por listagens afixadas no EEI/UFRJ e disponibilizadas no sítio www.pr4.ufrj.br.

5. DA MATRÍCULA

5.1. Os responsáveis legais pelas crianças classificadas dentro da quantidade de vagas constantes no Anexo I - Quadro de vagas, respeitando-se rigorosamente a ordem estabelecida no resultado oficial divulgado na forma do subitem 4.6 deste edital, deverão efetuar matrícula no período e horário constantes no Anexo II - Cronograma previsto, na Secretaria do EEI/UFRJ.

5.1.1. Os responsáveis legais deverão cumprir todas as condições, prazos e critérios estabelecidos no presente edital para a realização da matrícula.

5.2. Os documentos obrigatórios para a realização da matrícula são:

- a) certidão de nascimento da criança - cópia e original;
- b) identidade do Responsável legal - cópia e original;
- c) documento comprobatório de responsabilidade legal sobre o menor a ser matriculado, na hipótese do responsável legal não ser o pai ou mãe da criança - cópia e original;
- d) cartão de vacinação da criança atualizado frente e verso - cópia e original;
- e) comprovante de residência - cópia e original;
- f) duas fotografias da criança no tamanho (3x4) cm.

5.2.1 Todos os documentos originais serão devolvidos após a conferência e autenticação das respectivas cópias.

5.2.2. É vedada a matrícula condicional.

5.3. As crianças classificadas dentro do número previsto de vagas constante no Anexo I - Quadro de vagas, que não forem matriculadas no local, período e horário determinados no subitem 5.1, perderá o direito à vaga.

5.4. As vagas não preenchidas pelo motivo constante no subitem 5.3 deste edital, ou por motivo de desistência expressa, serão objeto de reclassificação, com chamada das crianças com inscrições pertencentes ao mesmo grupo dessas vagas, respeitando-se rigorosamente a ordem descrita no subitem 4.4.

6. DAS RECLASSIFICAÇÕES

6.1. As reclassificações, se houver, serão divulgadas no sítio eletrônico www.pr4.ufrj.br, constante no Anexo II - Cronograma previsto.

6.1.1 Os candidatos reclassificados deverão efetuar matrícula no período e horário constantes no Anexo II - Cronograma previsto, na Secretaria do EEI/UFRJ.

6.2. Novos chamados de reclassificação, se houver, ocorrerão nas datas constantes no Anexo II - Cronograma previsto, com chamada das crianças, conforme o subitem 5.4, com observância estrita da ordem estabelecida no sorteio público de seleção (subitem 4.4).

7. DA INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NO EEI/UFRJ

7.1. A data de início de inserção da criança no EEI/UFRJ será agendada por meio de comunicação formal, através de formulário a ser entregue no ato da matrícula, ao seu responsável legal.

7.2. É facultado ao responsável legal adiar por até 15 (quinze) dias corridos a inserção da criança no EEI/UFRJ.

7.2.1. O adiamento somente poderá ser feito mediante acordo formal com a Equipe de Inserção do EEI/UFRJ.

7.3. Caso não seja feita a inserção da criança no EEI/UFRJ na data agendada, conforme subitem 7.1, e não seja acordado o adiamento previsto no subitem 7.2, haverá o cancelamento automático da matrícula da criança.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Com base no Art. 1º, inciso I, da resolução nº 1, do MEC, de 10 de Março de 2011, o acesso ao EEI/UFRJ é universalizado, não havendo, portanto, nenhum tipo de reserva de vagas.

8.2. Este edital e seus anexos normatizam o presente processo seletivo.

8.2.1. Fazem igualmente parte desta normatização todos os editais de retificação, caso venham a existir, bem como os comunicados oficiais que sejam divulgados no site www.pr4.ufrj.br.

8.2.1.1. O requerente é responsável por manter-se informado a respeito de tais aditamentos e comunicados.

8.3. O requerente deverá, enquanto durar o processo seletivo, manter os seus dados atualizados junto ao EEI/UFRJ, especialmente aqueles que se referem às suas formas de contato.

8.3.1 O EEI/UFRJ não se responsabiliza por problemas na comunicação com os requerentes, causados pela falta de atualização.

8.4. Os contatos com o EEI/UFRJ poderão ser feitos diretamente com a Secretaria de segunda a sexta-feira, no horário das 9 horas às 17 horas ou pelo telefone (21) 2562-6117 ou pelo endereço de e-mail secretaria@eei.ufrj.br.

8.5. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pró-Reitor de Pessoal da UFRJ.

Roberto Antonio Gambine Moreira

Pró-Reitor de Pessoal

Anexo I - Quadro de vagas

Grupo	Período de nascimento	Idades	Quantidade de vagas
G I	01 de abril de 2012 a 30 de novembro de 2012	De 4 meses a 11 meses	11
G II	01 de abril de 2011 a 31 de março de 2012	De 1 ano a 1 ano e 11 meses	05
G III	01 de abril de 2010 a 31 de março de 2011	De 2 anos a 2 anos e 11 meses	02
G IV	01 de abril de 2009 a 31 de março de 2010	De 3 anos a 3 anos e 11 meses	-----
G V	01 de abril de 2008 a 31 de março de 2009	De 4 anos a 4 anos e 11 meses	17
G VI	01 de abril de 2007 a 31 de março de 2008	De 5 anos a 5 anos e 11 meses	08

Anexo II - Cronograma previsto

Evento	Data	Horário
Inscrição	21/11 a 03/12/2012	10 horas às 16 horas
Divulgação da listagem nominal das inscrições validadas	06/12/2012	A partir das 10 horas
Regularização de inscrições validadas que não constam na listagem nominal	07/12 e 10/12/2012	10 horas às 16 horas
Sorteio público	13/12/2012	10 horas
Resultado do sorteio público	14/12/2012	A partir das 10 horas
Matrícula	07/01 a 18/01/2013	9 horas às 15 horas
Resultado da 1ª reclassificação	19/02/2013	A partir das 10 horas
Matrícula da 1ª reclassificação	20/02 a 22/02/2013	9 horas às 15 horas
Resultado da 2ª reclassificação	24/04/2013	A partir das 10 horas
Matrícula da 2ª reclassificação	25/04 e 26/04/2013	9 horas às 15 horas
Resultado da 3ª reclassificação	25/06/2013	A partir das 10 horas
Matrícula da 3ª reclassificação	26/06 e 27/06/2013	9 horas às 15 horas



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Educação Infantil



EDITAL No.371 - INGRESSO DE ALUNOS À ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL UFRJ 2014

A diretora da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro EEI-UFRJ, no uso de suas atribuições legais, torna público o processo seletivo para o ingresso de crianças, no ano letivo de 2014. Este edital foi aprovado na Reunião Ordinária do Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) em 07 de outubro de 2013. O presente processo seletivo será realizado em conformidade com a legislação vigente, em particular com a Constituição Federal de 1988, com as resoluções nº 05 do Conselho Nacional de Educação CNE, de 17 de dezembro de 2009, nº 06 da Câmara de Educação Básica CEB, de 20 de outubro de 2010, e nº 1 do Ministério da Educação MEC, de 10 de Março de 2011. O Processo seletivo será coordenado pela Comissão Executiva constituída unicamente para este fim através da portaria Decania CFCH nº 10875, de 16 de setembro de 2013, publicada no Boletim da UFRJ nº 38, de 19 de setembro de 2013.

1. DAS VAGAS

1.1. A Escola de Educação Infantil da UFRJ está abrindo vagas para admissão para o ano letivo de 2014 distribuídas conforme Anexo I – Quadro de Vagas e Anexo II – Cronograma Previsto.

1.2. A Escola de Educação Infantil da UFRJ funciona diariamente, em período integral, das 7h30min às 17h30min, sendo a entrada até as 9h00min e a saída após as 16h00min.

1.3. O público alvo do presente processo seletivo é formado por crianças que tenham nascido entre 01 de Abril de 2008 e 30 de Novembro de 2013 (incluindo ambas as datas).

1.4. A data de nascimento da criança será comprovada no ato da matrícula, mediante a apresentação da Certidão de Nascimento da mesma, conforme a Resolução CNE, de 17 de dezembro de 2009 e CEB, de 20 de outubro de 2010.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições no presente processo seletivo devem ser feitas pelo responsável legal da criança, doravante denominado requerente.

2.2. A inscrição implica o prévio conhecimento e a aceitação irrestrita das regras estabelecidas neste edital por parte do requerente.

2.3. As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico <http://selecao.eei.ufrj.br>, dentro do período e do horário constantes no Anexo II, considerando o horário oficial de Brasília. O requerimento deverá ser preenchido e enviado eletronicamente.

2.4. Para aqueles que apresentarem dificuldades de acesso à internet, a EEI-UFRJ disponibilizará atendimento na Secretaria da Escola, situada à Rua Bruno Lobo, nº 50, Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, anexo ao prédio do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira IPPMG, dentro do período constante no Anexo II, no horário das 10 horas às 16 horas, considerando o horário oficial de Brasília, exceto em dias de sábado, domingo e feriados.

2.5. Serão aceitas inscrições para todos os grupos da escola conforme Anexo I, inclusive para aqueles em que não há vagas previstas (lista de espera).

2.6. Só será válido 01 (um) requerimento de inscrição para cada criança. Caso haja mais de um requerimento de inscrição para a mesma criança, somente será válido o mais recente.

2.7. Não serão aceitas inscrições fora do período constante no Anexo II. Não serão aceitos, igualmente, pedidos de inscrição por correio, e-mail ou telefone, ainda que dentro do período previsto.

2.8. No ato da inscrição, quando do envio dos dados, o sistema gerará uma confirmação de inscrição.

2.9. A EEI-UFRJ não se responsabiliza por inscrições não recebidas por problemas de ordem técnica, especialmente os que podem vir a ocorrer no último dia do prazo de inscrições.

2.10. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, dispondo a EEI-UFRJ do direito de cancelar a inscrição no processo seletivo ou de revogar a matrícula, se esta já tiver sido efetivada, a qualquer tempo, se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como forem constatadas, posteriormente, serem inverídicas tais informações.

3. VALIDAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. A relação nominal das crianças, cujas inscrições forem validadas, será divulgada no endereço eletrônico <http://selecao.eei.ufrj.br>, conforme Anexo II.

3.2. É do requerente o dever de verificar se o nome de cada criança por ele inscrita consta na listagem divulgada.

3.3. O fato do nome da criança constar da listagem de inscrições validadas não assegura a ela o direito à matrícula.

3.4. Caso o nome da criança não conste da listagem de inscrições validadas (subitem 3.1), seu responsável legal deverá comparecer à EEI-UFRJ exclusivamente no período e horário constantes no Anexo II, munido impreterivelmente de seu documento de identificação oficial com foto, CPF e certidão de nascimento da criança para verificar e/ou regularizar sua situação.

3.5. A relação nominal das crianças aptas ao sorteio será divulgada no endereço eletrônico <http://selecao.eei.ufrj.br>, conforme Anexo II. A numeração desta relação será a válida para o Sorteio Público.

4. DA SELEÇÃO

4.1. A seleção será feita por meio de Sorteio Público.

4.2. O Sorteio Público das vagas ofertadas neste edital será realizado em data e horário constantes no Anexo II, em local a ser divulgado quando da publicação da lista de inscrições validadas (subitem 3.1).

4.3. A mesa de trabalho será composta pelos membros da Comissão Executiva, pela Diretora da EEI ou seu representante, pelo Decano do CFCH ou seu representante, e 03 (três) responsáveis legais por candidatos, que serão convidados dentre os presentes no momento do sorteio.

4.4. Os responsáveis legais por candidatos, que farão parte da mesa, deverão:

- d) Identificar-se através da apresentação de documento oficial de identidade com foto;
- e) Conferir os números sorteados; e
- f) Assinar a Ata de realização do Sorteio Público.

4.5. Serão realizados sorteios para todos os grupos que constam do Anexo I.

4.6. Serão sorteadas crianças para as vagas previstas no edital e 15 (quinze) crianças por grupo para compor a lista de espera, conforme Anexo I.

4.7. A relação das crianças sorteadas será elaborada e divulgada com base na estrita ordem do sorteio dos respectivos números de inscrição e servirá para a convocação imediata das crianças sorteadas dentro da quantidade de vagas, de cada grupo, bem como para a composição da lista de espera, conforme subitem 4.6.

4.8. Não será obrigatório o comparecimento ao Sorteio Público.

4.9. O resultado oficial do Sorteio Público será divulgado na data e horário constantes no Anexo II por listagens afixadas na EEI-UFRJ e disponibilizadas no endereço eletrônico <http://selecao.eei.ufrj.br>.

5. DA MATRÍCULA

5.1. Os responsáveis pelos candidatos classificados para preenchimento das vagas deverão efetuar sua

matrícula na Secretaria da EEI-UFRJ, segundo o calendário do Anexo II.

5.2. Será considerado desistente o candidato sorteado que não efetuar a matrícula no prazo previsto no presente edital.

5.3. Os documentos obrigatórios para a realização da matrícula são:

- g) certidão de nascimento da criança - original e cópia;
- h) documento de identificação oficial com foto do responsável legal - original e cópia;
- i) cartão de vacinação da criança atualizado (folhas de identificação e de comprovação de vacinas) - original e cópia;
- j) comprovante de residência - original e cópia;
- k) duas fotografias da criança no tamanho 3X4;
- l) na hipótese do responsável legal não ser o pai ou mãe da criança, documento comprobatório de responsabilidade legal sobre o menor a ser matriculado - original e cópia.
- g) na hipótese de matrícula por procuração, deverão ser apresentados: a procuração devidamente registrada em cartório (original e cópia) e documento de identificação oficial com foto do procurador (original e cópia).

5.4. É vedada a matrícula condicional.

5.5. As vagas não preenchidas serão objeto de reclassificação, com chamada das crianças com inscrições pertencentes ao mesmo grupo dessas vagas, respeitando-se rigorosamente a ordem descrita no subitem 4.7.

6. DAS RECLASSIFICAÇÕES

6.1. As reclassificações, se houver, serão divulgadas no endereço eletrônico <http://selecao.eei.ufrj.br>, nas datas constantes no Anexo II, com observância estrita da ordem estabelecida no sorteio público de seleção (subitem 4.7).

6.2. Os candidatos reclassificados deverão efetuar matrícula no período e horário constantes no Anexo II na Secretaria da EEI/UFRJ.

7. DA INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NA EEI-UFRJ

7.1. A data de início de inserção da criança na EEI-UFRJ será agendada por meio de comunicação formal, através de formulário a ser entregue no ato da matrícula, ao seu responsável legal.

7.2. É facultado ao responsável legal adiar por até 15 (quinze) dias corridos a inserção da criança na EEI-UFRJ, mediante acordo formal com a Equipe de Inserção da EEI-UFRJ. Para tanto, o responsável legal deve entrar em contato com a escola até a data inicialmente prevista para a inserção para o reagendamento.

7.3. Caso não seja feita a inserção da criança na EEI-UFRJ na data agendada, conforme subitem 7.1, e não seja acordado o reagendamento previsto no subitem 7.2, haverá o cancelamento automático da matrícula da criança.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Com base no Art. 1º, inciso I, da resolução nº 1, do MEC, de 10 de Março de 2011, o acesso à EEI-UFRJ é universalizado, não havendo, portanto, nenhum tipo de reserva de vagas.

8.2. Este edital e seus anexos normatizam o presente processo seletivo.

8.3. Fazem igualmente parte desta normatização todos os editais de retificação, caso venham a existir, bem como os comunicados oficiais que sejam divulgados no endereço eletrônico www.cfch.ufrj.br.

8.4. O requerente é responsável por manter-se informado a respeito de tais aditamentos e comunicados.

8.5. O requerente deverá, enquanto durar o processo seletivo, manter os seus dados atualizados junto à EEI-UFRJ, especialmente aqueles que se referem às suas formas de contato.

8.6. A EEI-UFRJ não se responsabiliza por problemas na comunicação com os requerentes, causados pela falta de atualização.

8.7. Os contatos com a EEI-UFRJ poderão ser feitos diretamente com a Secretaria de segunda a sexta-feira, no horário das 10 horas às 16 horas ou pelo telefone (21) 2562-6117 ou pelo endereço de e-mail secretaria@eei.ufrj.br.

8.8. Os casos omissos serão dirimidos pela Direção da EEI-UFRJ.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2013

Rosane Maria Ferreira Cabral

Diretora da EEI-UFRJ

Anexo I - Quadro de vagas

Grupo	Período de nascimento	Idades	Quantidade de vagas	Lista de espera
G I	01 de abril de 2013 a 30 de novembro de 2013	De 4 meses a 11 meses	12	15
G II	01 de abril de 2012 a 31 de março de 2013	De 1 ano a 1 ano e 11 meses	03	15
G III	01 de abril de 2011 a 31 de março de 2012	De 2 anos a 2 anos e 11 meses	01	15
G IV	01 de abril de 2010 a 31 de março de 2011	De 3 anos a 3 anos e 11 meses	00	15
G V	01 de abril de 2009 a 31 de março de 2010	De 4 anos a 4 anos e 11 meses	05	15
G VI	01 de abril de 2008 a 31 de março de 2009	De 5 anos a 5 anos e 11 meses	13	15

Anexo II - Cronograma previsto

Evento	Data	Horário
Inscrição	18/11 a 03/12/2013	10 horas às 16 horas
Divulgação da listagem nominal das inscrições validadas	05/12/2013	A partir das 10 horas
Regularização de inscrições validadas que não constam na listagem nominal	06/12/2013	10 horas às 16 horas
Divulgação da listagem nominal para o Sorteio Público	09/12/2013	A partir das 10 horas
Sorteio Público	11/12/2013	10 horas

Resultado do Sorteio Público	13/12/2013	A partir das 10 horas
Matrícula	17 a 21/12/2013	9 horas às 15 horas
Resultado da 1ª reclassificação	10/01/2014	A partir das 10 horas
Matrícula da 1ª reclassificação	13/01 e 14/01/2014	9 horas às 15 horas
Resultado da 2ª reclassificação	07/02/2014	A partir das 10 horas
Matrícula da 2ª reclassificação	10/02 e 11/02/2014	9 horas às 15 horas
Resultado da 3ª reclassificação	14/03/2014	A partir das 10 horas
Matrícula da 3ª reclassificação	17/03 e 18/03/2014	9 horas às 15 horas